

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

JACIANE RIBEIRO CORREA PETTER

**SEAPE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO PARA ELEVAÇÃO DA QUALIDADE
DO ENSINO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE BRASILÉIA – ACRE**

**JUIZ DE FORA
2015**

JACIANE RIBEIRO CORREA PETTER

**SEAPE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO PARA ELEVAÇÃO DA QUALIDADE
DO ENSINO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE BRASÍLIA – ACRE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim

JUIZ DE FORA

2015

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

PETTER, Jaciane Ribeiro Correa .
SEAPE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO PARA ELEVAÇÃO DA
QUALIDADE DO ENSINO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE BRASILEIA :
ACRE / Jaciane Ribeiro Correa PETTER. -- 2015.
131 f.

Orientadora: Maria Isabel da Silva Azevedo ALVIM
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal
de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-
Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2015.

1. Avaliação. 2. Aprendizagem. 3. Gestão. 4. Resultados. I.
ALVIM, Maria Isabel da Silva Azevedo , orient. II. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

JACIANE RIBEIRO CORREA PETTER

SEAPE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO PARA ELEVAÇÃO DA QUALIDADE DO ENSINO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE BRASILÉIA – ACRE

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/ FACED/ UFJF, aprovada em 27/01/2015.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim

Membro da Banca Externa – Maria Andreia de Paula Silva

Membro da Banca Interna – Lourival Batista de Oliveira Júnior

Juiz de Fora, 27 de janeiro de 2015.

Dedico este trabalho de modo especial à minha família: Correa & Petter, que pacientemente compreenderam minha ausência em muitos momentos, e com sabedoria me deram o estímulo e a ajuda necessária para superar as dificuldades.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais:

À Deus, que me iluminou e me deu forças para a conclusão desta tarefa.

À Secretaria Estadual de Educação do Acre, pela oportunidade para realização deste curso.

À minha família: Mauri, Lucas e Luana, pela compreensão, amor e apoio incondicionais.

Aos meus queridos pais José e Zeli, por seu amor e confiança, de maneira especial à minha mãe pelas constantes intercessões divinas em prol da conclusão deste trabalho e minha proteção quando distante do aconchego do lar e familiares.

Ao Vítor Figueiredo e à Amanda Quiossa, pelo incentivo, pela confiança, paciência, carinho e pelas intervenções pertinentes necessárias para a realização e a conclusão do trabalho.

Aos amigos e colegas de trabalho, pela torcida, amizade e carinho dispensados e aos amigos cursistas do PPGP 2012, de maneira especial Adriana Farias, pela companhia, apoio e incentivos constantes.

Aos entrevistados, que gentilmente contribuíram e possibilitaram a realização dessa pesquisa.

“O ato de avaliar implica dois processos articulados e indissociáveis: *diagnosticar* e *decidir*. Não é possível uma decisão sem um diagnóstico, e um diagnóstico, sem uma decisão é um processo abortado”.

Cipriano Carlos Luckesi

RESUMO

Desde 2009, o Acre vem implementando a política estadual de avaliação da aprendizagem escolar–SEAPE. Ainda que recente, essa política vem se estruturando e direcionando ações educacionais de melhoria do ensino. Sabemos que para realizar as mudanças e reformas necessárias é imprescindível investir em avaliação. Na perspectiva da gestão, como o processo de avaliação da aprendizagem escolar tem contribuído para a elevação da qualidade do ensino? Essa questão foi o foco desse trabalho, que na perspectiva da gestão democrática buscou a ação da gestão escolar promovida a partir dos resultados das avaliações externas. A forma de apropriação dos resultados produzidos pelo SEAPE pelas escolas para melhoria da qualidade do ensino foco desse trabalho. O estudo teve como fonte dados oficiais de divulgação de indicadores educacionais e como referencial teórico autores que evidenciam aspectos relevantes sobre as avaliações externas, como: Gatti, Luckesi, Castro, dentre outros e sobre planejamento estratégico com Luck. A partir do estudo de como as escolas públicas urbanas da rede estadual do município de Brasileia vêm se apropriando dos resultados do SEAPE, evidenciou-se que as escolas as têm utilizado na tentativa de superar os resultados no aspecto quantitativo e que os mesmos não têm contribuído para a adoção de práticas pedagógicas eficazes na consolidação das competências e habilidades cognitivas mínimas dos alunos, visto que a responsabilização e foco das ações são voltados para os professores e alunos das disciplinas e séries avaliadas respectivamente. Desta forma, pretende-se colaborar, em âmbito escolar, com a política de avaliação implementada pelo estado com um Plano de Intervenção que apresenta como ações a reformulação do Projeto Político Pedagógico – PPP das escolas, para subsídio da gestão e a realização de cursos para apropriação dos resultados das avaliações externas destinados a equipe gestora e professores da escola, independente da série e disciplinas que trabalham. Este plano não se configura em um manual, mas apenas o resultado de um estudo que visa contribuir com o “amadurecimento” da política de responsabilização escolar.

Palavras-chave: Avaliação; Aprendizagem; Gestão; Resultados.

ABSTRACT

Since 2009, the state of Acre comes implementing the state policy of evaluation in the school learning – SPESL. Although it is recent this policy has been structuring in the state and directing educational actions of teaching improvement. We know that to realize the changes and necessary reforms is indispensable to invest in evaluation. From a management standpoint, how the evaluation process of educational learning has contributing to the raise of quality education? That point was the focus of this work, in the democratic management perspective searched the action from the school management promoted by the results of external reviews. The way of the results appropriation produced by the SPESL for the schools to improve the quality of education was the central point of this work. The study had as data source, official sites of propagation of educational indicators and authors that show relevant aspects about the external evaluation like Gatti, Luckesi, Castro, among others and about the strategic planning like Luck. From the study of how the urban publics schools by the state system of the Brasileia city comes appropriating the SPESL results, was evidenced that the schools has used in trial of overcome the results in the quantitative aspect and the same has not contributed for the adoption of effectives pedagogical practices in the consolidation of competencies and cognitive minimum abilities of the students, whereas the accountability and focus are focused for the teachers and students for the subjects and grades respectively evaluated. This way it is intended to collaborate in the school environment with the policy of implemented review by the state with an Intervention Plan that shows like actions the Political Pedagogical Project - PPP reformulation of the schools, to the subsidy management and conducting courses for the appropriation of the external evaluation results for the school management team and teachers independent the grade and the subject that works. This plan don't sets up in a operating revenue, but just in a result of a study that aims to contribute with the "upgrading" in the school accountability policy.

Keywords: Evaluation; Learning; Management; Results.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Detalhamento do Padrão de Desempenho e respectivo Nível de Proficiência no 5 ^o ano em Língua Portuguesa utilizado pelo SEAPE.....	39
Figura 2 – Evolução do Percentual de Alunos da Escola Getúlio Vargas por Padrão de Desempenho em Língua Portuguesa 5 ^o ano 2013.....	49
Figura 3 – Percentual de Alunos da Escola Instituto Odilon Pratagi por Padrão de Desempenho em Língua Portuguesa 9 ^o ano 2013.....	54
Figura 4 – Percentual de Alunos da Escola Manoel Fontenele de Castro por Padrão de Desempenho em Língua Portuguesa 5 ^o ano 2013.....	60
Figura 5 – Percentual de Alunos da Escola Coronel Kairala José Kairala por Padrão de Desempenho em Língua Portuguesa 9 ^o Ano 2013.....	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil dos professores das escolas públicas estaduais de Brasília que atuam nas séries e disciplinas avaliadas pelo SEAPE.....	92
Gráfico 2 – Frequência de utilização dos resultados do SEAPE nas reuniões realizadas com segmentos escolares.....	93
Gráfico 3 – Qual, no seu ponto de vista, é o maior desafio ou entrave para a promoção de uma educação de qualidade para todos?.....	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação do uso dos resultados da avaliação a partir da finalidade das políticas de Gestão Educacional.....	28
Quadro 2 – Procedimentos de discussão e análise dos resultados do SEAPE pela equipe gestora das Escolas.....	77
Quadro 3 – Procedimentos de utilização dos resultados do SEAPE pela equipe gestora das escolas.....	79
Quadro 4 – Quanto aos resultados do SEAPE há dificuldades na leitura, interpretação e utilização do material que chega até a escola?.....	82
Quadro 5 – Objetivos, estratégias e metas do PDE elaboradas a partir dos resultados das avaliações externas.....	87
Quadro 6 – Principais ações observadas no PDE, elaboradas a partir dos resultados das avaliações externas e metas estabelecidas pelas escolas	89
Quadro 7 – 5W2H elaborado a partir dos problemas identificados no capítulo 2...	110
Quadro 8 – 5W2H elaborado a partir dos problemas identificados no capítulo 2...	112
Quadro 9 – 5W2H elaborado a partir dos problemas identificados no capítulo 2...	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Média de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática – 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do E.F das escolas estaduais urbanas do Acre.....	32
Tabela 2 – Percentual de alunos com conhecimento adequado à série em Língua Portuguesa e Matemática – 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do E.F das escolas estaduais urbanas do Acre.....	33
Tabela 3 – Proficiência média da escola Getúlio Vargas e do município na 4ª série/5º ano nas avaliações do SEAPE, no período de 2009 a 2010.....	47
Tabela 4 – Proficiência média da escola Getúlio Vargas e do município na 4ª série/5º ano nas avaliações do SEAPE, no período de 2011 a 2013.....	48
Tabela 5 – Proficiência média da escola Instituto Odilon Pratagi e do município na 8ª série/9º ano nas avaliações do SEAPE, no período de 2009 a 2010.....	52
Tabela 6 – Proficiência média da escola Instituto Odilon Pratagi e do município na 8ª série/9º ano nas avaliações do SEAPE, no período de 2011 a 2013	53
Tabela 7 – Proficiência média da escola Coronel Manoel Fontenele de Castro e do município na 4ª série/5º ano nas avaliações do SEAPE, no período de 2009 a 2010.....	59
Tabela 8 – Proficiência média da escola Coronel Manoel Fontenele de Castro e do município na 4ª série/5º ano nas avaliações do SEAPE, no período de 2011 a 2013.....	60
Tabela 9 – Proficiência média da escola Kairala José Kairala e do município na 8ª série/9º ano nas avaliações do SEAPE no período de 2009 a 2010.....	65
Tabela 10 – Proficiência média da escola Kairala José Kairala e do município na 8ª série/9º ano nas avaliações do SEAPE no período de 2011 a 2013.....	66
Tabela 11 – Proficiência média da escola Kairala José Kairala e da regional no 3º ano/ Ensino Médio nas avaliações do SEAPE, no período de 2009 a 2013.....	66
Tabela 12 – Proficiência média da escola Kairala José Kairala e da regional no 3º ano/ Ensino Médio nas avaliações do SEAPE, no período de 2011 a 2013	67
Tabela 13 – Perfil dos diretores e coordenadores de ensino das escolas públicas estaduais de Brasiléia Acre.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA – Avaliação Nacional de Alfabetização

Aneb – Avaliação Nacional da Educação Básica

Anresc – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

CAED – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação

EJA – Educação de Jovens e Adultos

GAME – Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais

GV – Getúlio Vargas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IOP – Instituto Odilon Pratski

KJK – Kairala José Kairala

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP – Projeto Político Pedagógico

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SARESP – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar no Estado de São Paulo

SEAPE – Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar

SIMAVE – Sistema Mineiro de Avaliação Escolar

SPAECE – Sistema Público de Avaliação escolar do Ceará

TCT – Teoria Clássica de Testes

TRI – Teoria de Resposta ao Item

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 AVALIAÇÕES EXTERNAS NO BRASIL E O SEAPE	22
1.1 AS AVALIAÇÕES EXTERNAS NO BRASIL.....	22
1.1.1 O Contexto do Surgimento do SEAPE.....	31
1.1.2 Objetivos do SEAPE.....	36
1.1.3 Como o SEAPE é Aplicado.....	37
1.2 DADOS SOCIOECONOMICOS DE BRASILÉIA.....	41
1.3 DESCRIÇÃO DAS ESCOLAS PESQUISADAS.....	42
1.3.1 Escola Estadual Getúlio Vargas.....	45
1.3.2 Escola Estadual Instituto Odilon Pratski.....	50
1.3.3 Escola Estadual Manoel Fontenele de Castro.....	57
1.3.4 Escola Estadual Kairala José Kairala.....	62
2 APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SEAPE PELAS ESCOLAS DE BRASILÉIA	71
2.1 UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DO SEAPE PELOS GESTORES DAS ESCOLAS DE BRASILÉIA.....	73
2.2 UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DO SEAPE PELOS PROFESSORES.....	94
3 PLANO DE INTERVENÇÃO	104
3.1 PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS/PPP.....	109
3.2 PROPOSTA DE CURSOS DE FORMAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DOS DADOS DO SEAPE.....	111
3.2.1 Formação para os Gestores.....	113
3.2.2 Formação para os Professores.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA GESTORES ESCOLARES.....	121
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS PROFESSORES.....	123
APÊNDICE C – AÇÃO I – ATUALIZAÇÃO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE BRASILÉIA....	131

INTRODUÇÃO

A rede pública de ensino de Brasília/AC, desde 2009, tem participado das edições anuais do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar/SEAPE, cuja principal finalidade consiste em diagnosticar o sistema de ensino e, ao mesmo tempo, servir de instrumento de monitoramento das políticas públicas de educação (ACRE, 2009b). O Sistema de Avaliação no estado do Acre foi criado no intuito de proporcionar condições para que as Secretarias de Educação, escolas e profissionais da educação pudessem organizar ações com intencionalidade e foco, a fim de garantir a inclusão educacional com qualidade (ACRE, 2009b, p. 06).

O SEAPE, além de diagnosticar o sistema de ensino e de monitorar as políticas públicas, tem o objetivo de instrumentalizar os profissionais da educação, indicando caminhos e processos para garantir um ensino de qualidade. Para que as ações sejam concretizadas em prol da excelência, é necessário que gestores, professores, alunos e comunidade escolar conheçam, entendam e se apropriem dos resultados do SEAPE (UFJF, 2012, p. 09-10).

Nesse sentido, o SEAPE configura-se como instrumento de mudança, para intervenção de melhoria nas escolas e na aprendizagem dos alunos, visto que os seus resultados podem ser utilizados tanto no âmbito da secretaria quanto das unidades de ensino. No entanto, cabe salientar que, para lograr êxito de melhoria na qualidade no ensino, os atores educacionais, precisam conhecer, entender e se apropriar dos resultados desta avaliação. Para isso, é preciso estar aberto ao processo de avaliação institucional e concebê-lo como uma ferramenta pedagógica necessária.

Dada a institucionalização das Avaliações Externas como mecanismos de subsídio na formulação e monitoramento de políticas públicas educacionais e norteadoras no aprimoramento de ações de melhoria da aprendizagem (CASTRO, 2009, p. 6), ensejamos identificar como esse processo de apropriação e utilização dos resultados tem se efetivado no âmbito da gestão escolar das escolas públicas urbanas da Rede Estadual de Ensino de Brasília/Acre.

A motivação para realização deste estudo se deu pelo fato de ser professora do quadro efetivo da Rede Estadual de Ensino do Acre e me interessar pelas políticas públicas relacionadas a esta Rede. Além disso, pela centralidade ocupada

pelas avaliações externas, nos últimos anos no debate sobre as políticas públicas educacionais, na perspectiva de promover, a partir delas, a igualdade de oportunidades educacionais e a qualidade no ensino ofertado. Nos estabelecimentos de ensino, a preocupação com os resultados obtidos nas avaliações externas é perceptível, uma vez que a escola é rotulada por uma nota que é amplamente divulgada pelos meios de comunicação, o que provoca sentimentos de satisfação ou desconforto nos atores escolares (Professores, Coordenadores e Diretores). Somado a isso, essas avaliações possibilitam a comparação entre as escolas, entre os sistemas de ensino, entre os estados da federação e entre regiões, o que provoca uma corrida por melhores classificações e a preferência da sociedade em efetuar as matrículas nas escolas que apresentam melhor desempenho.

Embora haja estudos que associem as características e aspectos da gestão à qualidade da educação pública, este estudo focará na ação da gestão escolar promovida a partir dos resultados das avaliações externas, levando em consideração que estas impactam diretamente na relação ensino aprendizagem. Portanto, analisar como as gestões escolares das escolas públicas estaduais urbanas de Brasília estão se apropriando dos resultados produzidos pelo Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar, para a melhoria do desempenho das escolas públicas da Rede Estadual de Brasília, é o objetivo desta pesquisa.

Para esse estudo serão analisadas as percepções dos gestores sobre as avaliações externas e as ações realizadas pelos mesmos diante dos resultados alcançados pelas escolas. A intenção é fomentar a análise crítico reflexiva dos resultados obtidos pelas escolas em face dos objetivos das mesmas, aos objetivos do SEAPE, dos conhecimentos, das habilidades e competências necessárias ao aluno do século XXI, dos fatores intra e extraescolares intervenientes nos resultados, para o desenvolvimento de um planejamento participativo pautado na corresponsabilidade dos envolvidos no processo educacional.

A Rede Estadual de Ensino em Brasília é composta por seis (06) escolas, quatro (04) de ensino regular localizadas na zona urbana e duas (02) na zona rural. A pesquisa focará as 04 escolas estaduais urbanas pelo fato das mesmas estarem sendo avaliadas desde 2009, ano da primeira edição do SEAPE, o que não ocorre com as escolas de Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano: Escola Estadual Valéria Bispo Sabala e Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Pedro

de Assis, ambas localizadas na zona rural, e que passaram a ser avaliadas pelo SEAPE, a partir de 2012.

Desta forma, são objetos de pesquisa a Escola de Ensino Fundamental Getúlio Vargas, a Escola de Ensino Fundamental e EJA Coronel Manoel Fontenele de Castro, a Escola de Ensino Fundamental e EJA Instituto Odilon Pratagi e a Escola de Ensino Fundamental e Médio Kairala José Kairala.

Para análise do problema proposto foi considerado o período de 2009 a 2014. As informações utilizadas nessa pesquisa foram baseadas nos informativos do SEAPE; os documentos oficiais das Instituições de Ensino pesquisadas como o Projeto Político Pedagógico/PPP, o Regimento Interno e o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE). Também foram realizadas entrevistas com os quatro (4) diretores escolares e com os quatro (04) coordenadores de ensino e aplicados questionários aos dez (10) professores das séries e disciplinas avaliadas pelo SEAPE, 4º Ano do Ensino Fundamental e as disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática dos anos Finais do Ensino Fundamental.

Acreditamos que a realização de entrevistas com os gestores escolares e com os demais envolvidos no processo educacional é fundamental para a percepção de aspectos relativos às suas práticas pedagógicas e administrativas, e também das suas percepções sobre o Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar/SEAPE.

As informações utilizadas na pesquisa referentes ao SEAPE estão disponíveis no portal eletrônico do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Acre, onde é possível obter informações sobre o Programa, as Matrizes de Referência de Língua Portuguesa e de Matemática utilizadas pelo Sistema em cada série avaliada, o guia de elaboração de itens, o resultado anual das avaliações, a coleção anual de revistas com informações detalhadas sobre as avaliações nas Redes Estadual e Municipal de Ensino, revistas pedagógicas de Língua Portuguesa e Matemática e a revista contextual, que aborda o contexto sócio econômico das escolas avaliadas.

Subsidiaram ainda a presente pesquisa, informações das escolas pesquisadas referentes à Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/IDEB, disponíveis no site do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP.

A dissertação é composta por três capítulos. No capítulo I é apresentado o Caso de Gestão partindo da concepção das Avaliações Externas a nível nacional e a adoção de Políticas de Avaliação Educacional a nível estadual. As escolas pesquisadas são descritas abordando o contexto social e econômico dos discentes, aspectos históricos da escola, estrutura física, recursos humanos e de gestão; resultados do Indicador de Desempenho Escolar (IDEB), das avaliações externas, como a Prova Brasil e o SEAPE no período de 2009 a 2014, e ações de intervenção das escolas para o cumprimento das metas estabelecidas e pactuadas com o Ministério da Educação a nível nacional, por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/IDEB e o pactuado a nível estadual pelo SEAPE. O capítulo finaliza com as percepções de professores, coordenadores de ensino e diretores escolares, sobre as avaliações externas, sobretudo a avaliação estadual, os fatores que impactam negativamente nos resultados na visão dos professores, coordenadores e diretores e como ocorre o processo de responsabilização pelos resultados obtidos.

No segundo capítulo, é apresentada a análise dos fatores intervenientes no processo de ensino aprendizagem detectados a partir das entrevistas realizadas com diretores e coordenadores de ensino e dos questionários aplicados aos professores. Os dados auferidos com a pesquisa foram analisados considerando a gestão democrática destacada como necessária na promoção de uma educação pública de qualidade afirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB 9394 de 1996 (BRASIL, 1996). A Lei 1513 de 2003, que trata da gestão democrática do ensino público no Acre, define como princípios da gestão democrática, entre outros, o processo de participação coletiva que garanta a presença de todos os segmentos nos processos de elaboração das políticas das unidades de ensino e em suas instâncias decisórias, gestão de responsabilidade com definição clara de competências e efetiva implementação de prestações de contas, gestão de resultados com processos definidos de acompanhamento e avaliação permanentes e gestão estratégica com foco voltado para a qualidade do ensino (ACRE, 2003).

Os resultados produzidos anualmente pelo SEAPE e encaminhados às escolas permitem o acompanhamento do desenvolvimento do ensino e a gestão dos resultados, possibilitando a definição de estratégias nas fragilidades detectadas.

Desenvolver continuamente a competência profissional constitui-se em desafio a ser assumido pelos profissionais, pelas escolas e pelos sistemas de ensino, pois essa se constitui em condição fundamental da qualidade de ensino (LUCK, 2009). A compreensão e análise dos resultados das avaliações são, portanto, fundamentais à gestão escolar, para promoção de ações e estratégias efetivas, visto que apontam os avanços e as fragilidades da instituição de ensino. A busca pela qualidade e melhoria da educação passa pela definição de padrões de desempenho e competências de diretores escolares, dentre outros, de modo a nortear e orientar o seu desenvolvimento (LUCK, 2009).

É importante observar que os Sistemas de Avaliação vêm se consolidando nos últimos anos e, apesar de reconhecidos os objetivos e a importância dos dados produzidos pelos mesmos, ainda é pouco visível a utilização eficiente desses resultados na prática pedagógica das escolas, constituindo-se um dos grandes desafios a serem superados (CASTRO, 2009).

A preocupação com os resultados está presente nas administrações públicas educacionais e das escolas o que os leva a proposição de ações como aperfeiçoamento do currículo, formação de professores, dentre outras. Espera-se que as avaliações externas sejam vistas como estímulo a mudanças no processo educacional e não como punição (GATTI, 2009).

O terceiro capítulo, longe de se configurar como uma receita a ser seguida, busca fomentar o desenvolvimento de práticas administrativas e pedagógicas de corresponsabilidade, orientadas pela gestão escolar, com vistas ao bom desempenho da aprendizagem dos alunos. O objetivo primordial do Plano de Intervenção deste trabalho consiste em detalhar ações de fortalecimento do processo de utilização dos resultados das avaliações externas de maneira crítica, partilhada e corresponsável, em que os resultados sejam entendidos como reflexo do esforço do trabalho realizado pelas escolas e não como objetivo maior do trabalho da gestão escolar. Nessa perspectiva, o Plano de Intervenção propõe duas (2) ações, a primeira voltada para a formação da equipe gestora e professores, que consiste na realização de curso de capacitação para domínio do funcionamento do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Acre e utilização dos resultados das avaliações externas. A segunda ação propõe a atualização do Projeto Político Pedagógico – PPP das escolas. Ambas as ações visam fortalecer os processos de análise e utilização dos resultados da aprendizagem escolar dos

alunos, produzidos pelo SEAPE, utilizando como indutores o conhecimento sobre as avaliações e a responsabilização dos envolvidos, na reconstrução do Projeto Político Pedagógico.

1 AVALIAÇÕES EXTERNAS NO BRASIL E O SEAPE

Para compreendermos como os resultados do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar estão sendo utilizados pelas escolas, com vistas a melhorar os indicadores educacionais de fluxo e aprendizagem, é necessário entender como foi concebido esse sistema de avaliação.

Sendo assim, neste primeiro capítulo, apresentamos considerações sobre o contexto histórico das avaliações externas no Brasil e sobre o Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar do estado do Acre, além de características socioeconômicas do município de Brasiléia e das escolas pesquisadas, destacando informações gerais das instituições de ensino e os resultados alcançados pelas mesmas nas seis edições do SEAPE, na Prova Brasil e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Por fim, apresentamos os fatores que interferem na melhoria dos resultados conforme o ponto de vista dos professores, coordenadores e diretores escolares.

1.1 AS AVALIAÇÕES EXTERNAS NO BRASIL

A década de 1990 foi marcada por reformas educacionais com o objetivo de dar condições aos sistemas educacionais de cada país na preparação para as mudanças na organização da economia global, ou seja, a globalização, que consistia na abertura das economias nacionais a concorrência em escala mundial e ao livre movimento de investimentos e tecnologias. As reformas educacionais, no caso da América Latina, propunham a modernização da gestão dos sistemas de ensino de educação pública, garantia de acesso à escola e educação de qualidade para todos, fortalecimento da profissão docente, o aumento do investimento educacional e desenvolvimento da prática de ensino voltada para o atendimento das demandas sociais. Dadas às particularidades de cada país, observa-se um processo de uniformidade nas reformas propostas em todo o continente, em especial quando treze (13) países da América Latina implementaram, no período de 1990 a 1998, seus sistemas de avaliação educacional padronizada (BROOKE, 2012, p. 326).

O banco internacional (BIRD) foi o principal financiador da reforma educacional dos países da América Latina. Em 1990, em Jomtien, na Tailândia, foi lançada a “Conferência Mundial de Educação Para Todos”. Nesta conferência os países assumiram, dentre outros compromissos, a responsabilidade de universalizar o Ensino Fundamental e de expandir o Ensino Médio (BRASIL, 2000). O artigo quarto da Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (1990), intitulado: “Concentrar a atenção na aprendizagem”, reflete a preocupação na avaliação dos resultados produzidos. De acordo com o documento:

A tradução das oportunidades ampliadas de educação em desenvolvimento efetivo – para o indivíduo ou para a sociedade - dependerá, em última instância, de, em razão dessas mesmas oportunidades, as pessoas aprenderem de fato, ou seja, apreenderem conhecimentos úteis, habilidades de raciocínio, aptidões e valores. Em consequência, a educação básica deve estar centrada na aquisição e nos resultados efetivos da aprendizagem, e não mais exclusivamente na matrícula, frequência aos programas estabelecidos e preenchimento dos requisitos para a obtenção do diploma. Abordagens ativas e participativas são particularmente valiosas no que diz respeito a garantir a aprendizagem e possibilitar aos educandos esgotar plenamente suas potencialidades. Daí a necessidade de definir, nos programas educacionais, os níveis desejáveis de aquisição de conhecimentos e implementar sistemas de avaliação de desempenho (UNESCO, 1990, p. 04).

A Conferência de Jomtien influenciou a agenda das políticas educacionais dos países em desenvolvimento. No caso do Brasil, que se tornou um dos países signatários, a Conferência deu novo ânimo aos esforços que já vinham sendo empreendidos para universalizar o Ensino Fundamental e para erradicar o analfabetismo. Em relação à educação básica houve mudança no perfil de financiamento da educação, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); estabelecimento de sistemas nacionais de avaliação, com a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); e reforma do ensino médio, com a separação desse nível de ensino e da educação profissional e a definição de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Em 1996, as reformas institucionais foram consolidadas pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em que o Ministério da Educação assumiu o papel de formulador e coordenador das

políticas nacionais de educação, por meio da descentralização das ações e da efetiva colaboração das secretarias estaduais e municipais na promoção da Educação Básica. Também foi incorporado um novo perfil de atuação pautado no monitoramento e na avaliação do desempenho do sistema educacional (BRASIL, 2000), conforme previsto pelo artigo nono, inciso VI, da Lei Nº 9.394/1996, que confere à União a incumbência de:

[...] assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (BRASIL, 1996).

Entretanto, apesar de legitimadas em 1996, desde 1987 vinham sendo realizadas no Brasil experiências de avaliações externas da educação, inicialmente um estudo piloto foi realizado em 10 capitais, expandindo o estudo avaliativo para mais 20 capitais e depois 39 cidades, distribuídas em 14 estados (SOUZA, 2012) no intuito de verificar a viabilidade de um processo mais amplo por parte do Ministério da Educação (GATTI, 2009, p. 11).

As primeiras experiências de avaliação em larga escala realizadas no período de 1988 a 1991, que consistiam na aplicação de testes de Língua Portuguesa (Redação), Matemática e Ciências aos alunos de primeira, terceira, quinta e sétimas séries, assim como a participação do Brasil, em 1990, no Segundo Programa Internacional de Avaliação de Proficiência Educacional, serviram de base para a implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica no Brasil – SAEB (GATTI, 2009, p. 11).

Dentre as avaliações realizadas neste período, podemos citar, a partir de 1992, o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar no Estado de São Paulo - SARESP, o Sistema Público de Avaliação Escolar do Ceará – SPAECE e o Sistema Mineiro de Avaliação Escolar – SIMAVE, todos com o objetivo de aferir o nível de aprendizagem e diagnosticar os problemas educacionais que interferem na aprendizagem.

A primeira edição do SAEB aconteceu em 1990, com a participação de uma amostra de escolas que ofertavam as primeiras, terceiras, quintas e sétimas séries do Ensino Fundamental nas escolas públicas da rede urbana. A avaliação era composta de questões objetivas, conforme o modelo Clássico de Testes/TCT (BRASIL, 2009). Esse modelo, segundo Pasquali (2009), tem por objetivo a

interpretação do resultado final, ou seja, o resultado dos itens diz sobre o sujeito, não sendo possível a verificação e avaliação do processo de construção do conhecimento.

Em 1993 foi implementado o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), avaliação externa de larga escala, aplicada a cada dois anos com o objetivo de diagnosticar o sistema educacional brasileiro e alguns fatores que podem interferir no desempenho do aluno. A intenção era fornecer indicativos sobre a qualidade do ensino ofertado. As informações produzidas visavam subsidiar a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas educacionais nas esferas municipal, estadual e federal, contribuindo para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência do ensino (BRASIL, 2009).

O SAEB, dois anos após a sua implementação (1992), inovou o sistema adotando uma nova metodologia de construção de testes e análise de resultados, a “Teoria de Resposta ao Item/TRI”. Essa teoria tem o propósito de medir a habilidade do sujeito de acordo com as respostas dada a cada item, ou seja, analisa partes e probabilidades que geram o resultado final (PASQUALI, 2009). Essa mudança abriu possibilidade de comparação entre os resultados das avaliações ao longo do tempo. Assim, foi definido como público alvo as séries finais dos ciclos de escolarização: 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental (que correspondem ao 5º e 9º ano, atualmente) e 3º ano do Ensino Médio (BRASIL, 2009).

A partir da edição de 2001, o SAEB passou a avaliar apenas as áreas de Língua Portuguesa e Matemática, no qual o formato se manteve nas edições de 2003, 2005, 2007, 2009 e 2011 (BRASIL, 2013). Em 2005, o SAEB foi reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, passando a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e Avaliação Nacional de Rendimento Escolar (ANRESC), ambas realizadas a cada dois anos. Recentemente, por meio da Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013, foi incorporada ao SAEB a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), realizada anualmente (BRASIL, 2013).

A Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), que tem por objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira, avalia de maneira amostral os alunos das redes públicas e privada do país, em áreas urbanas e rurais, matriculados na 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental e

no 3º ano do Ensino Médio. A avaliação apresenta os resultados do país como um todo, das regiões geográficas e das unidades da federação (BRASIL, 2009).

Conhecida como Prova Brasil, a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), de caráter censitário tem como objetivo avaliar o ensino ministrado nas escolas públicas, por meio da avaliação dos alunos da 4ª série/ 5º ano e 8ª série/ 9º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal que possuem no mínimo 20 alunos matriculados nas séries avaliadas. Os resultados são disponibilizados no site do INEP por escola e por ente federativo (BRASIL, 2009).

No ano de 2013 foi incorporada ao SAEB a Avaliação Nacional de Alfabetização/ANA, realizada de forma censitária, e que avalia os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas com o objetivo de verificar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, alfabetização em Matemática e as condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas.

Os resultados do SAEB são disseminados por meio da distribuição de relatórios técnicos, relatórios estaduais, boletins, material disponibilizado para os meios de comunicação, promoção e eventos locais, nacionais e internacionais. São produzidos documentos específicos sobre o desempenho, condições da escola, características dos professores e diretores dentre outros aspectos, tanto a nível nacional quanto por região. Os resultados englobam tanto aqueles relacionados ao desempenho dos alunos quanto àqueles referentes às variáveis da escola, do diretor, do professor e dos hábitos de estudo e condições socioculturais dos alunos.

Os resultados gerados por essas avaliações devem ser utilizados como subsídio para proposição e implementação de ações e políticas públicas voltadas para atendimento específico das dificuldades detectadas. Além de ser um mecanismo de avaliação e informação da situação que se encontra o sistema de ensino em cada unidade escolar. Os resultados são essenciais ao Ministério da Educação, às secretarias estaduais e municipais de educação e às unidades de ensino (BRASIL, 2009).

Com a expansão do SAEB, foi possível a construção de um indicador nacional de educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), composto pelos resultados do SAEB e o fluxo escolar, possibilitando referências do país como um todo, e, especificamente, por estados, municípios e instituições de ensino. O IDEB é expresso em valores que variam de zero a dez e é calculado por

meio da multiplicação de duas variáveis produzidas pela escola sendo a primeira referente à nota da aprendizagem escolar, verificada nas avaliações do SAEB, e a segunda correspondente ao fluxo escolar, obtido por meio do Educacenso¹ (BRASIL, 2009).

Com o IDEB, as possibilidades de mobilização em prol da melhoria da educação aumentaram, visto que o índice permite a comparação dos sistemas e unidades de ensino em nível nacional. Além disso, os resultados são abertos à consulta pública. Os resultados do SAEB são disponibilizados no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio de relatórios das análises realizadas a cada edição, bem como a base de dados das aplicações (BRASIL, 2009).

Depreende-se que, a partir da exposição dos resultados educacionais de cada unidade federativa nos meios de comunicação de massa, as autoridades políticas e educacionais passaram a refletir mais sobre a proposição de ações de melhoria na qualidade do ensino ofertada no âmbito de cada estado e de cada município. A divulgação dos resultados funciona como uma prestação de contas do serviço ofertado e de utilização dos recursos públicos.

No intuito de verificar os fatores que interferem nos resultados educacionais a nível local, os estados passaram a investir na adoção de políticas de avaliação estadual, culminando com a criação de Sistemas de Avaliação no âmbito da unidade federativa, visto que a avaliação nacional é bianual. A partir dos resultados produzidos por esses sistemas, chamados de Avaliação Externa, como Instrumento da Gestão Educacional, são elaboradas políticas que buscam a superação dos resultados. As finalidades dessas políticas variam de acordo com as necessidades e interesses de cada estado.

Um estudo realizado pela Fundação Víctor Civita, sobre as avaliações externas como instrumento de gestão dos estados, traçou uma matriz classificatória que categorizou as políticas adotadas pelos estados a partir dos resultados das avaliações externas (FUNDAÇÃO VÍCTOR CÍVITA, 2010).

¹ O Educacenso é um sistema eletrônico de coleta de informações educacionais que permite obter dados individualizados de cada estudante, professor, turma e escola do país, tanto das redes públicas (federal, estaduais e municipais) quanto da rede privada (BRASIL, 2014).

Quadro1 Classificação do uso dos resultados da avaliação a partir da finalidade das políticas de Gestão Educacional

	Uso dos Resultados da Avaliação (Política de Gestão)	Exemplos de Políticas implementadas
01	Avaliação de programas, monitoramento, planejamento e Pesquisa	Edurural (MEC) Avaliação PDE (Ceara) Avaliação Escolas de Referencia (PE) Ideps; Idepe; Ideam; IDE-Rio etc. Gestão para resultados (MG) PAR (MEC) Programa. Escolas - Padrão (SP)
02	Para informar as escolas sobre a aprendizagem dos alunos e definir as estratégias de formação Continuada	Boletim de Resultados (PE) Relatório Pedagógico (DF) PIP (MG)
03	Para informar ao publico	Boletim da escola (Paraná) Propaganda politica (MG)
04	Para alocação de Recursos	Escola Nota 10 (CE)
05	Para politicas de incentivos salariais	Acordo de Resultados (MG) Escola Nota 10 (CE) Bonificação por Desempenho (SP)
06	Como componente da politica de avaliação docente	ADI (MG) Recondução de diretores (DF)
07	Para a certificação de alunos e escolas	Promoção de alunos de 4 ^a e 8 ^a serie. 2001. (SP) Aprovação de funcionamento de escolas (DF)

Fonte: Produção própria a partir de informações de relatório de Pesquisa. (FUNDAÇÃO VICTOR CÍVITA, 2010).

Como se pode observar no Quadro 1, a política de gestão dos resultados das avaliações externas nos estados tem sido realizada de diferentes maneiras e finalidades. Os resultados de aprendizagem escolar verificados pelas avaliações externas pautam as políticas e ações a serem executadas no âmbito educacional de cada estado. Exemplo disto, se pode verificar na Quadro 1, são as políticas de Avaliação de Programas, monitoramento, planejamento e pesquisa e políticas de incentivos salariais adotadas em Minas Gerais, São Paulo e Ceará. No Ceará, é possível verificar ainda em políticas de alocação de recursos e em São Paulo como certificação de alunos e escolas. Em Pernambuco, no Distrito Federal e Minas Gerais foram identificadas políticas de informação dos resultados para as escolas e definição de estratégias para a formação continuada de professores. Portanto, as avaliações externas tem subsidiado a definição de políticas públicas educacionais.

No estado do Acre, as políticas educacionais adotadas a partir dos resultados do SEAPE estão classificadas de acordo com a matriz apresentada na Tabela 1 com o objetivo de realizar a avaliação de programas, monitoramento, planejamento e pesquisa; informar aos sistemas de ensino e escolas sobre a aprendizagem dos

alunos para subsidiar a definição de ações e estratégias, conforme descrito nas finalidades do Sistema de Avaliação da Aprendizagem Escolar:

O Governo do Acre, ao longo de 12 anos, tem envidado esforços, no sentido de efetivar políticas de educação de qualidade para todos. Isso, no entanto, só é possível se houver diagnósticos precisos da realidade educacional para, a partir daí, definir política e estratégias de curto, médio e longo prazo. Entendendo dessa forma a Secretaria de Estado de Educação decidiu construir um sistema de avaliação em larga escala para subsidiar o trabalho da secretaria, dos gestores municipais, gestores escolares e professores. O SEAPE – Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar cumpre esse papel e tem como finalidade realizar o diagnóstico do sistema público de educação para verificar a efetividade das políticas de educação em curso, no Estado e nos municípios, fornecendo elementos de análise para as escolas organizarem um projeto pedagógico com metas e ações mais apropriadas ao seu contexto. A avaliação externa é uma importante ferramenta de orientação para a tomada de decisões relativas às políticas educacionais em todos os seus níveis: a gestão do sistema, a gestão escolar e a gestão da sala de aula (ACRE, 2009b, p. 5).

Na Secretaria de Educação do Acre, as políticas de incentivo financeiro, nominadas de Valorização de Desempenho Profissional/VDP para professores e Valorização do Desempenho de Gestão/VDG para gestores, não se vinculam de forma direta aos resultados das avaliações externas, pois a avaliação de desempenho é dada pelo êxito e participação profissional no processo de ensino aprendizagem, conforme veremos na subseção 1.1.1 desta dissertação. Entendemos que a vinculação do incentivo financeiro aos resultados das avaliações externas é uma estratégia que pode responder, em partes, aos objetivos propostos pela Secretaria Estadual de Educação, a fim de melhorar a qualidade de ensino. Porém, apresenta limitações em dimensões essenciais à mudança da prática pedagógica, como, por exemplo, em relação às habilidades e competências dos docentes na operação das mudanças necessárias e os valores individuais dos docentes e discentes, fatores que funcionam como propulsores para efetivação das mudanças.

O incentivo financeiro acrescido à remuneração dos profissionais em virtude do cumprimento de atividades objetivas *versus* nota do aluno, expressas pelas notas bimestrais e pela avaliação externa pode ser um primeiro passo na caminhada em busca da qualidade do ensino. No entanto, é necessário analisarmos e nos posicionarmos de maneira reflexiva aos projetos e ações definidos para realização no interior da escola, ou seja, precisamos estar atentos aos reais objetivos da

educação, aos processos de responsabilização dos resultados, as ações desenvolvidas, as metas propostas e ainda verificar se as ferramentas e estratégias utilizadas nos condicionam a consecução dos objetivos, em se tratando da avaliação escolar, seja ela interna ou externa, é importante que o foco do processo ensino aprendizagem esteja voltado ao desenvolvimento pleno do aluno e a sua preparação para a cidadania.

Para que as avaliações externas atinjam o seu objetivo central, melhorar a qualidade da educação, as secretarias de educação, além do incentivo financeiro aos profissionais e da definição de políticas de intervenção, precisam sensibilizar e envolver os mesmos nesse novo contexto e subsidiar as escolas na utilização pedagógica dos resultados. Gatti (2009) destaca que a disseminação dos resultados de forma mais adequada é um dos pontos cruciais a ser resolvido no desenvolvimento do processo, para que haja utilização dos resultados.

Os problemas de utilização dos dados por diretores de escola coordenadores pedagógicos e professores vêm ocorrendo tanto na utilização das avaliações estaduais como das avaliações nacionais. A disseminação dos dados em formas mais adequadas, diferenciadas conforme a audiência — público em geral, pais, professores, gestores — é ponto nevrálgico a ser resolvido no desenvolvimento desses processos (GATTI, 2009, p. 9).

A pouca utilização dos resultados, conforme apontado por Gatti (2009), pode se dar pela maneira em que os mesmos são apresentados, sem especificidade quanto a clientela a que se destina.

Castro (2009), em estudo sobre os Sistemas de Avaliação Externa, aponta como um dos pontos positivos a maior eficiência na definição de políticas públicas e avanços no desempenho de aprendizagem dos alunos, visto que as intervenções são pontuais. Contudo, afirma que, no interior das escolas os resultados ainda são pouco utilizados pedagogicamente. De acordo com ela:

Embora a Prova Brasil seja um importante instrumento de apoio à escola para aprimorar seu projeto pedagógico e rever práticas didáticas ineficazes, ainda são tímidas as iniciativas de uso dos seus resultados para melhorar a sala de aula e a formação em serviço dos professores (CASTRO, 2009, p. 11).

A pouca utilização dos resultados nas escolas brasileiras, no caso da Prova Brasil, é apontada por Castro (2009) como sendo pela falta de habilidade das mesmas em dar vida e finalidade aos resultados apresentados, ao passo em que os

sistemas de ensino não dispõem de capacidade institucional e competência técnica para apoiá-las.

No mesmo sentido, Gatti (2009) aponta como uma das fragilidades das Avaliações Externas, além da forte ênfase dada as escolas com maior e menor desempenho, a pouca utilização dos resultados:

Observou-se a pequena utilização dos dados por parte das redes, seja por processos inadequados de disseminação e de dar acesso e visibilidade aos dados, seja por dificuldades nas redes de lidar, analisar, interpretar esses dados pedagogicamente. Os problemas de utilização dos dados por diretores de escola, coordenadores pedagógicos e professores vêm ocorrendo tanto na utilização das avaliações estaduais como das avaliações nacionais. A disseminação dos dados em formas mais adequadas, diferenciadas conforme a audiência — público em geral, pais, professores, gestores — é ponto nevrálgico a ser resolvido no desenvolvimento desses processos (GATTI, 2009, p. 15).

Verifica-se que a parca ou a má utilização dos resultados das avaliações externas é um dos pontos a ser superado, visto que, segundo Gatti (2009), além das unidades de ensino, as redes de ensino também apresentam essa fragilidade, constituindo-se como obstáculo para efetivação da melhoria da aprendizagem dos alunos.

Nesse contexto, na tentativa de superar os baixos resultados educacionais apontados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica, desde 1995, o estado do Acre, após algumas iniciativas de avaliação estadual padronizada, criou, em 2009, o Sistema Estadual de Avaliação de Aprendizagem Escolar do Acre - SEAPE.

1.1.1 O Contexto do Surgimento do SEAPE

A primeira experiência do Acre com Avaliação em larga escala aconteceu em 1990, com a criação da Coordenação de Avaliação Escolar, vinculada à Diretoria de Planejamento da Secretaria Estadual de Educação (SEE-AC). Posteriormente, a Coordenação de Avaliação foi vinculada ao Setor de Estatística da Secretaria de Educação. Em 1999 e 2003, em parceria com MEC/INEP, a Secretaria de Educação do Acre, realizou, no ano de 1999, de modo censitário, a avaliação dos alunos da 4ª série do Ensino Fundamental e, em 2003, expandiu a avaliação para os alunos de 8ª série do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio. Para apresentação dos

resultados das Avaliações foram produzidos relatórios individualizados e orientações realizadas por meio de seminários com a participação dos diretores e coordenadores pedagógicos (ALVES, 2012).

Na avaliação do SAEB de 1995, o estado do Acre apresentou a proficiência média das escolas estaduais urbanas figurando entre as mais baixas do país. Considerando os estados e o Distrito Federal, o Acre ocupou a 27ª e a 24ª posição, respectivamente, em Língua Portuguesa e em Matemática na 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental. As notas obtidas foram 163,4 para Língua Portuguesa e 167,6 para Matemática nas 4ª séries. A média brasileira do SAEB, para as escolas estaduais urbanas, neste mesmo ano, foi de 187,90 em Língua Portuguesa e 189,30 em Matemática (BRASIL, 2009).

Tabela 1 Média de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática – 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do E.F das escolas estaduais urbanas do Acre

Avaliação SAEB (1995- 2005)	Média Acre (4ª série /5º ano)	Média Brasil (4ª série/5º ano)	Média Acre (8ª série/9º ano)	Média Brasil (8ª série/9º ano)
Língua Portuguesa	163,40 – 1995	187,90 – 1995	230,40 – 1995	252,40 – 1995
	160,70 – 1997	183,90 – 1997	228,60 – 1997	243,90 – 1997
	153,00 – 1999	167,50 – 1999	214,40 – 1999	226,50 – 1999
	-	-	-	-
	156,20 – 2003	170,70 – 2003	223,10 – 2003	226,70 – 2003
	170,00 – 2005	173,00 – 2005	227,30 – 2005	226,60 – 2005
Matemática	167,60 – 1995	189,30 – 1995	222,90 – 1999	246,60 – 1995
	164,10 – 1997	187,50 – 1997	224,80 – 1997	241,20 – 1997
	161,20 – 1999	178,10 – 1999	223,60 – 2000	239,10 – 1999
	-	-	-	-
	156,00 – 2003	178,30 – 2003	224,00 – 2003	238,60 – 2003
	171,60 – 2005	181,80 – 2005	224,90 – 2005	232,90 – 2005

Fonte: Adaptada de (BRASIL, 2009) – (SAEB, 1995 – 2005).

A Tabela 1 apresenta, no ano de 1995, um quadro preocupante e um grande desafio para os gestores do estado. Nas séries finais do ensino Fundamental, 8ª série/ 9º ano, os resultados também foram críticos, com as médias de 230,40 e 222,90 em Língua Portuguesa e Matemática, respectivamente. Estes números apresentaram uma variação negativa de 22 pontos em Língua Portuguesa e de 23,70 em Matemática em relação à média nacional das escolas estaduais urbanas. Observa-se que as avaliações no período de 1995 a 2003, apresentaram queda em Língua Portuguesa, e em Matemática no período de 1995 a 2003, tanto em relação ao estado do Acre, quanto a nível nacional. Percebe-se, portanto uma queda mais

expressiva a nível nacional, de forma que as notas do estado do Acre ficaram mais aproximadas da média nacional.

Em 2007, segundo dados da plataforma QEDU, portal aberto e gratuito de informações educacionais, no estado do Acre, os resultados da Prova Brasil evidenciaram que dos alunos matriculados no quinto (5^o) ano, apenas vinte e dois por cento (22%) tinham o conhecimento adequado à série em Língua Portuguesa e, treze por cento (13%), em Matemática. No nono (9^o) ano os indicadores eram ainda mais críticos, sendo que apenas onze por cento (11%) detinham o conhecimento adequado à série em Língua Portuguesa e quatro por cento (4%) em Matemática. (QEDU, s.d.).

No município de Brasiléia, no mesmo período, os números no quinto (5^o) ano eram de vinte por cento (20%) de proficiência em Português e dezesseis por cento (16%) em Matemática. No nono (9^o) ano o percentual era de dezesseis por cento (16%) em Língua Portuguesa e oito por cento (8%) em Matemática (QEDU, s.d.). A Tabela 2 mostra o percentual dos alunos com conhecimento adequado à série, no período de 2007 a 2011.

Tabela 2 Percentual de alunos com conhecimento adequado à série em Língua Portuguesa e Matemática – 4^a série/5^o ano e 8^a série/9^o ano do E.F das escolas estaduais urbanas do Acre

Avaliação SAEB (2009 - 2011)	% de alunos com conhecimento adequado à série ACRE (4 ^a série /5 ^o ano)	% de alunos com conhecimento adequado à série – Brasiléia - AC (4 ^a série/5 ^o ano)	% de alunos com conhecimento adequado à série ACRE (8 ^a série/9 ^o ano)	% de alunos com conhecimento adequado à série – Brasiléia - AC (8 ^a série / 9 ^o ano)
Língua Portuguesa	2009 – 22% 2010 – 30% 2011 – 33%	2009 – 21% 2010 – 48% 2011 – 50%	2009 – 11% 2010 – 20% 2011 – 18%	2009 – 16% 2010 – 36% 2011 – 32%
Matemática	2009 – 13% 2010 – 23% 2011 – 25%	2009 – 16% 2010 – 30% 2011 – 46%	2009 – 04% 2010 – 06% 2011 – 08%	2009 – 08% 2010 – 11% 2011 – 16%

Fonte: Adaptada de dados de (ALVES, 2012).

Os resultados da Tabela 2 evidenciam a necessidade de políticas públicas voltadas para a melhoria da aprendizagem dos alunos do estado do Acre como um todo, visto que o maior percentual de alunos com aprendizagem adequada à série

correspondia a 22%, encontrando-se estes resultados em Língua Portuguesa nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Em 2008, a Secretaria Estadual de Educação contratou a empresa Abaquar Consultores e Editores Associados para realização da avaliação externa do sistema de ensino público do Acre nas 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e na 2ª série do Ensino Médio (NOGUEIRA E ALMEIDA, 2013).

Em 2009, a avaliação educacional estadual passou a ser realizada pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), da Universidade de Juiz de Fora (UFJF). A Parceria SEE-AC e CAEd foi oficializada por meio do Contrato/SEE Nº 696/2010, homologado em publicação do Diário Oficial do Estado Nº 10.449/2010, no dia 29 de dezembro de 2010. A possibilidade desse investimento foi fruto do Acordo de Empréstimo Nº 7625, junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), tendo como objeto: contrato de serviços de consultoria para realizar avaliação externa do desempenho escolar, contemplando dois elementos de despesa: 1) Serviço de Consultoria; e 2) Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Processos e Materiais Pedagógicos, totalizando um montante de R\$ 1.361.718,54 (um milhão trezentos e sessenta e um mil setecentos e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos). Este valor foi desembolsado por fases, assim constituídas: 1ª fase - Planejamento (Desenho da avaliação) 30% dos recursos; 2ª fase - Execução (Aplicação dos instrumentos de avaliação), 40% dos recursos e 3ª fase - Resultados (Emissão dos relatórios) 30% (NOGUEIRA E ALMEIDA, 2013).

A parceria com o CAEd resultou na criação do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar (SEAPE), que, de acordo com informação disponível no portal do Sistema, tem o propósito de realizar o diagnóstico, de forma censitária, da educação ofertada com a intenção de oferecer informações capazes de orientar, no âmbito dos sistemas de ensino, o desenvolvimento de políticas que garantam o direito a uma aprendizagem escolar eficaz de forma qualitativa e equânime (UFJF, 2009).

Com a criação do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar, o Acre caminhou em direção ao processo de responsabilização das escolas pelos resultados produzidos, visto que o SEAPE proporciona, anualmente, e de forma censitária, nas séries avaliadas, os resultados alcançados, bem como as habilidades

e competências desenvolvidas. Objetivou-se, assim, oferecer um instrumento capaz de nortear o trabalho das escolas.

Nos anos de 2009 e 2010, foram criadas e aprovadas as Leis de Valorização de Desempenho Profissional dos servidores educacionais que desempenham função de gestão escolar ou regência em sala de aula, sendo o valor do prêmio constituído em uma parte fixa e uma variável. A parte variável é calculada de acordo com o cumprimento de metas estabelecidas pela Secretaria Estadual de Educação, regulamentadas pelo Decreto nº 4.924/2009.

O Decreto Nº 4.924, de 30 de dezembro de 2009, regulamenta o Prêmio Anual de Valorização e Desenvolvimento da Gestão – VDG, de que trata o art. 23-B da Lei Complementar nº 67, de 29 de junho de 1999. O decreto estabelece que o pagamento da parte variável da Valorização de Desempenho, que corresponde a 80% (oitenta por cento), será efetivada mediante o cumprimento de 100% (cem por cento) da carga horária e dos dias letivos previstos na legislação, cumprimento de 100% (cem por cento) dos prazos legais no tocante às prestações de contas e censo escolar e cumprimento de 100% (cem por cento) das atualizações das informações no sistema de gerenciamento Escolar (SIGE) nos prazos definidos pela Secretaria de Estado de Educação (ACRE, 2009a).

No ano de 2010 o Decreto Nº 5.592, de 16 de Agosto de 2010, regulamentou o Prêmio Anual de Valorização e Desenvolvimento Profissional – PAVDP, de que trata o art. 23-A, da Lei Complementar nº 67, de 29 de junho de 1999. A valorização de Desenvolvimento Profissional é destinada a professores regentes de sala de aula. A parte variável do prêmio, que corresponde a 80% (oitenta por cento), vincula-se ao cumprimento de 100% (cem por cento) da carga horária escolar de acordo com o calendário da escola, participação em 95% (noventa e cinco por cento) dos programas de formação continuada oferecidos pela SEE e cumprimento de 100% (cem por cento) das horas de atividades previstas no planejamento da unidade de ensino (ACRE, 1999).

A valorização de desempenho profissional tem contribuído para a melhoria dos trabalhos no âmbito escolar, visto que, houve a redução do absenteísmo docente e a participação dos mesmos nos planejamentos e formações continuadas oferecidas tanto pela Secretaria Estadual de Educação quanto pela própria escola. Os Coordenadores pedagógicos e de ensino têm a possibilidade de realizar o acompanhamento e desenvolvimento dos planos de aula e promover encontros e

formações necessárias á orientação dos professores, com a garantia da participação dos mesmos.

Desta forma, observa-se que a Secretaria Estadual de Educação do Acre dispõe de instrumentos de controle e monitoramento da qualidade do ensino ofertado no âmbito do estado, por meio do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar e do Programa de Valorização de Desempenho Profissional de Gestores e Professores que resultam no prêmio de incentivo financeiro. O intuito do prêmio é o de elevar a qualidade do ensino ofertado por meio do cumprimento e fortalecimento das ações propostas e pela responsabilização dos envolvidos no processo educacional.

1.1.2 Objetivos do SEAPE

A parceria do estado do Acre com o CAEd resultou na criação do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar (SEAPE), com o propósito de diagnosticar a educação ofertada no estado e de obter informações capazes de orientar, no âmbito dos sistemas de ensino, o desenvolvimento de políticas que garantam o direito a uma aprendizagem escolar eficaz de forma qualitativa e equânime.

Com o firme propósito de criar um sistema de ensino mais justo e inclusivo, no qual as chances de aprendizado sejam iguais para todos, a Secretaria de Estado de Educação do Acre desenvolveu o seu programa de avaliação da rede de educação pública, o Sistema de Avaliação do Desempenho Escolar do Acre – SEAPE. O objetivo é utilizar os resultados dessa avaliação como subsídio para intervenções destinadas a garantir o direito do estudante a uma educação de qualidade (UFJF, 2009, p. 09).

Objetivou-se, assim, oferecer um instrumento capaz de nortear o trabalho das redes de ensino e das instituições escolares para promoção de uma educação de qualidade para todos.

Com a criação do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar, o Acre caminhou em direção ao processo de responsabilização das escolas pelos resultados produzidos, visto que o SEAPE passou a proporcionar, anualmente, e de forma censitária, nas séries avaliadas, os resultados de aprendizagem produzidos

por cada uma das escolas públicas do Acre, bem como as habilidades e competências desenvolvidas pelos alunos.

O SEAPE, além de retratar o desempenho dos alunos ao longo de sua escolaridade e os pontos vulneráveis do sistema de ensino, busca identificar, por meio da aplicação de diferentes questionários de coletas de dados aplicados a diretores, professores e alunos, os fatores intra e extraescolares que interferem no rendimento escolar (ACRE, 2012, p.13).

1.1.3 Como o SEAPE é Aplicado

O SEAPE avalia, anualmente, os estudantes das séries finais de cada etapa de ensino nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática, de forma censitária no Ensino Fundamental e Amostral no Ensino Médio. As avaliações são realizadas em duas dimensões: desempenho dos estudantes, cujo instrumento utilizado é o teste de Língua Portuguesa e de Matemática, utilizando a Teoria da Resposta ao Item (TRI) e cujo resultado é expresso por meio da nota de Proficiência em cada uma das disciplinas avaliadas. A segunda dimensão é avaliada por fatores associados ao desempenho, instrumentalizados por meio de questionários realizados por alunos, professores e gestores e o resultado apresentado por meio de fatores contextuais (ACRE, 2012, p. 13-15).

O guia de elaboração de itens² do SEAPE descreve como são elaborados os testes que avaliam o desempenho dos estudantes. Os testes são compostos por itens construídos com base em matrizes de referência, as quais são formadas por um conjunto de descritores que, agrupados em tópicos, apresentam as habilidades consideradas básicas e possíveis de serem aferidas. A Matriz de Referência é um documento organizado e direcionado às habilidades que o aluno deverá demonstrar. Explicitam o conteúdo programático a ser avaliado em cada período e o nível de operação mental necessário para a realização de determinadas tarefas (ACRE, 2012, p. 15).

² O guia de orientações do SEAPE oferece informações sobre a avaliação em larga escala de natureza externa e orientações sobre os critérios a serem observados e as recomendações técnicas e pedagógicas na elaboração de itens.

Os descritores sintetizam as habilidades e competências que precisam ser aferidas em cada ano de escolaridade, sendo expressos detalhadamente para que se possam medir os aspectos que podem ser observados. Estes são selecionados para compor a matriz, considerando-se aquilo que pode ser avaliado por meio de um teste de múltipla escolha, cujos itens implicam a seleção de uma resposta em um conjunto de respostas possíveis (ACRE, 2009b).

Os itens que compõem os testes são questões de múltipla escolha construídas a partir de requisitos técnicos que buscam estabelecer a clareza e a precisão dos instrumentos utilizados na avaliação. A construção dos mesmos obedece algumas etapas, partindo da escolha do descritor a ser avaliado, da construção do enunciado a partir da escolha do suporte (texto a ser problematizado) e o comando para a resposta de forma clara e objetiva e em conexão com a habilidade que se pretende avaliar. Por fim, procede-se à construção de alternativas de resposta tendo-se em vista a produção de informações relevantes sobre o processo de construção da habilidade avaliada (ACRE, 2013).

A escala de proficiência é a expressão dos resultados das avaliações de desempenho dos estudantes avaliados. É uma forma específica de apresentar resultados com base em uma espécie de régua construída com critérios próprios, em que os resultados são apresentados em níveis, revelando o desempenho dos estudantes do nível mais baixo ao mais alto. Os resultados variam de acordo com as séries e disciplinas avaliadas no nível de Proficiência e Padrão de desempenho. Em Língua Portuguesa no 5º ano, a classificação é feita da seguinte maneira: Abaixo de 200 Pontos (Abaixo do Básico); de 200 a 250 pontos (Básico); de 250 a 300 pontos (Adequado) e Acima de 300 pontos (Avançado). A média de proficiência deve ser alocada na régua da Escala de Proficiência, o que permitirá a realização de um diagnóstico pedagógico, conforme a Figura 1.

A Figura 1 apresenta uma relação importante entre os padrões de desempenho e a nota obtida pela escola, pois a nota representada pela proficiência média dos alunos vem carregada de significados dos quais a escola deve apropriar-se para realização das intervenções. Os níveis de Proficiência e padrões de desempenho variam para o 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, assim como são diferenciados nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Figura 1 Detalhamento do Padrão de Desempenho e respectivo Nível de Proficiência para o 5º ano em Língua Portuguesa utilizado pelo SEAPE

Padrão de desempenho	Interpretação	Nível de proficiência
Abaixo do Básico	Os alunos que apresentam esse padrão de desempenho revelam ter desenvolvido competências e habilidades muito aquém do que seria esperado para o período de escolarização em que se encontram. Esses alunos desenvolveram habilidades básicas de leitura, pois são capazes de localizar informações em textos curtos, com temática e vocabulário compatíveis com a etapa de escolarização em que se encontram. Entretanto ainda não se mostram capazes de realizar inferências, ainda que simples, com base nas informações que se encontram explícitas na superfície textual. Assim, esse grupo de alunos necessita de uma intervenção focalizada de modo a progredirem com sucesso em seu processo de escolarização.	Até 125
Básico	Os alunos que apresentam esse padrão de desempenho demonstram já terem começado um processo de sistematização e domínio das habilidades consideradas básicas e essenciais ao período de escolarização em que se encontram. Além das habilidades apresentadas no padrão de desempenho anterior, esses alunos desenvolveram habilidades que lhes permitem ir além do que se encontra na superfície textual, pois já realizam inferências básicas como, por exemplo, inferir o sentido de uma palavra ou expressão. Entretanto, também para esse grupo de alunos, é importante o investimento de esforços para que possam desenvolver habilidades de leituras mais elaboradas, associadas, por exemplo, ao estabelecimento de relações entre partes de um texto.	De 125 a 175
Adequado	Os alunos que apresentam esse padrão de desempenho demonstram ter ampliado o leque de habilidades tanto no que diz respeito à quantidade quanto no que se refere à complexidade dessas habilidades, as quais exigem um maior refinamento dos processos cognitivos nelas envolvidos. Além das habilidades apresentadas no padrão de desempenho anterior, esses alunos, por exemplo, além de serem capazes de realizar inferências, desenvolveram habilidades que lhes permitem estabelecer relações entre partes de um texto e começam a desenvolver outras que lhes permitirão estabelecer relações entre textos.	De 175 a 225
Avançado	Os alunos que apresentam esse padrão de desempenho revelam ser capazes de realizar tarefas que exigem habilidades de leitura mais sofisticadas, pois além de serem capazes de localizar informações que se encontram explícitas em textos mais extensos e com vocabulário mais sofisticado, realizam inferências que requeiram o recurso ao sentido global do texto, articulam partes do texto no processo de produção de sentidos e, ainda, começam a ser capazes de estabelecer relações entre textos. Esses alunos desenvolveram habilidades que superam aquelas esperadas para o período de escolaridade em que se encontram.	Acima de 225

Fonte: (ACRE, 2009b, p. 33).

Os resultados do SEAPE fornecem informações do desempenho dos estudantes quanto à aprendizagem e a possibilidade de comparação dos resultados produzidos no decorrer dos anos. Por estes resultados são definidas metas, programas e ações para promover a melhoria da qualidade de ensino.

Os resultados dos testes e dos questionários contextuais, depois de sistematizados, são apresentados por meio de revistas destinadas aos sistemas de ensino, aos gestores escolares e aos professores. As revistas possuem informações referentes ao sistema de avaliação, aos resultados por sistemas de ensino, estadual e municipal, por regional³, por município e por escola, inclusive com os resultados obtidos nas edições anteriores, o que permite analisar o desempenho ao longo dos anos. Também são realizadas reuniões, seminários com secretários municipais e representantes de núcleos estaduais para a divulgação dos resultados e a

³ O estado do Acre encontra-se dividido em cinco regionais: Regional do Alto Acre, Regional do Baixo Acre, Regional do Juruá, Regional do Purus e Regional Tarauacá/Envira (ACRE EM NÚMEROS, 2011, p. 13).

realização de oficinas com a participação de diretores escolares, coordenadores de ensino e coordenadores pedagógicos. Estas oficinas abrangem diretamente uma média de quatro (04) pessoas por unidade de ensino, que deverão multiplicar o conteúdo aos professores.

De acordo com Gomes Neto e Rosenberg (1995), uma das etapas mais importantes dos sistemas de avaliação é justamente a da divulgação e discussão dos resultados.

O efetivo estabelecimento de um sistema de avaliação dependerá do uso que se fará das informações coletadas. A análise das informações obtidas com a avaliação deverá servir de base para definir e avaliar as ações definidas pelas políticas educacionais. Deste modo, a divulgação e discussão de seus resultados junto à sociedade em geral e com os agentes responsáveis pelo ensino (alunos, pais, professores e dirigentes) é primordial para que as estratégias adotadas sejam adequadas à situação existente (GOMES NETO e ROSENBERG, 1995, p. 13).

Para que haja melhoria dos indicadores educacionais é essencial que os resultados apresentados pelo SEAPE sejam utilizados pelos gestores para além da diagnose. São necessárias intervenções de forma planejada e contínua na prática pedagógica da escola, por meio da apropriação e análise dos resultados de forma compartilhada com toda a comunidade escolar.

Embora sabedores de que são diversos os fatores que interferem no desempenho da aprendizagem dos alunos, variando de fatores intra e extraescolares, como nível sócio econômico das famílias, escolarização dos pais, localização geográfica, infraestrutura das escolas, formação dos professores e desempenho da gestão, este trabalho tem como foco o estudo da ação da gestão escolar das escolas pesquisadas frente aos resultados do SEAPE.

Com este entendimento, será realizada análise do processo de avaliação externa e responsabilização social dos envolvidos no processo de ensino aprendizagem, com ênfase na gestão escolar, a partir dos resultados alcançados e das ações implementadas para melhoria do desempenho da aprendizagem dos alunos do município de Brasília/AC.

A seguir são apresentados dados de Brasília e a composição da rede pública de ensino no município.

1.2 DADOS SOCIOECONOMICOS DE BRASILÉIA

Segundo os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Brasiléia é um município brasileiro localizado no sul do estado do Acre. Sua população, em 2014, foi estimada em 23.378 habitantes. A área é de 3.916.496 km², o que corresponde a uma densidade populacional de 5,46 habitantes por quilômetro quadrado. Localizada a 237 km ao sul de Rio Branco, na fronteira com a Bolívia, Brasiléia tem limites com os municípios de Epitaciolândia, Assis Brasil, Sena Madureira e Xapuri (BRASIL, 2010).

Dentre os 22 (vinte e dois) municípios do estado, Brasiléia ocupa o sexto lugar em número de habitantes com 23.378 moradores, destes, 64,22% residem na zona urbana e 35,78% na zona rural. O índice de desenvolvimento humano municipal, em 2010 era de 0,614. A economia é baseada na agricultura, extrativismo e pecuária (IBGE, 2010).

O município tem 104 anos de existência. Fundado em 03 de julho de 1910, desbravado por nordestinos no auge da extração da borracha, época em que o Acre fornecia o látex para os Estados Unidos e para a Inglaterra, que se encontravam em batalhas na Segunda Guerra Mundial. Por meio dos “Acordos de Washington”, tratados diplomáticos, voltados para a aquisição da borracha amazônica de forma que os Estados Unidos aplicavam dinheiro para reativar os seringais e para comprar a produção do látex. Sob o controle do governo brasileiro os seringueiros nordestinos vieram aos milhares diante da escolha entre “[...] ir para a guerra ou para o Acre produzir borracha”. Foram assim denominados “Soldados da Borracha”. Após o período da guerra e do fim dos Acordos, a maioria dos nordestinos, já aclimatados ao solo e ao trabalho nos seringais, permaneceu formando a população dos vários municípios que compõem o Estado do Acre (SOUZA, 2002, p. 91).

No campo educacional, de acordo com os dados do censo escolar de 2013, Brasiléia apresentou matrículas do Ensino Infantil ao Ensino Médio num total de 7.725 (sete mil setecentos e vinte e cinco) matrículas na rede pública, distribuídos em 69 escolas localizadas nas zonas rural e urbana. Do total, 3.767 (três mil setecentos e sessenta e sete) matrículas foram na rede municipal e 3.958 (três mil novecentos e cinquenta e oito) na rede estadual (IBGE, 2010).

A rede estadual de ensino urbana em Brasiléia é composta pelas escolas Getúlio Vargas, Instituto Odilon Pratagi, Coronel Manoel Fontenele de Castro e

Kairala José Kairala que serão descritas no item a seguir para que possamos verificar o perfil socioeconômico da comunidade e o perfil profissional dos atores envolvidos no processo de ensino.

1.3 DESCRIÇÃO DAS ESCOLAS PESQUISADAS

Compõem a rede estadual de ensino na zona urbana de Brasília quatro escolas, das quais duas (02) são de Ensino Fundamental e duas (02) de Ensino Fundamental e Médio. As quatro (04) escolas apresentam estrutura que atendem aos padrões⁴ mínimos de funcionamento estabelecidos pelo Ministério da Educação e Cultura. As escolas atendem alunos da zona urbana e rural, sendo a maior concentração dos alunos provenientes da zona rural nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio (CENSO ESCOLAR, 2013).

As Escolas estaduais em análise são geridas por equipes gestoras compostas de três membros: Diretor, Coordenador de Ensino e Coordenador Administrativo. O Diretor da Unidade de ensino é escolhido de forma democrática, por meio de processo eleitoral, conforme disposto na Lei da Gestão Democrática do Estado do Acre de Nº 1513/2003. Os Coordenadores de Ensino e Administrativo são indicados pelo Diretor. Para a coordenação administrativa não há exigência de formação específica, para a coordenação de ensino a exigência é que seja professor do quadro efetivo da SEE/AC, preferencialmente, com formação em Pedagogia.

Os diretores escolares têm um mandato de 04 anos, assim como os coordenadores de ensino e administrativos, podendo estes últimos serem substituídos ou remanejados, conforme solicitação do diretor e do Conselho Escolar, quando não corresponderem as atividades que lhes são pertinentes.

A Lei nº 1.513, de 11 de Novembro de 2003, Lei da Gestão Democrática, e a Instrução Normativa nº. 04, de 13 de abril de 2004, definem as atribuições dos membros da equipe gestora das unidades de ensino da rede estadual. De acordo com estas diretrizes, são atribuições do diretor escolar, conforme disposto na Lei da Gestão Democrática no Capítulo VI, Artigo 35:

⁴ Os padrões mínimos de funcionamento das escolas expressam a presença de um conjunto de insumos e condições necessários para a realização das atividades escolares – instalações físicas, equipamentos, recursos pedagógicos, recursos humanos, currículo e gerenciamento.

II - coordenar a elaboração e/ou revisão do projeto político pedagógico da escola, entregando proposta para apreciação e aprovação do Conselho Escolar até o mês de julho de cada ano [...];
V - estabelecer a cada semestre e pactuar com a SEE, metas de rendimento escolar a serem atingidas;
VI - encaminhar bimestralmente ao Conselho Escolar e à SEE relatórios sobre rendimento escolar;
VII - enviar ao Conselho Escolar e à SEE as estratégias de intervenção mediante os problemas constatados no bimestre [...];
XVI - participar das reuniões pedagógicas, cursos e encontros promovidos pelos órgãos centrais do sistema, compartilhando as informações recebidas nas unidades de ensino (ACRE, 2003) (grifo nosso).

A Lei da Gestão Democrática evidencia a função do Diretor escolar, que requer liderança para desempenho de suas múltiplas atribuições, que vão da representação legal da Instituição precedida pela elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), que após aprovado pelos órgãos centrais, norteará os trabalhos da Instituição. O Diretor escolar é o elo entre os órgãos centrais da educação, a escola e a comunidade, por isso, deve ser comprometido, e monitorar o desempenho escolar dos alunos por meio da pactuação de metas entre a escola e a Secretaria Estadual de Educação no monitoramento bimestral do rendimento escolar e na proposição de intervenções para superação de problemas.

Os itens V, VI, VII e XVI em destaque na citação sobre as atribuições do diretor escolar, compõem ações de responsabilização, cujo não cumprimento influencia diretamente no cálculo do prêmio de valorização de desempenho da gestão (VDG). Esta é uma das maneiras adotadas pela Secretaria Estadual de Educação para que possa garantir o monitoramento do desempenho das escolas no decorrer do ano letivo e para que se possa, de maneira ágil, realizar as intervenções necessárias nas escolas que apresentem indicadores negativos.

O coordenador de ensino das escolas é o responsável pelo assessoramento do diretor escolar na construção do Projeto Político Pedagógico, do Regimento Interno e na construção de pactos com a comunidade escolar, para a definição de formas de atuação sobre os problemas detectados por meio de dados coletados no Censo Escolar, nos resultados das avaliações externas como o SAEB, o SEAPE, o Enem e das avaliações realizadas pela escola para construção das informações sobre a realidade do ensino. Também são responsabilidades do coordenador de

ensino a execução do Plano de Ação Pedagógico da unidade e a avaliação do desenvolvimento das ações planejadas. Por fim, cabe a ele fazer, anualmente, a projeção para ações futuras de melhoria do ensino, com base na análise dos resultados do ano anterior.

As escolas têm em seu quadro o coordenador pedagógico, que, orientado pelo coordenador de ensino, realiza o acompanhamento pedagógico por turno de funcionamento das escolas. Os Coordenadores Pedagógicos têm a responsabilidade de planejar e acompanhar o desenvolvimento do ensino na sala de aula, executar as ações planejadas, implementar em sala de aula as competências trabalhadas nas formações e capacitações, intervir e promover ações que respondam aos problemas detectados nas avaliações internas e externas e no censo escolar, conforme diretrizes administrativas e pedagógicas determinadas pela Instrução Normativa nº 4, no âmbito das escolas estaduais do Acre (ACRE, 2004).

A Lei da Gestão Democrática (2003) e a Instrução Normativa nº 04 (2004), ao definirem as responsabilidades de cada membro da equipe gestora, legitimam como responsabilidades dessa equipe a avaliação e o monitoramento do processo de Ensino e Aprendizagem com foco nos indicadores de desempenho.

Na leitura dos documentos percebe-se a necessidade de realização de um trabalho coletivo, pautado no planejamento, que deve conter metas a serem alcançadas, objetivos claros e monitoramento constante, tendo o aluno como ator principal do processo.

As escolas estaduais urbanas no município têm o suporte e acompanhamento da Secretaria Estadual de Educação por meio da Representação da SEE no município composta dos seguintes membros: Coordenador Regional, na Sede da Secretaria Estadual de Educação (SEE); Representação da SEE no município, que tem em sua estrutura: um (01) Coordenador Geral; um (01) Coordenador de Ensino; um (01) Coordenador Administrativo; um (01) coordenador para acompanhamento na elaboração, execução e monitoramento do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) estadual e seis (06) coordenadores para formação e acompanhamento nos seguintes programas: Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); Pró – Letramento (Leitura e Escrita para séries iniciais e finais do Ensino Fundamental e Médio); Pró – Letramento Matemática para séries Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Médio e; Transporte Escolar.

A seguir são apresentados aspectos gerais das escolas pesquisadas referentes à estrutura física, humana e clientela atendida, finalizando com os indicadores de desempenho conferidos pelo sistema estadual e nacional de avaliação do desempenho escolar: SEAPE e Prova Brasil e o Indicador de Desempenho da Educação Básica (IDEB). No que se refere à Prova Brasil, será considerado o percentual de alunos com o aprendizado adequado, classificação do Nível Sócio Econômico (NSE) das escolas, construto teórico que sintetiza as características dos indivíduos em relação à sua renda, ocupação e escolaridade, permitindo a criação de estratos ou classes de indivíduos semelhantes em relação a estas características (QEDU, s.d.).

1.3.1 Escola Estadual Getúlio Vargas

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Getúlio Vargas foi fundada em 1950, funcionando até o ano de 2004 em prédio próprio, localizada na Avenida Prefeito Rolando Moreira, no Centro da cidade. Devido à precariedade da estrutura física, a partir de 2005, passou a funcionar na antiga estrutura da Escola de Ensino Médio Kairala José Kairala, onde permanece até os dias atuais. A antiga estrutura da Escola Kairala José Kairala foi revitalizada para atendimento da Escola Getúlio Vargas e encontra-se localizada na Avenida José Ruy Lino, nº 31, Centro.

No ano de 2011, com a maior enchente do Rio Acre vivenciada pelo município, em que todo o Centro da cidade ficou submerso por um período de três dias, a escola Getúlio Vargas, a única escola estadual atingida pela enchente no município, teve grandes prejuízos materiais e a perda total de documentos. Assim, os dados e informações utilizados para descrição da referida escola foram retirados dos sites educacionais disponibilizados pelo MEC, Portal QEDU, blog da escola e entrevista informal com a gestora no momento da solicitação dos documentos para pesquisa.

O quadro funcional da escola é constituído pelo Ensino Fundamental de 1º ao 5º Ano, com 08 salas de aula, funciona em dois (02) turnos: matutino e vespertino. A escola atendeu, em 2013, uma clientela de quatrocentos e sessenta e seis (466) alunos, com 17 professores, 03 vigias, 24 funcionários entre coordenadores, diretor e o pessoal de apoio administrativo.

A Diretora da escola, Maria das Dores da Silva Holanda, é Professora do quadro efetivo da SEE/AC, licenciada em Pedagogia. Está em seu primeiro mandato como diretora, foi eleita em outubro de 2011 para o quadriênio 2012 – 2015. A Diretora já assumiu, em outras oportunidades, as funções de Coordenadora de Ensino e Coordenadora Pedagógica na referida escola, além de possuir experiência no Magistério nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

A Coordenadora de Ensino, Maria Anicia Kairala de Rescala é professora do quadro efetivo da SEE/AC, licenciada em Letras pela Universidade Federal do Acre, foi gestora na escola por dois mandatos consecutivos (2003-2011), assumindo a partir de 2012, a função de Coordenadora de Ensino. Tem experiência docente nas séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, ministrando aulas de língua estrangeira em Inglês e Espanhol. Desempenhou a função de Secretária Municipal de Educação de Brasília no período de 1992 a 1996 e Coordenadora do Programa de Formação de Professores em Nível Médio (PROFORMAÇÃO), no período de 1998 a 2000.

A Coordenadora Administrativa, Marina da Silva Dias, é funcionária administrativa do quadro efetivo da SEE/AC, com formação em nível Médio, foi Coordenadora Administrativa na Escola Estadual de Ensino Infantil Menino Jesus, no período de 1999 a 2011. No ano de 2012 assumiu a Coordenação Administrativa da escola Getúlio Vargas.

A clientela atendida pela escola é proveniente dos bairros que concentram as famílias com maior poder aquisitivo, sendo estes: Centro, Raimundo Chaar, José Braúna e Três Botequins. De acordo com os dados colhidos por meio dos questionários contextuais da Prova Brasil 2011⁵, o nível sócio econômico (NSE) dos alunos da escola é 5.3 (médio alto). O perfil dos alunos do 5º ano mostra que noventa por cento (90%) dos mesmos entraram na escola na Creche ou na Pré-escola e, noventa e sete por cento (97%) dos pais ou responsáveis são alfabetizados. Treze por cento (13%) das mães ou a mulher responsável pelos mesmos tem o nível superior. Sessenta e três por cento (63%) dos pais ou responsáveis participam das reuniões da escola e noventa e oito por cento (98%) dos alunos responderam que os pais incentivam a realizar as tarefas de casa e que

⁵ Os dados analisados são referentes a Prova Brasil 2011, pelo fato de não se encontrar disponível a nota referente a Prova Brasil 2013.

na mesma proporção as mesmas são corrigidas pelos professores. Nove por cento (9%) dos alunos já repetiram o ano e um por cento (1%) já abandonou a escola.

O resultado da Prova Brasil 2011 demonstra que sessenta e um por cento (61%) e cinquenta e nove por cento (59%) dos alunos do 5º ano apresentam aprendizagem adequada nas disciplinas de Português e Matemática, respectivamente. A evolução no nível de aprendizagem dos alunos avançou nas três últimas avaliações, sendo o maior avanço percebido em Português, entre os anos de 2007 e 2009, e, em Matemática, de 2009 a 2011. O IDEB da escola, em 2011, foi seis (6.0), resultado da multiplicação entre o fluxo de 0,95, ou seja, 95%, desempenhado pela escola e 6,26 referente ao nível de aprendizado alcançado pelos alunos na avaliação externa. Em 2013 a escola teve a nota seis vírgula seis (6,6) no IDEB, no entanto, até o momento, não foram disponibilizados os dados referente a nota da Prova Brasil. A Tabela 3 contém os resultados do SEAPE para a 4ª série/5º ano, em Língua Portuguesa e Matemática, nas edições de 2009 a 2013.

Tabela 3 Proficiência média da escola Getúlio Vargas e do município na 4ª série/5º ano nas avaliações do SEAPE, no período de 2009 a 2010

4ª série/ 5ºano	2009		2010	
	Média Escola	Média Município	Média Escola	Média Município
Português	199,99	195,62	200,35	199,46
Matemática	211,03	203,39	209,93	202,40

Fonte: Construção própria a partir de dados do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Acre (ACRE, 2013).

A média de Língua Portuguesa, apresentada pela escola na Tabela 3 e 4, variou de 199,99 a 215,5 no período de 2009 a 2013, mantendo sempre uma evolução no período considerado. Em Matemática houve um decréscimo, de 7,64, no ano de 2010, variando de 211.03, em 2009, para 203.39, em 2011. Nos anos seguintes seguiu em ascensão, chegando a 2013 com 241,8. Se comparada à proficiência média do município, a escola tem apresentado desempenho sempre superior, indicando ser a escola que se destaca nesta etapa de ensino.

Tabela 4 Proficiência média da escola Getúlio Vargas e do município na 4ª série/5º ano nas avaliações do SEAPE, no período de 2011 a 2013

4ª série/ 5ºano	2011		2012		2013	
	Média Escola	Média Município	Média Escola	Média Município	Média Escola	Média Município
Português	215,43	210,59	225,80	202,80	224,00	215,5
Matemática	225,42	218,31	242,40	218,50	248,7	241,8

Fonte: Construção própria a partir de dados do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Acre (ACRE, 2013).

Os dados dos questionários e entrevistas realizados com professores e equipe gestora da escola demonstram que os cinco sujeitos entrevistados têm uma visão positiva sobre o Sistema Estadual de Avaliação do Acre e das demais avaliações externas que participam. Apesar disso a Diretora e Coordenadora de Ensino reconhecem a pressão que sofrem por parte da Secretaria Estadual de Educação e da comunidade para manter ou superar os resultados. Quando solicitada a responder sobre o objetivo do SEAPE, a diretora explicita o seu papel de medidor, conforme destacado:

Eu sempre costumo dizer nas reuniões que o objetivo é medir, é dizer o que a escola está trabalhando e como está trabalhando. Já que é pra verificar, digamos o nível da aprendizagem de cada estabelecimento de ensino, não é? Porque vem primeiro o estabelecimento de ensino e depois vem o geral. Então no nosso caso, pra gente fica bem claro que o objetivo do SEAPE é medir o nível de ensino de cada estabelecimento e com isso nós procuramos trabalhar na verdade, o que a escola se propõe. É trabalhar o ensino aprendido em Língua Portuguesa, Matemática e nas demais disciplinas, mas geralmente a gente foca mais em Matemática e Português. E procuramos também repassar para os professores a responsabilidade, tanto o professor quanto o aluno também deve estar inteirado, ele deve saber e entender que a escola tem uma função, que é o ensino aprendido, e que ele tem uma obrigação que é cumprir, ou seja, ajudar a escola a cumprir com essa meta. Que a parte dele é aprender. A escola ensina e ele tem que aprender (ENTREVISTA HOLANDA, 2013).

Nas palavras da diretora, fica evidente a visão que a mesma tem do SEAPE como um instrumento de medida do nível de ensino das instituições educacionais e, nesse sentido, a escola responde ao Sistema de Avaliação promovendo o ensino

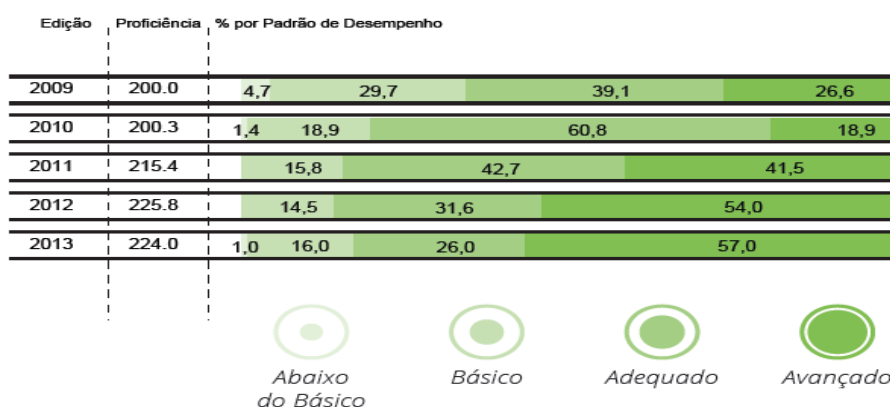
sistematizado de todas as disciplinas, cumprindo o seu objetivo (da escola) que segundo a diretora consiste em o professor ensinar e o aluno aprender. Enfatiza o trabalho que a escola realiza no ensino das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática pelo fato das mesmas serem avaliadas. Igualmente significativa é a fala da diretora quando menciona o compartilhamento de responsabilidades entre escola, professores e alunos para que juntos consigam a melhoria dos resultados da escola.

No mesmo sentido, a Coordenadora de Ensino da escola Getúlio Vargas, quando perguntada sobre o funcionamento do SEAPE e o objetivo do mesmo, o define como medidor do processo ensino aprendizagem. Segundo Kairala:

O SEAPE para nós, no processo ensino aprendizagem é um medidor, ele é um orientador, um norteador das nossas ações. Principalmente com os 3º e 5º anos. Essa política do estado de avaliar pela sua avaliação externa é plausível, é ótima para a escola porque a escola, ela quer mostrar um trabalho e rendimento (ENTREVISTA KAIRALA, 2013).

A coordenadora de ensino acrescenta ao SEAPE o seu papel norteador e orientador no trabalho da escola, com ênfase nas séries avaliadas. Outro ponto destacado é o estímulo que as avaliações provocam na escola na produção de bons resultados. A Figura 2 ilustra a Evolução do desempenho dos Alunos do 5º ano em Língua Portuguesa da Escola Getúlio Vargas no período de 2009 a 2013.

Figura 2 Evolução do Percentual de Alunos da Escola Getúlio Vargas por Padrão de Desempenho em Língua Portuguesa 5º ano 2013



Fonte: Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar (ACRE, 2013).

A Figura 2 apresenta a evolução da Proficiência dos alunos que, em 2009, era de 200,0, e, em 2013, chegou a 224,0, o que corresponde ao Nível Adequado.

Embora a Proficiência média da escola seja 224,0, é possível verificar que, em 2012 e 2013, mais de 50% estão classificados no nível Avançado. Houve a redução de percentual de alunos nos níveis Abaixo do Básico, que era de 4,7%, e Básico que correspondia a 29,7% em 2009, e, em 2013, correspondeu a 1,0% e 16% respectivamente. Percebemos que a escola avançou para os níveis de conhecimento Adequado e Avançado, ao tempo em que reduz significativamente os níveis Abaixo do Básico e Básico.

1.3.2 Escola Estadual Instituto Odilon Pratagi

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Instituto Odilon Pratagi (IOP) foi fundada em 26 de junho de 1934, pelo Decreto N.º 82, de 1º de junho de 1934, com o nome de Grupo Territorial Odilon Pratagi, situado a Rua Presidente João Pessoa, na antiga Brasília, hoje Avenida Prefeito Rolando Moreira. Esta instituição foi a primeira no município a dedicar-se à educação, e recebeu este nome em homenagem ao Capitão Odilon Pratagi, Delegado de Polícia, que exerceu suas funções neste município. A referida instituição passou por várias adaptações ao longo de sua história. Por não possuir prédio próprio, diversas vezes teve que mudar de endereço. Iniciou os trabalhos em uma residência cedida pela Firma da Família Chaar e depois nas dependências da Escola Getúlio Vargas. Por muitos anos, funcionou com o curso primário (ensino fundamental de 1ª a 4ª série). No ano de 1958 esta escola passou a chamar-se Escola Normal Regional de Brasília Instituto Odilon Pratagi, oferecendo curso de 1ª a 4ª série ginásial. Em 1971 a escola foi transferida para o prédio da escola de 2º grau Kairala José Kairala, com o nome de Instituto Odilon Pratagi, ainda com o curso ginásial. Com a Lei 5.692/71, o ensino primário foi fundido ao ginásio, tornando-se Ensino de 1º grau (1ª a 8ª séries).

O quadro funcional da escola está constituído da seguinte forma: Ensino Fundamental de 6º à 9º Ano, Projeto de Correção de Fluxo das séries finais do Ensino Fundamental (Poronga), Ensino Fundamental e Médio na modalidade EJA. A escola conta com 40 professores, 03 vigias e 21 funcionários, entre diretor, coordenadores e o pessoal de apoio administrativo (PPP, 2012. p. 50).

A escola funciona com 34 turmas distribuídas nos três turnos (matutino, vespertino e noturno), atendendo uma clientela de mil e cento oitenta e um alunos

(1.181), de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental regular, Programa de Correção de Fluxo e Ensino Médio da EJA (Educação de Jovens e Adultos).

A escola está sob a gestão da Diretora Ádima Jafure Maia, professora do quadro efetivo da SEE/AC com formação acadêmica em Pedagogia. A mesma desempenhou a função de coordenadora de ensino do núcleo estadual de educação no período de 2005 a 2007. Encontra-se no segundo mandato de gestão, compreendendo o período de janeiro de 2008, com término previsto para janeiro de 2016.

A coordenadora de Ensino, Ana Maria Pacífico Cruz, professora do quadro efetivo da SEE/AC, possui formação em Letras pela Universidade Federal do Acre, já desempenhou a função diretora por dois mandatos consecutivos (1999-2007) na referida escola e de professora nas séries finais do Ensino Fundamental na disciplina de Língua Portuguesa.

A Coordenadora Administrativa, Antonia Suly Cabral Guimarães, é funcionária administrativa do quadro efetivo da SEE/AC, com formação acadêmica em História e está no segundo mandato consecutivo no desempenho da função.

A clientela atendida por essa escola é proveniente dos Bairros: Centro, Raimundo Char, Três Botequins, Eldorado⁶, José Braúna e Zona rural, cujo atendimento nas séries iniciais do ensino fundamental são realizados pelas escolas Getúlio Vargas, José Ruy da Silveira Lino, Manoel Fontenele de Castro e escolas municipais rurais.

De acordo com os dados colhidos por meio dos questionários contextuais da Prova Brasil 2011, o nível sócio econômico/NSE dos alunos da escola é 4.8 (médio). O perfil dos alunos do 9º ano mostra que oitenta e cinco por cento (85%) dos mesmos entraram na escola na Creche ou na Pré-escola, média de noventa e dois por cento (92%) dos pais ou responsáveis são alfabetizados, dezesseis por cento (16%) das mães ou a mulher responsável pelos mesmos, tem nível superior. Com relação à participação das atividades da escola, sessenta por cento (60%) dos pais ou responsáveis participam das reuniões da escola e noventa e três por cento (93%) dos alunos responderam que os pais incentivam a realizar as tarefas de casa e que, na mesma proporção, as mesmas são corrigidas pelos professores. Dez por cento

⁶O Bairro Eldorado apresenta grande concentração de famílias com alto poder aquisitivo.

(10%) dos alunos já repetiram o ano pelo menos uma vez e dois por cento (2%) já abandonaram a escola (QEDU, s.d.).

Os resultados da Prova Brasil 2011, demonstraram que quarenta e um por cento (41%) e trinta e nove por cento (39%) dos alunos do 9º ano apresentam aprendizagem adequada nas disciplinas de Português e de Matemática, respectivamente. A evolução no nível de aprendizagem dos alunos avançou nas três últimas avaliações, sendo o maior avanço percebido em Português, entre os anos de 2007 e 2009, e, em Matemática, de 2009 a 2011. O percentual de alunos no Nível adequado aumentou de 22%, em 2007, para 39%, em 2009, atingindo 41%, em 2011, em Português. Em Matemática, os números ficaram em 11% no nível adequado em 2007, permanecendo com mesmo percentual (11%) em 2009, e chegando a 21% em 2011 (BRASIL, 2012).

O IDEB da escola, em 2011, foi de cinco vírgula quatro (5,4), resultante da multiplicação de 0,95 (95%) correspondentes ao fluxo de alunos na escola e 5,6 referente ao nível de aprendizagem aferido na avaliação da Prova Brasil. Em 2013 a escola alcançou cinco vírgula quatro (5,4) no IDEB, não foi possível a informação sobre a proficiência média na Prova Brasil. Nas Tabelas 5 e 6 podemos visualizar os dados da avaliação estadual (SEAPE) realizada na 8ª série/9º ano, o desempenho da escola em Proficiência Média dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática nas cinco edições.

Tabela 5 Proficiência média da escola Instituto Odilon Pratagi e do município na 8ª série/9º ano nas avaliações do SEAPE, no período de 2009 a 2010

8ª série/ 9ºano	2009		2010	
	Média Escola	Média Município	Média Escola	Média Município
Português	250.70	248,60	244,71	239.70
Matemática	255.75	253.80	255,60	249.20

Fonte: Adaptada do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Acre (ACRE, 2013).

Nas Tabelas 5 e 6 verifica-se que o 9º ano da escola Instituto Odilon Pratagi apresentou avanços significativos entre 2011 e 2013, com destaque para a disciplina

de Língua Portuguesa, cuja avaliação de 2009 apresentou nota 250,70, tendo um decréscimo em 2010 para 244,71 e chegando a 2012 em 269,50. Apesar de, em 2009, ter apresentado nota 250,70, que a classificava no nível Adequado (250 a 300 pontos), e de ter permanecido na mesma classificação em 2012, com a nota 269,50, identificamos o avanço da escola. No momento inicial das avaliações, ou seja, em 2009, ela apresentava resultado mais próximo da classificação Abaixo do Básico (200 a 250 pontos), chegando a essa classificação em 2010 e, a partir de 2011, a escola caminhou em direção ao nível Avançado (Acima de 300 pontos). No ano de 2013 a escola teve um decréscimo de 1,6 pontos alcançando a nota 267,9. Esse decréscimo é percebido no aumento do percentual de alunos classificados no nível Abaixo do Básico, assim como a redução do percentual dos alunos classificados nos níveis Adequado e Avançado. Na Figura 3 é possível visualizar a progressão da escola nas cinco edições do SEAPE.

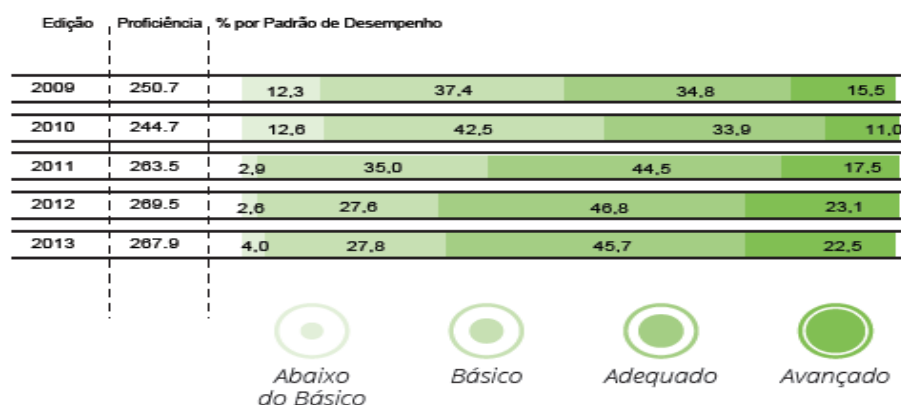
Tabela 6 Proficiência média da escola Instituto Odilon Pratagi e do município na 8ª série/9º ano nas avaliações do SEAPE, no período de 2011 a 2013

8ª série/ 9ºano	2011		2012		2013	
	Média Escola	Média Município	Média Escola	Média Município	Média Escola	Média Município
Português	263,41	256,50	269,50	252,10	267,9	256,7
Matemática	259,64	253,40	264,80	252,80	279,1	268,4

Fonte: Adaptada do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Acre (ACRE, 2013).

Observamos, na Figura 3, que, após as cinco edições do SEAPE, a escola Instituto Odilon Pratagi conseguiu uma redução de 12,3%, em 2009, para 4,0% em 2013, no nível Abaixo do Básico. No nível Básico a redução foi de 37,4% em 2009, para 27,8% em 2013. O percentual de alunos classificados nos níveis Adequado e Avançado aumentou de 50,3% em 2009, para 68,2% em 2013.

Figura 3 Percentual de Alunos da Escola Instituto Odilon Pratagi por Padrão de Desempenho em Língua Portuguesa 9º ano 2013



Fonte: (ACRE, 2013).

Na escola, a importância do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar (SEAPE) no processo de ensino aprendizagem é consenso entre os cinco sujeitos que participaram da pesquisa.

A diretora, a coordenadora de ensino e os professores de Português e de Matemática concebem o SEAPE como uma avaliação do trabalho docente e da aprendizagem dos educandos, cujos resultados apontam os conteúdos não absorvidos e habilidades e competências não desenvolvidas pelos alunos, norteando o trabalho da escola. Conforme a diretora:

Essa avaliação é uma forma da escola se enxergar. Ver quais as suas deficiências, quais os entraves e trabalhar pra superar. Nós encaramos a avaliação externa como uma parceira para superar as nossas dificuldades (ENTREVISTA JAFURE, 2013).

Na visão da diretora, a avaliação externa funciona como um instrumento capaz de orientar o trabalho da escola, visto que reflete o trabalho realizado pela mesma, as deficiências e os entraves que limitam o trabalho da escola no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. É importante a fala da diretora quando se refere à avaliação externa como uma parceira, no sentido de que a mesma detecta as falhas, oferecendo, assim, a possibilidade da realização do trabalho de modo a superá-las.

Para o professor de Matemática, os resultados das avaliações externas direcionam sobre o que o aluno precisa aprender e, a partir daí, a possibilidade da realização de um trabalho para o alcance do nível Avançado (acima de 300 pontos). Segundo o professor de Matemática: “[...] Assim podemos ensinar o que realmente

os alunos precisam para atingir a meta, ou seja, o nível Avançado” (MEDEIROS, 2013). Esse pensamento remete-nos a uma reflexão: O Nível avançado proposto pelo SEAPE reflete o conjunto de conhecimentos esperadas para a série? Os conteúdos definidos pelo SEAPE contemplam o currículo referente á série? Essa reflexão é importante, uma vez que o objetivo maior da Instituição de ensino é a produção de conhecimentos necessários à formação integral do aluno. Entendo que quando vinculamos a proposta pedagógica da escola, da série ou de determinada disciplina a Matriz de Referencia do Sistema de Avaliação, pode haver um empobrecimento desse Currículo, haja vista, que o Sistema de Avaliação não utiliza todos os conhecimentos estabelecidos para as séries na verificação das habilidades e competências esperadas dos mesmos. Young (2007) enfatiza, apesar de parecer óbvio, a necessidade da centralidade do conhecimento no Currículo.

Parece óbvio afirmar que o conhecimento, em se tratando de currículo, ocupa lugar central. No entanto, não vamos nos esquecer de que passamos em período recente por um discurso curricular que tirava o foco do conhecimento ao propor a definição de competências e habilidades, ou o “aprender a aprender”, como elementos centrais do planejamento e das práticas pedagógicas (YOUNG, 2007, p. 27-28).

Assim, é essencial que a escola tenha um currículo consistente que evidencie tanto o conteúdo quanto as habilidades e competências necessárias em cada série. A avaliação do SEAPE, desde sua concepção, vem como subsídio para a prática pedagógica da escola. É uma ferramenta complementar que escolas e professores devem saber utilizá-la para melhorar o aprendizado dos alunos de forma integral.

[...] A partir da criação de Matrizes de Referência, habilidades e competências básicas, consideradas essenciais para o desenvolvimento do aluno ao longo das etapas de escolaridade, são selecionadas para cada disciplina e organizadas para dar origem aos itens que comporão os testes. No entanto, isso não significa que o currículo se confunda com a Matriz de Referência. Esta é uma parte daquele (ACRE, 2013, p.13).

As orientações do SEAPE evidenciam a necessidade de distinção entre o currículo escolar e as matrizes de referencia do sistema, visto que a matriz de referência representa parte do currículo.

A preocupação do professor Medeiros na realização de um trabalho baseado nos resultados, para atingir o nível avançado, demonstra que a escola tem utilizado os resultados das avaliações no planejamento pedagógico e realizado um trabalho

de responsabilização de forma mais intensa com os professores das séries e disciplinas avaliadas. É salutar para elevação do desempenho da aprendizagem dos alunos a utilização dos dados de forma reflexiva, buscando evidências sobre as turmas, os alunos que apresentam tanto o bom quanto o baixo desempenho, para a realização do trabalho, a partir de evidências e não na base do “achismo”, chegando assim a resultados mais efetivos, conforme descrito por Castro (2009):

Evidências como essas ajudam a tomada de decisões pelos gestores sem “achismos” e permitem que as escolhas de políticas orientem-se progressivamente para ações mais efetivas, embora nem sempre tenham a visibilidade política almejada pelos governantes (CASTRO, 2009, p. 09).

Observa-se que a citação apresenta uma evidência cuja ação demanda recursos financeiros, por tratar da ampliação da jornada escolar, sendo, portanto uma ação que transcende os limites de ação da unidade de ensino para sua realização imediata, mas representa uma informação essencial para discussão na pactuação das metas entre as escolas e secretarias de educação e para elaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas.

A Coordenadora de Ensino concebe a avaliação como instrumento de monitoramento e orientação do trabalho desenvolvido na escola. Segundo a mesma:

Considera-se que uma das boas medidas adotada pelo estado foi o SEAPE, pois cobram nas provas de Língua Portuguesa e Matemática, descritores, ou seja, habilidades que os discentes precisam ter domínio, além de ser um parâmetro excelente, pois norteiam o trabalho da escola, no que diz respeito às duas disciplinas (CRUZ, 2013).

Embora a Coordenadora compreenda a avaliação externa como orientadora para o trabalho realizado na escola, ela identifica o processo de elaboração das mesmas como um dos pontos fortes do Sistema de Avaliação. O processo de elaboração dos testes, baseado em descritores, é importante e necessário para que se realize, no âmbito da sala de aula, a verificação do que se pretende a partir do currículo escolar.

1.3.3 Escola Estadual Manoel Fontenele de Castro

As informações utilizadas para descrição da Escola Coronel Manoel Fontenele de Castro foram baseadas em pesquisas realizadas no site do

INEP/Censo Escolar, Portal do Ministério da Educação/IDEB, Portal Qedu, Regimento Interno da escola, Dossiê do Premio de Gestão 2013 e Projeto Político Pedagógico (PPP) 2004, pois não foi encontrada na escola a versão atualizada.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e EJA Coronel Manoel Fontenele de Castro foi fundada em 1952, por meio do Decreto Lei nº. 547, de 24 de agosto de 1988, como escola de zona rural, situada na colônia Nazaré, as margens do rio Acre. Em 1983 a escola foi transferida para zona urbana, onde funciona até os dias atuais. A princípio funcionava de primeira a quarta série, e, a partir de 2011, por meio de um acordo entre a Secretaria Estadual de Educação e o governo municipal, a escola passou por um processo de transição, ou seja, realizando o atendimento do quarto ao oitavo ano e, a partir de 2015, será exclusivamente de sexto ao nono ano. No regimento interno, a escola encontra-se assim denominada:

Art. 1º - A Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Manoel Fontenele de Castro localizada na Rua Antonio Bastos, n. 123, CEP: 699600-00 – Brasiléia – Estado do Acre – Telefone (68) 3234-1132, email: cel.fmc.brasiléia@hotmail.com, é um estabelecimento sem fins lucrativo tem a finalidade de efetivar o processo de apropriação do conhecimento, respeitando os dispositivos constitucionais das Constituições Federal e Estadual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90 e Resoluções do Conselho Federal e do Conselho Estadual de Educação (REGIMENTO INTERNO, 2013, p. s/n).

A estrutura funcional da escola compreende o Ensino Fundamental regular do quarto (4º) ao oitavo (8º) ano; Programa Estadual de Correção de Fluxo nas séries finais (Poronga) e Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escola Funciona em 03 turnos (matutino, vespertino e noturno), assim distribuída: 09 turmas no turno matutino, 08 no vespertino e 03 turmas de EJA, 1º segmento no noturno. Em 2013, a escola atendeu uma clientela de 585 alunos e tem um quadro de pessoal composto de 21 professores, 03 vigias e 24 funcionários, entre equipe gestora e pessoal de apoio administrativo (DOSSIÊ PRÊMIO DE GESTÃO, 2013).

A Escola está sob a direção da Diretora Cleide Bezerra Torres, Professora do quadro efetivo da SEE/AC, licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Acre. A gestora está em seu primeiro mandato como diretora e foi eleita em outubro de 2011 para o quadriênio 2012 – 2015. Tem experiência na área de Coordenação Pedagógica e docência nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e EJA.

A Coordenadora de Ensino, Jeane Jerônimo Amaral, professora do quadro efetivo da SEE/AC, licenciada em Letras pela Universidade Federal do Acre, já exerceu o cargo de diretora e vice-diretora das escolas: Os Pastorinhos e Kairala José Kairala. Tem experiência docente nas séries iniciais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, ministrando aulas de Língua Portuguesa. Em julho de 2012 assumiu a função de Coordenadora de Ensino.

A Coordenadora Administrativa, Jeane Nogueira da Silva, funcionária administrativa do quadro efetivo da SEE, com formação em nível Médio, foi coordenadora administrativa na Escola Infantil Os Pastorinhos, no período de 1999 a 2011. Assumiu a Coordenação Administrativa da escola em fevereiro de 2012.

A clientela atendida pela escola do 6º ao 8º ano é proveniente dos Bairros: Eldorado, Três Botequins, Raimundo Chaar, Samaúma, Leonardo Barbosa, Alberto Castro, Marcos Galvão, Ferreira Silva e do perímetro rural do km 01 ao km 05 da Estrada do Pacífico. Os bairros mencionados, com exceção do Eldorado, Três Botequins e Raimundo Chaar, são bairros com pouca infra estrutura de saneamento básico, abastecimento de água e energia elétrica. A maioria dos moradores tem baixa escolarização e poder aquisitivo. Os alunos atendidos por essa escola nas séries finais do ensino fundamental são atendidos nas séries iniciais pela própria escola, além das escolas municipais Élson Dias Dantas e Maria do Socorro de S. Frota, localizadas em bairros que surgiram por meio de processo de ocupação desordenada de terras.

Os dados analisados, por meio dos questionários contextuais da Prova Brasil 2011, definem o nível sócio econômico (NSE) dos alunos da escola em 4.8 (médio). O perfil dos alunos do 5º ano mostra que sessenta e três por cento (63%) dos mesmos frequentaram a Creche ou Pré-escola. Com relação ao nível de alfabetização dos pais, noventa e dois por cento (92%) são alfabetizados, dezesseis por cento (16%) das mães ou a mulher responsável pelos mesmos concluíram a 8ª série, mas não tem ensino médio. No que tange à participação do cotidiano escolar, cinquenta e seis por cento (56%) dos pais ou responsáveis participam das reuniões da escola e noventa e cinco por cento (95%) dos alunos responderam que os pais incentivam a realização das tarefas de casa e que, na mesma proporção, as mesmas são corrigidas na escola. Trinta e dois por cento (32%) dos alunos já repetiram o ano ao menos uma vez, e doze por cento (12%) já abandonaram a escola (QEDU, s.d.).

Os resultados da Prova Brasil 2011, demonstraram que trinta e nove por cento (39%) e trinta e três por cento (33%) dos alunos do 5º ano apresentam aprendizagem adequada nas disciplinas de Português e de Matemática, respectivamente. A evolução no nível de aprendizagem dos alunos apresentou uma queda em Português na última edição, enquanto em Matemática a evolução foi percebida nas três últimas avaliações. O percentual de alunos no nível Adequado em Português aumentou de 13%, em 2007, para 46%, em 2009, houve um decréscimo de 13 pontos (39%) em 2011. Já em Matemática, 14%, em 2007, foram considerados com nível adequado, 25% em 2009 e 33% em 2011 (QEDU, s.d.).

Tabela 7 Proficiência média da escola Manoel Fontenele de Castro e do município na 4ª série/5º ano nas avaliações do SEAPE, no período de 2009 a 2010

4ª série/ 5ºano	2009		2010	
	Média Escola	Média Município	Média Escola	Média Município
Português	193,00	195,62	199,40	199,46
Matemática	197,70	203,39	197,80	202,40

Fonte: Adaptada do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem do Acre (ACRE, 2013).

O IDEB da escola, em 2011, foi quatro vírgula sete (4,7), produto de 0,86 correspondentes ao fluxo e 5,49 ao nível de aprendizagem dos alunos. Em 2013 a escola apresentou IDEB de cinco vírgula cinco (5,5), não estando disponível os dados referentes a Prova Brasil e indicador de fluxo utilizados no cálculo da nota. As Tabelas 7 e 8 apresentam os resultados da Avaliação Estadual de Aprendizagem Escolar (SEAPE) realizada na 4ª série/5º ano, o desempenho da escola em Proficiência Média dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática, nas cinco edições:

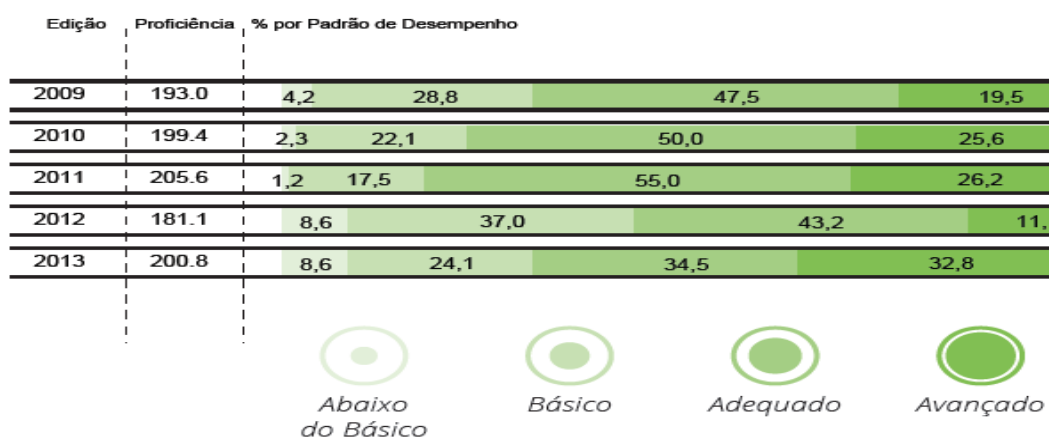
Tabela 8 Proficiência média da escola Manoel Fontenele de Castro e do município na 4ª série/5º ano nas avaliações do SEAPE, no período de 2011 a 2013

4ª série/ 5ºano	2011		2012		2013	
	Média Escola	Média Município	Média Escola	Média Município	Média Escola	Média Município
Português	205,60	210,59	181,1	202,80	200,8	215,15
Matemática	211,00	218,31	195,9	218,50	230,0	241,8

Fonte: Adaptada do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem do Acre (ACRE, 2013).

A escola apresentou avanço de 12,6 pontos na proficiência média de português e 13,3 pontos na proficiência média de Matemática no período de 2009 a 2011. Na edição de 2012, a escola apresentou decréscimo de 24,5 pontos em Português e de 15,1 em Matemática. Em 2013, a escola apresentou avanços tanto em Português quanto em Matemática. Percebemos que após as cinco edições do SEAPE, os alunos da escola são classificados, pela nota obtida, dentro do nível de aprendizagem adequado. Convém observar na Figura 2 que em Língua Portuguesa, apenas 67,3% dos alunos encontram-se entre os níveis adequado e avançado, ficando ou outros 32,7% dos alunos divididos entre o nível Básico e Abaixo do Básico. A ilustração 4 apresenta a variação da progressão da escola no decorrer das cinco edições do SEAPE.

Figura 4 Percentual de Alunos da Escola Manoel Fontenele de Castro por Padrão de Desempenho em Língua Portuguesa 5º ano 2013



Fonte: (ACRE, 2013).

A Figura 4 demonstra o desafio da escola Manoel Fontenele de Castro, visto que o percentual de alunos classificados com nível Abaixo do Básico em 2009, primeiro ano da avaliação, era de 4,2%; em 2013 é representado por 8,6% dos alunos. Nas edições de 2012 e 2013 a escola não tem conseguido reduzir esse percentual, permanecendo em 8,6%. No ano de 2012, a escola apresentou 45,6% dos alunos classificados nos níveis Abaixo do Básico e Básico, além da regressão do percentual de alunos nos níveis mais elevados. Esse resultado indica a necessidade de intervenção no processo de ensino aprendizagem. No ano de 2013, a escola apresentou redução no índice de alunos classificados nos níveis Abaixo do Básico e Básico, representado por 32,7% dos alunos. No entanto, a progressão ocorreu somente a partir dos alunos classificados no nível Básico.

A diretora, a coordenadora de ensino e os professores vêem o SEAPE como uma ferramenta que ajuda a escola a superar as dificuldades por meio de mudança da prática pedagógica na sala de aula. De forma resumida, a diretora diz que o SEAPE tem servido para trabalhar as dificuldades e superá-las (ENTREVISTA DIRETORA TORRES, 2013). Para a coordenadora de ensino, o SEAPE tem o objetivo de verificar a qualidade do ensino no estado do Acre e atingir metas, devendo a escola que não alcançar, trabalhar para alcançá-las e, assim, elevar o IDEB do estado do Acre (ENTREVISTA AMARAL, 2013). Observa-se uma preocupação no aspecto quantitativo, cuja demanda serve para responder as expectativas da Secretaria Estadual de Educação. Quando perguntada sobre o ponto de vista dos professores, com relação às avaliações externas, a coordenadora destacou que os mesmos se preocupam com os resultados, visto que refletem o resultado do trabalho dos mesmos.

Olha segundo eu vi, o depoimento dos professores quando foi feita essa prova da Secretaria de Educação pra ver o nivelamento dos alunos, pra fazer esse nivelamento então o que a gente percebeu foi os professores preocupados no resultado dessas avaliações. Então é um ponto positivo, porque todos se preocupam e ai eles também são de acordo que tenham essas avaliações, porque como eu já falei ela é importante, porque, por exemplo, se o aluno vai bem na avaliação em Português, o professor se sente valorizado, pois o trabalho dele tá dando certo. Aqueles que, por exemplo: Matemática, se não foi bem, ela já vai procurar trabalhar de forma diferente, mas eles concordam que tenha também essa avaliação. Eles acham que é legal (ENTREVISTA AMARAL, 2013).

É importante a análise da fala da coordenadora, visto que os professores de Português e de Matemática assumem a responsabilidade dos resultados, motivando-se ou reavaliando o seu trabalho.

De acordo com a Coordenadora de Ensino (ENTREVISTA AMARAL, 2013), no ano de 2013 foi realizado pela coordenação do núcleo estadual de educação encontro de formação com os professores, coordenadores pedagógicos e de ensino da escola com o objetivo de analisar os resultados das avaliações externas, dadas às dificuldades de utilização dos mesmos, pela coordenadora da escola.

A coordenadora de ensino, no momento da entrevista, apresentou no Plano de Suporte Estratégico da escola as ações planejadas a partir dos resultados obtidos no SEAPE e na Prova Brasil, enfatizando que outras ações são planejadas no decorrer do ano, a partir do recebimento atualizado dos resultados obtidos, citando como exemplo a ação de reorganização das turmas por nível de competência dos alunos, a fim de nivelar o conhecimento dos mesmos.

1.3.4 Escola Estadual Kairala José Kairala

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Kairala José Kairala foi fundada no dia 31 de Outubro de 1970⁷, porém o início das atividades escolares datam de 03 de julho de 1969, nas dependências do Grupo Escolar Getúlio Vargas, com o curso de Magistério, chamado na época de Curso Pedagógico. A escola funcionou ainda em salas destinadas à catequese, pertencentes à Igreja Católica. (PPP, 2013, p. 06).

Nos primeiros anos, a escola funcionou de forma precária, pois além do espaço físico inadequado e a falta de professores capacitados, faltava energia elétrica, muitas vezes, as aulas eram ministradas a luz de velas ou lampião.

Em 1970, por meio de uma parceria entre o município e o estado, foi realizada a construção do prédio próprio. O prédio foi inaugurado no dia 30 de outubro de 1970 e a instituição recebeu o nome do Senador José Kairala (PPP, 2013, p. 07).

Em 1970 a escola passou a oferecer os cursos de Contabilidade e de Formação Integral. No ano seguinte, no período de 1971 a 1993, a escola passou a

⁷Data em que a escola passou a funcionar em espaço próprio.

dividir o espaço físico com a Escola de 1º Grau Instituto Odilon Pratagi⁸, que não tinha prédio próprio. No decorrer dos anos, o número de alunos aumentou e, no ano de 2000, já não havia mais espaço suficiente para todos os alunos do ensino médio.

No ano de 1998, foi construída e inaugurada no mesmo ano a escola Rita Barroso Salvatierra, para o Ensino Fundamental, com 20 salas de aula, mas sem funcionamento pela falta de conclusão da estrutura física. Em 1999, esta escola foi reestruturada para atender o Ensino Médio. A reforma durou mais de um ano e, no dia 17 de agosto do ano 2000 foi reinaugurada com o nome da antiga Escola Kairala José Kairala.

No ano de 2002, a Escola de Ensino Fundamental Instituto Odilon Pratagi não comportou a demanda de matrículas do município nas séries finais do Ensino Fundamental, sendo necessária a oferta do Ensino Fundamental na escola de Ensino Médio Kairala José Kairala, que passou a ser chamada de Escola Estadual de Ensino Jovem Kairala José Kairala. Essa etapa de ensino funcionou no 1º ano no turno vespertino com cinco turmas, sendo quatro quintas e uma sétima série. A expansão para o atendimento de outras séries foi gradual nos anos seguintes.

Atualmente, a Escola Estadual Kairala José Kairala localiza-se à Rua José Kairala Nº 72, no bairro Raimundo Char. A escola está sob a direção da Diretora Wilma Aparecida Galli Ferreira, professora do quadro efetivo da SEE/AC, com formação em Magistério e licenciada em Educação Física pela Universidade Federal do Acre. A diretora tem experiência como Coordenadora Pedagógica e professora nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Está na direção da escola no segundo mandato consecutivo, o primeiro mandato iniciou em 2007 e o segundo encerrará em 2015.

A Coordenadora de Ensino, Ivana Cristina Ferreira Camelo é professora do quadro efetivo da SEE/AC, licenciada em Letras pela Universidade Federal do Acre. Foi Coordenadora Pedagógica da referida escola e professora do Ensino Médio ministrando aulas de Língua Portuguesa e Literatura. Está na Coordenação de Ensino desde 2007.

A Coordenadora Administrativa, Luzinete Ferreira dos Santos, funcionária administrativa do quadro efetivo da SEE, licenciada em Pedagogia pela

⁸ Em 1993, a escola passou a funcionar em prédio próprio.

Universidade de Brasília/UnB, tem experiência como Diretora e secretária escolar. A Coordenadora está nesta função desde 2007.

A estrutura funcional da escola é constituída de Ensino Fundamental, Ensino Médio Regular e Programa Estadual de Correção de Fluxo do Ensino Médio (PEM). Dispõe de 14 salas de aula para atendimento por turno. Em 2013 a clientela da instituição foi de mil e duzentos e oitenta e três alunos (1283) (Censo, 2012), distribuídos nos três turnos: matutino, com 14 turmas de Ensino Médio do 1º ao 3º ano; vespertino, com 14 turmas, sendo duas (02) do 9º ano do Ensino Fundamental e doze (12) do 1º ao 3º ano do Ensino Médio. O ensino noturno funciona com 06 turmas, sendo três (03) do Ensino Médio regular do 1º ao 3º ano e 03 turmas do Programa de Correção de Fluxo do Ensino Médio (PEM).

O quadro funcional da instituição é composto de 59 professores, 03 vigias, 41 funcionários entre equipe gestora e pessoal de apoio administrativo (PPP, 2012).

A clientela do nono (9º) ano é proveniente da Escola Élon Dias Dantas, Escola José Ruy da Silveira Lino e dos bairros próximos à escola, José Braúna e José Peixoto. As escolas mencionadas localizam-se em bairros periféricos da cidade, onde há a concentração de moradores com baixo poder aquisitivo.

Por ser a única escola de Ensino Médio regular da cidade, a clientela dessa etapa de ensino é diversificada quanto à estratificação social e é proveniente dos mais variados bairros. Os alunos da área rural são oriundos do perímetro correspondente do KM 01 ao KM 84 da BR 317, Estrada do Pacífico, que liga Brasília a cidade de Assis Brasil/AC, além de estradas vicinais que oferecem condições de trafegabilidade para o transporte dos alunos.

Os dados analisados, com base nos questionários contextuais da Prova Brasil 2011, definem o nível sócio econômico (NSE) dos alunos da escola em 4.7 (médio baixo). O perfil dos alunos do 9º ano mostra que sessenta e três por cento (63%) dos mesmos entraram na escola na Creche ou na Pré-escola. Com relação à alfabetização dos pais, noventa por cento (90%) são alfabetizados, dezesseis por cento (16%) das mães ou a mulher responsável pelos mesmos concluíram o nível superior. Sobre a participação na vida escolar, quarenta e três por cento (43%) dos pais ou responsáveis disseram participar das reuniões da escola. Oitenta e sete por cento (87%) dos alunos responderam que os pais incentivam a realizar as tarefas de casa. Oitenta por cento (80%) disseram que as tarefas de Português são corrigidas pelos professores, já para Matemática, noventa e um por cento (91%) afirmaram que

as tarefas são corrigidas. Trinta e seis por cento (36%) dos alunos já repetiram o ano ao menos uma vez e nove por cento (9%) já abandonaram a escola (QEDU, s.d.).

Os resultados da Prova Brasil 2011 demonstraram que vinte e três por cento (23%) e dez por cento (10%) dos alunos do 9º ano apresentam aprendizagem adequada nas disciplinas de Português e Matemática, respectivamente (QEDU, s.d.). A escola apresentou um nível crítico em Português e Matemática no ano de 2007, nenhum dos alunos avaliados apresentava aprendizagem no nível adequado em Português e apenas 2% se encontravam nesse nível em Matemática. O percentual de alunos no nível Adequado em Português passou de 0%, em 2007, para 21%, em 2009, e 23% em 2011. Em Matemática, 2% foram considerados adequados em 2007, 7% em 2009 e 10% em 2011. O IDEB da escola para o 9º ano em 2011, foi quatro vírgula três (4,3), produto de 0,87 correspondentes ao fluxo e 4,98 ao nível de aprendizado dos alunos nas avaliações do SAEB. Em 2013, o IDEB da escola para o 9º ano foi de 4,5, não sendo possível a verificação da composição da nota com relação ao indicador de fluxo da escola e resultado da prova Brasil.

A seguir é apresentada a Tabela 9 (parte 1 e 2) com os dados da avaliação estadual (SEAPE) realizada na 8ª série/9º ano, com o desempenho da escola em Proficiência Média dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática nas cinco edições, 2009 a 2013.

Tabela 9 Proficiência média da escola Kairala José Kairala e do município na 8ª série/9º ano nas avaliações do SEAPE no período de 2009 a 2010

8ª série/ 9ºano	2009		2010	
	Média Escola	Média Município	Média Escola	Média Município
Português	236,26	248,62	231,14	239,72
Matemática	241,93	253,76	238,32	249,24

Fonte: Adaptada do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Acre (ACRE, 2013).

Considerando a primeira avaliação do SEAPE, realizada em 2009, a escola apresentou crescimento na proficiência média dos alunos, apenas na edição de 2011, alcançando 237,83 pontos em Português. Na disciplina de Matemática,

considerando a diferença entre os resultados de 2009 e 2013, que são respectivamente 241,93 e 232,3, houve um decréscimo de 9,63 pontos (ACRE, 2009b).

Tabela 10 Proficiência média da escola Kairala José Kairala e do município na 8ª série/9º ano nas avaliações do SEAPE no período de 2011 a 2013

8ª série/ 9ºano	2011		2012		2013	
	Média Escola	Média Município	Média Escola	Média Município	Média Escola	Média Município
Português	237,83	256,53	218,20	252,10	219,0	256,7
Matemática	236,65	253,40	229,40	252,80	232,3	268,4

Fonte: Adaptada do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Acre (ACRE, 2013).

Observa-se que em todas as edições do SEAPE, a escola tem apresentado média abaixo do desempenho médio do município nas avaliações de Português e Matemática. Os resultados do 3º ano do Ensino Médio são expressos e comparados aos resultados da regional, visto que esta é a única escola de Ensino Médio no Município.

Tabela 11 Proficiência média da escola Kairala José Kairala e da regional no 3º ano/ Ensino Médio nas avaliações do SEAPE, no período de 2009 a 2010

3º ano E. Médio	2009		2010	
	Média Escola	Média Regional	Média Escola	Média Regional
Português	233,45	243	245,21	244,62
Matemática	239,11	250,88	248,47	249,24

Fonte: Adaptada do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Acre (ACRE, 2013).

Diferente dos resultados apresentados no 9ºano do Ensino Fundamental, no Ensino Médio a escola apresentou crescimento nas edições de 2010 e 2011 tanto em Português quanto em Matemática. Alcançando nesse período 233,45; 245,21 e

252,72 em Português e 239,11; 248,47 e 258,80 em Matemática. Na edição de 2012, a escola teve um decréscimo de 2,12 pontos em Português e 7,9 em Matemática. Em 2013, a escola apresentou crescimento em Língua Portuguesa e mais uma vez decréscimo na disciplina de Matemática. Embora a escola apresente ascensão em algumas edições, com exceção do resultado apresentado pela escola em Português na edição de 2010 que correspondeu a 245,21, a escola apresentou resultados sempre abaixo da média da regional até a última edição disponível (2010).

Tabela 12 Proficiência média da escola Kairala José Kairala e da regional no 3º ano/ Ensino Médio nas avaliações do SEAPE, no período de 2011 a 2013

3º ano E. Médio	2011		2012		2013	
	Média Escola	Média Regional	Média Escola	Média Regional	Média Escola	Média Regional
Português	252,72	255,45	250,6	-	255,3	-
Matemática	258,80	258,73	250,9	-	246,4	-

Fonte: Adaptada do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Acre (ACRE, 2013).

A diretora da escola, a coordenadora de ensino e os professores das disciplinas avaliadas vêm de maneira positiva, embora diferenciadas, o Sistema Estadual de Avaliação (SEAPE), pois entendem que ele contribui para que os mesmos possam trabalhar com foco definido. Além disso, o sistema de avaliação cria a possibilidade de acompanhamento do desempenho acadêmico dos alunos ao longo dos anos e a possibilidade de comparação entre os resultados das avaliações internas e externas, conforme veremos no segundo capítulo.

É curiosa a maneira como cada um compreende a avaliação externa, que, a princípio, avalia apenas o desempenho do aluno. No entanto, percebemos pelas respostas dadas, que os professores se auto avaliam a partir dos resultados da avaliação e repensam, a partir deles, a sua prática pedagógica.

A diretora escolar expressa os objetivos do SEAPE da seguinte maneira:

O objetivo do SEAPE é justamente ver se os alunos estão saindo com as habilidades adequadas para a próxima etapa e através dessa avaliação nós também, como educadores somos avaliados, pois o aluno ele não vai adquirir a sua habilidade se o professor não tem

capacidade, ele só vai adquirir a habilidade necessária se o professor também for capacitado, então é através dessa avaliação que nós estamos superando as dificuldades (ENTREVISTA GALLI, 2013).

Nesse sentido, a avaliação é vista como instrumento de medida dos saberes, tanto dos professores quanto dos alunos. A diretora atribui a responsabilidade dos resultados ao trabalho pedagógico realizado pela escola. E nessa perspectiva, por meio da leitura e análise dos resultados, a definição de estratégias para superação dos resultados. A coordenadora de ensino menciona que a avaliação é vista como instrumento de medida:

As pessoas pensam erroneamente que o SEAPE é só pra medir. Ele não é pra medir é uma forma de verificar como é que anda a aprendizagem dos alunos. E quando acontecem esses períodos de avaliação, nós temos um apoio bem maior das coordenadoras, as do núcleo. Temos um acompanhamento de Rio Branco e um desempenho bem melhor dos professores, principalmente de Língua Portuguesa e Matemática. Você verifica que eles se empenham mais, trazem atividades, fazem simulados. Quer dizer de certa forma há um interesse grande quando se aproxima esse período. Então o SEAPE não é só pra medir, mais sim pra verificar qual a qualidade da escola. O que é que os alunos estão estudando. E é claro que a nossa escola ainda falta muito pra atingir o seu objetivo, mas com esses resultados dá pra analisar o que a escola e os professores precisam melhorar e de que maneira a coordenação pode ajudá-los (ENTREVISTA COORDENADORA FERREIRA, 2013).

O que se percebe na fala da coordenadora de ensino é que o SEAPE vai além de um instrumento de medida representa a capacidade de mobilizar os atores intra e extraescolares na realização de ações que respondam a melhores resultados. Ele serve para detectar, onde e como cada um dos atores que compõem o processo de ensino aprendizagem precisa melhorar.

As primeiras impressões sobre as falas e respostas dos entrevistados é que há uma preocupação destes em melhorar os resultados nas avaliações externas, tendo por parâmetro os resultados do SEAPE. No entanto, as ações mencionadas tanto pela diretora quanto pela coordenadora de ensino focam no treinamento dos alunos por meio da realização de simulados.

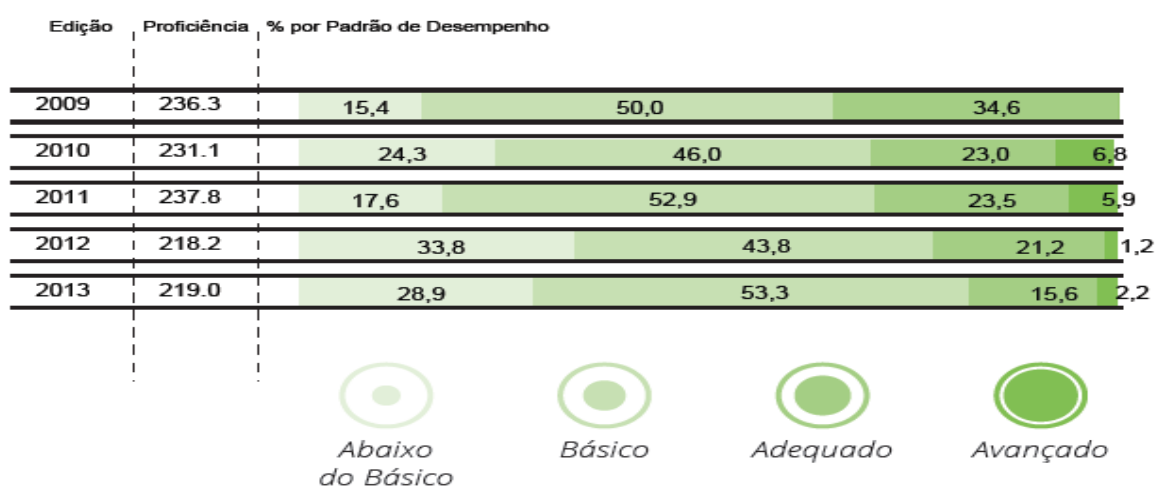
Quanto à utilização dos resultados das avaliações no planejamento, a Coordenadora de Ensino ressalta que gostaria de perceber um empenho maior por parte dos professores de disciplinas e séries não avaliadas, pois percebe que os mesmos não se sentem responsabilizados pelos resultados, da mesma forma que os professores das disciplinas de Português e Matemática.

Eu gostaria que os outros professores tivessem o mesmo interesse, a mesma responsabilidade que os professores de Língua Portuguesa e Matemática têm na escola. Eles são muito coesos no planejamento, realizam o que é solicitado. Esses dados eles são muito trabalhados por professores de Português e Matemática, mas já outras disciplinas, eles não tem esse interesse. Não tem. Alguns trabalham, mas superficialmente. Os professores de Português e Matemática estão sempre um passo a frente dos outros (ENTREVISTA COORDENADORA FERREIRA, 2013).

Identifica-se a dificuldade no compartilhamento de responsabilidades quanto aos resultados produzidos pela escola e falta de unidade na execução da proposta curricular da escola, visto que fica aos professores de Português e Matemática a responsabilidade pela melhoria do desempenho dos alunos. Acentua-se na fala da coordenadora a percepção e atuação dos professores de Português e Matemática de uma forma específica de trabalho para melhoria do desempenho dos alunos, o que não ocorre com os demais professores, pois a mesma salienta que alguns realizam esse trabalho diferenciado de maneira superficial.

A preocupação da coordenadora de ensino com a falta de responsabilização e o planejamento diferenciado por parte dos professores da escola que ministram as disciplinas não avaliadas é válida, visto que, por meio da Figura 5, podemos verificar a dificuldade da escola em ascender a aprendizagem dos alunos para os níveis mais elevados de conhecimento.

Figura 5 Percentual de Alunos da Escola Kairala José Kairala por Padrão de Desempenho em Língua Portuguesa 9º Ano 2013



Fonte: (ACRE, 2013).

A Figura 5 apresenta a necessidade de intervenções na prática pedagógica da escola, visto que a soma dos percentuais dos alunos que se encontram nos níveis Abaixo do Básico e Básico, que, em 2009, correspondia a 65,4% aumentou no decorrer das cinco edições do SEAPE, chegando em 2013 a 82,2% ao passo que o percentual de alunos do nível Adequado foi reduzindo em maior proporção para os níveis Básico e Abaixo do Básico. A edição de 2013 apresentou a escola com apenas 15,6% dos alunos no nível Adequado e 2,2% dos alunos no nível Avançado, correspondendo a 17,8% dos alunos nos níveis desejáveis de aprendizagem a série cursada.

Os resultados, portanto, indicam a necessidade de um trabalho conjunto de toda a escola para superar as dificuldades, ou uma reavaliação do trabalho desenvolvido pelos professores das disciplinas avaliadas.

A escola apresentou o Plano de Suporte Estratégico que contém ações e estabelecimento de metas a serem alcançadas, elaboradas a partir dos resultados das avaliações externas, com prazos determinados e responsáveis definidos para execução das mesmas.

2 APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SEAPE PELAS ESCOLAS DE BRASILÉIA

Após a apresentação das quatro unidades de ensino, no primeiro capítulo, e da percepção dos diretores e coordenadores de ensino quanto ao SEAPE e seus objetivos, neste segundo capítulo, é realizada a análise dos dados coletados por meio de entrevistas com diretores escolares e coordenadores de ensino, além dos questionários aplicados aos professores das séries e disciplinas avaliadas. São também objetos de análise as ações constantes no Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), elaboradas a partir dos resultados das avaliações do SEAPE. Essa análise permitirá a identificação dos modos de apropriação e de utilização dos resultados do SEAPE pelas gestões e o reflexo das mesmas no processo de elevação da qualidade do ensino em cada uma das escolas.

Foram realizadas oito (8) entrevistas com os diretores e os coordenadores de ensino com o objetivo de verificar a visão e conhecimento dos mesmos sobre o SEAPE e os resultados produzidos, a importância dos resultados e como estes vêm sendo utilizados pela escola na gestão do processo de ensino e aprendizagem e, sobretudo o envolvimento do diretor escolar nesse processo.

Para ratificar a apropriação e utilização dos resultados do SEAPE no processo de melhoria do ensino e aprendizagem nas escolas, foram aplicados questionários para os dez (10) professores das escolas pesquisadas que trabalham com as disciplinas e séries avaliadas pelo Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem do Acre. No levantamento de dados coletados por meio dos questionários, foi possível traçar o perfil dos professores e a visão dos mesmos sobre o SEAPE, as dificuldades encontradas para utilização dos resultados e os fatores que interferem para que a escola avance no processo de melhoria da aprendizagem dos alunos.

A divulgação e a apropriação dos resultados do SEAPE possibilita aos atores escolares a discussão sobre os resultados obtidos e a tomada de decisão pautada nas necessidades apresentadas pela escola na avaliação, o que resulta em práticas pedagógicas mais eficazes no âmbito escolar. Para isso, é necessário que os resultados sejam compreendidos pela equipe para além da comparação e competição entre as escolas e redes de ensino. Os resultados do SEAPE devem ser compreendidos pela sua função diagnóstica, que aponta para cada escola os pontos

críticos que merecem atenção, comprometimento e a necessidade de um planejamento estratégico e participativo.

O planejamento estratégico participativo é o meio utilizado pelas gestões para superar as deficiências apresentadas por cada escola e, a partir dos resultados concretos, deverão ser discutidas, com os atores escolares formas e estratégias de intervenção, acompanhamento e monitoramento das mesmas para superação das deficiências. De acordo com Luck (2000), o Planejamento Estratégico é o esforço disciplinado e consistente, destinado a produzir decisões fundamentais e ações que guiem a organização escolar, em seu modo de ser e de fazer, orientado para resultados, com forte visão de futuro. O planejamento, de forma participativa, contribui para a responsabilização e comprometimento da equipe na proposição de ações, realização das mesmas e, conseqüentemente, uma maior probabilidade de efetivação dos resultados esperados. Sobre o planejamento participativo veja o que afirma Baptista (1995) *apud* Luck (2009):

O planejamento participativo é uma nova forma de pensamento que envolve alguns componentes essenciais: uma modificação do modo de apreender a realidade, o vislumbamento de um horizonte multidimensional, a perspectiva de modificações contínuas das estruturas organizacionais e a compreensão das partes em relação ao todo (BAPTISTA *apud* LUCK 2009, p. 04).

Embora apontados como planejamentos diferenciados, dadas as suas particularidades, o Planejamento Estratégico e o Planejamento Participativo não apresentam oposição de ideias, podendo complementar-se, como é o caso aqui proposto na análise. Sobre isso, Luck (2000) descreve:

Tratam, portanto, ambas as modalidades de planejamento, de duas dimensões de uma mesma condição e que, portanto, quando se pretende agir de modo mais consistente possível, são empregadas conjuntamente. Cabe ressaltar que os trabalhos da área social sobre planejamento estratégico incorporam a dimensão participativa como uma das precondições para sua efetivação plena [...] (LUCK, 2000, p. 04).

Entendendo que o sucesso escolar depende da ação conjunta de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, e no intuito de verificar a efetivação das ações planejadas pelas instituições de ensino pesquisadas a partir dos resultados do SEAPE, será analisada neste capítulo também a forma de planejamento utilizada pelas escolas. De acordo com Luck (2000), o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) constitui-se como um Planejamento Estratégico.

No estado do Acre, a elaboração e implementação do PDE, é uma das atribuições do diretor escolar conforme disposto no capítulo V, Art. 35, inciso IV do Anexo 4 da Lei da Gestão Democrática do estado do Acre (ACRE, 2003)⁹.

O PDE Escola, portanto é um documento normatizador das ações da escola, visto que necessita da aprovação do Conselho Escolar para sua execução. O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) é um programa do Ministério da Educação (MEC) para atender às escolas com baixo rendimento no IDEB, fomentando o planejamento estratégico e participativo com o propósito de auxiliá-las em sua gestão. Esse programa foi concebido no âmbito do Fundescola, objeto do acordo de empréstimo firmado em 1998 entre o governo brasileiro e o Banco Mundial com o objetivo era melhorar a gestão escolar, a qualidade do ensino e a permanência das crianças na escola (BRASIL, 1998).

A partir de 2012 o PDE Escola passou a utilizar o sistema PDE Interativo, uma plataforma que permite a utilização da metodologia por todas as escolas públicas. Assim, as escolas passaram a utilizar a metodologia de planejamento do PDE Escola em toda a sua rede, independente do repasse de recursos federais, com apoio direto das coordenações estaduais do PDE Escola e das coordenações do programa nas capitais dos estados (BRASIL, 2012).

2.1 UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DO SEAPE PELOS GESTORES DAS ESCOLAS DE BRASÍLIA

A gestão democrática nas escolas públicas estaduais do Acre, assim como todas as existentes em âmbito nacional, são amparadas legalmente pela Constituição Federal de 1988 (inciso VI do artigo 206) e referendada pela LDB 9.394/96 (inciso VIII do artigo 3), o que garante a possibilidade de tomada de decisão de todos os envolvidos na instituição escolar diante dos problemas apresentados. No entanto, promover a gestão democrática na escola requer mais tempo e trabalho no planejamento para execução de cada passo de discussão e de tomada de decisão. Porém, o trabalho coletivo pode representar a diminuição da

⁹ Art. 35. São atribuições do diretor das unidades de ensino: [...] IV- Coordenar a elaboração e implementação do plano de desenvolvimento da escola até o final do mês de março de cada ano e enviá-lo para apreciação e aprovação do Conselho Escolar; [...](ACRE, 2003).

carga de trabalho da equipe e a melhoria dos resultados quando é possibilitada a todos a participação na tomada de decisão, o que gera o envolvimento e o comprometimento de mais pessoas, conforme previsto na Lei da Gestão Democrática do Estado do Acre:

Art. 1º Entende-se por gestão democrática o processo intencional e sistemático de chegar a uma decisão e fazê-la funcionar, mobilizando meios e procedimentos para se atingir os objetivos da instituição escolar, envolvendo os aspectos pedagógicos, técnico-administrativos e gerenciais do processo escolar (ACRE, 2003).

De acordo com Lück (2009), ao diretor escolar compete a liderança e organização do trabalho de todos os que nela atuam, orientando-os para o desenvolvimento da escola em um ambiente educacional capaz de promover aprendizagens e a formação integral dos alunos, de forma que estes estejam capacitados para enfrentar os desafios que são apresentados.

Luck (2009) reforça ainda que a gestão escolar abrange aspectos referentes à gestão financeira, administrativa e pedagógica, dentre outras, sendo a gestão pedagógica a mais importante por estar diretamente envolvida com o foco da escola, que é o de promover a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos. Nesse sentido, cabe ao gestor escolar coordenar, de forma direta, todas as dimensões, não podendo delegar aos demais funcionários da escola estas responsabilidades. Segundo Luck:

Não se recomenda, nem se justifica a divisão de trabalho nas escolas, como muitas vezes ocorre, delimitando-se para o diretor a responsabilidade administrativa e para a equipe técnico-pedagógica a responsabilidade pedagógica. Estes profissionais são participantes da liderança pedagógica exercida pelo diretor, exercendo essa responsabilidade em regime de co-liderança. Ao diretor compete zelar pela escola como um todo, tendo como foco de sua atuação em todas as ações e em todos os momentos a aprendizagem e formação dos alunos (LUCK, 2009, p. 23).

Dada à importância da dimensão pedagógica, conclui-se que a mesma deve ser acompanhada por toda a equipe da gestão escolar, em especial pelo diretor, não podendo ser relegada a outrem em função das outras dimensões.

Embasados nesse fundamento analisaremos a atuação dos gestores escolares na apropriação dos resultados do SEAPE. As informações aqui analisadas são resultado de entrevistas realizadas com os quatro (4) gestores escolares e os quatro (4) coordenadores de ensino das escolas pesquisadas. O roteiro da

entrevista era composto de duas partes, sendo a primeira destinada a perguntas relacionadas ao perfil do diretor e coordenador de ensino e a segunda parte composta por 10 perguntas relacionadas ao Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem do Acre – SEAPE, com o objetivo de verificar a visão que o diretor e o coordenador de ensino têm sobre o mesmo e a maneira pela qual os resultados são utilizados na escola.

A análise das respostas é de cunho qualitativo, visto que o objetivo da pesquisa é colher informações a cerca da forma de apropriação dos diretores escolares quanto aos resultados do SEAPE. Sendo a rede estadual urbana composta por um número pequeno de escolas, torna-se viável este tipo de análise.

Quanto ao perfil dos gestores, foi solicitado que os mesmos se apresentassem fazendo referência, além de sua formação, sobre a sua função, sobre o vínculo empregatício, sobre o tempo de serviço e sobre as experiências na área da educação.

Tabela 13 Perfil dos diretores e coordenadores de ensino das escolas públicas estaduais de Brasília Acre

Entrevistados	Função/tempo	Formação	Tempo de Serviço	Experiência Profissional
Entrevistado 1 (DIRETORA HOLANDA, 2013)	Diretora 1º mandato na escola.	Pedagogia e Pós graduação em EJA e Psicopedagogia	27 anos	Professora; Coordenação Pedagógica e Coordenadora de Ensino.
Entrevistado 2 (COORDENADORA KAIRALA, 2013)	Coordenadora de Ensino 1º mandato na escola.	Letras	33 anos	Professora; Diretora escolar; Secretária Municipal de Educação;
Entrevistado 3 (DIRETORA JAFURE, 2013)	Diretora 2º mandato na escola.	Pedagogia	22 anos	Professora;
Entrevistado 4 (COORDENADORA PACÍFICO, 2013)	Coordenadora de Ensino 2º mandato na escola.	Letras	22 anos	Professora; Diretora escolar; Vice-diretora, Coordenadora de Ensino.
Entrevistado 5 (DIRETORA TORRES, 2013)	Diretora 1º mandato na escola.	Geografia	22 anos	Professora; Coordenadora Pedagógica e Coordenadora de Ensino.
Entrevistado 6 (COORDENADORA AMARAL, 2013)	Coordenadora de Ensino 1º mandato na escola.	Letras	26 anos	Professora; Vice diretora; Diretora escolar
Entrevistado 7 (DIRETORA GALLI, 2013)	Diretora 2º mandato na escola.	Magistério Educação Física	29 anos	Professora; Coordenadora Pedagógica
Entrevistado 8 (COORDENADORA FERREIRA, 2013)	Coordenadora de Ensino 2º mandato na escola.	Letras	22 anos	Professora Coordenadora Pedagógica

Fonte: Construção própria, baseada nos dados das entrevistas (2013).

Pela Tabela 13 podemos verificar que os diretores e coordenadores de ensino são funcionários do quadro efetivo do estado com experiência, além de sala de aula, em gestão escolar, com exceção da entrevistada 3. O tempo de serviço varia de 20 a 33 anos. Destacamos ainda que, das quatro (4) diretoras e (4) coordenadoras entrevistadas, duas (2) encontram-se no primeiro mandato e duas (2) no segundo.

Indagados a falar sobre o SEAPE e o objetivo do mesmo, as respostas, de uma maneira geral, referiram-se ao sistema como um instrumento de medida utilizado pelo estado para verificar a qualidade das escolas, da aprendizagem dos alunos, da qualidade do ensino, o que as escolas estão ensinando e o que os alunos estão estudando. Duas (02) coordenadoras de ensino e duas (2) diretoras destacaram o papel orientador que o sistema representa para a tomada de decisão das mesmas, a partir das dificuldades detectadas por meio das avaliações externas. Destacam-se a seguir alguns trechos das falas de diretoras e coordenadoras de ensino quanto aos objetivos do SEAPE:

Medir, dizer o que a escola está trabalhando (ENTREVISTA DIRETORA HOLANDA, 2013);

Medir, orientar, nortear as ações da escola, principalmente nas séries avaliadas (ENTREVISTA COORDENADORA KAIRALA, 2013);

Medir, orientar a escola a superar as dificuldades, a partir do conhecimento de suas deficiências e entraves (ENTREVISTA DIRETORA JAFURE, 2013);

Avaliar a aprendizagem dos alunos através de habilidades (ENTREVISTA COORDENADORA PACÍFICO, 2013);

Detectar as dificuldades e superá-las (ENTREVISTA DIRETORA TORRES, 2013);

Melhorar a qualidade do Ensino (ENTREVISTA COORDENADORA AMARAL, 2013);

Verificar se os alunos estão saindo com as habilidades adequadas para a próxima etapa (ENTREVISTA DIRETORA GALLI, 2013);

Verificar a qualidade da escola e o que os alunos estão estudando (ENTREVISTA COORDENADORA FERREIRA, 2013).

Nas respostas, infere-se que o SEAPE é percebido, primeiramente, por seu papel avaliador e, num segundo momento, como um instrumento capaz de auxiliar a escola na superação de suas deficiências. Importante observar que os oito (8)

entrevistados ressaltaram o objetivo do SEAPE em seu aspecto avaliativo, enquanto quatro (4) ressaltaram o seu papel orientador para melhoria dos resultados. Essa visão é importante, pois o diagnóstico só faz sentido quando utilizado para planejamento de ações que visem à melhoria da realidade educacional da escola.

De acordo com os quatro (04) diretores, a escola realiza a divulgação dos resultados para os professores, funcionários da escola, pais e alunos. A divulgação dos resultados é realizada em reuniões por segmentos, primeiramente com os professores, com funcionários e por fim na reunião de pais e mestres, onde é feita a divulgação da nota da escola de maneira geral. Na edição de 2012, como foram elaborados boletins individuais pelo sistema de avaliação, em que consta o desempenho dos alunos, foi realizada cerimônia de entrega dos dados e, para os que não compareceram, foram enviados para as escolas em que os mesmos encontravam-se matriculados.

Quanto ao processo de divulgação dos resultados, os entrevistados, de forma unânime, relataram ser uma prática das escolas, descrevendo os procedimentos de realização de forma a atingir toda a comunidade local.

Sobre a existência de procedimentos de discussão e análise dos resultados do SEAPE em cada edição, os entrevistados mencionaram realizar, com auxílio do Núcleo Estadual de Educação¹⁰, ou por meio de estudos promovidos pela própria escola.

A análise e discussão dos resultados do SEAPE nas escolas são realizadas, como pode ser observada nos procedimentos elencados na Quadro 2. As entrevistadas das escolas Instituto Odilon Pratagi e Getúlio Vargas mencionaram realizar encontros de formação continuada e encontros para discussão dos descritores que os alunos apresentaram mais dificuldades. As entrevistadas das escolas Coronel Manoel Fontenele de Castro e Kairala José Kairala mencionaram realizar as discussões com auxílio do Núcleo Estadual de Educação. É importante observarmos que, na escola Instituto Odilon Pratagi a diretora Jafure participa diretamente do processo de discussão dos resultados e na promoção da formação continuada dos professores de todas as áreas de ensino. De acordo com os entrevistados das escolas Coronel Manoel Fontenele de Castro e Kairala José Kairala a análise dos resultados é realizada com apoio do Núcleo Estadual de

¹⁰ Representação da Secretaria Estadual de Educação no município.

Educação e conta com a participação dos professores das séries e disciplinas avaliadas.

Quadro 2 Procedimentos de discussão e análise dos resultados do SEAPE pela equipe gestora das Escolas

	Escolas	Procedimentos
01	Getúlio Vargas	Trabalho realizado com os professores a partir dos descritores que os alunos mais tiveram dificuldades (ENTREVISTA DIRETORA HOLANDA, 2013).
		A secretária, ela tem sido uma grande parceira nas avaliações externas, nos auxiliando através das oficinas, fazendo a divulgação, mostrando a escola como um todo. Quando chega na parte escola, é feito uma oficina pra trabalhar minunciosamente como vamos atingir aquele resultado que está negativo, como vamos melhorar, como podemos alcançar aquele aluno que não está bem, ou que vai ficar, que pode vir a ter problema com um conteúdo (ENTREVISTA DIRETORA COORDENADORA KAIRALA, 2013).
02	Instituto Odilon Pratagi	Realização de um trabalho contínuo, através de estudo com a participação da coordenação e professores. Hoje os professores já dominam os descritores, sabem quais estão potencializados, quais estão fracos e os que precisam ser mais trabalhados no dia a dia da sala de aula (ENTREVISTA DIRETORA JAFURE, 2013).
03	Coronel Manoel Fontenele de Castro	As coordenadoras de programas do Núcleo que são a Isabel, a Lucia e a Leda realizaram uma reunião esse ano aqui na escola, com todas as gestoras e as coordenadoras e foram repassados esses resultados e a gente falou do nivelamento, da ação que nós fizemos e foi até bem elogiado pelos outros funcionários, pela ação da gente ter colocado separado esses alunos pra nivelar, pra que no próximo ano, quando estiverem no sétimo ano eles estejam no nível dos outros alunos (ENTREVISTA COORDENADORA AMARAL, 2013).
04	Kairala José Kairala	Realizado através de oficinas promovidas pela SEE para os professores das séries avaliadas (ENTREVISTA DIRETORA GALLI, 2013).
		Hoje você verifica as moças: a Lucia, a Leda, a Isabel que trabalham no núcleo, tem total atenção a você. A coordenação participa dos planejamentos, realizam encontros só com os coordenadores pedagógicos para orientação e elas vão a Rio Branco recebem todo um treinamento então de certa forma não é só a questão do repassar informação, mas você se sente segura porque tem um apoio, tem com quem você contar (ENTREVISTA COORDENADORA FERREIRA, 2013).

Fonte: Construção própria com base nas entrevistas.

As análises dos resultados focam no estudo dos descritores que apresentam maior número de erros e nos alunos com mais baixo desempenho. A coordenadora escola Coronel Manoel Fontenele de Castro citou ainda uma das ações planejadas a partir dos resultados apresentados para superação do baixo desempenho dos alunos, por meio do processo de nivelamento, ou seja, organização das salas de aula de acordo com o padrão de desempenho dos alunos.

Quanto à forma de utilização dos resultados do SEAPE pelas escolas como instrumento pedagógico para melhorar o desempenho de aprendizagem dos alunos, os entrevistados afirmaram utilizar.

Quadro 3 Procedimentos de utilização dos resultados do SEAPE pela equipe gestora das escolas

	Escolas	Procedimentos
01	Getúlio Vargas	Planejamento diário na sala de aula (ENTREVISTA DIRETORA HOLANDA, 2013).
		Analisando os resultados, trabalhando as deficiências e monitorando os resultados (ENTREVISTA COORDENADORA KAIRALA, 2013).
02	Instituto Odilon Prtagi	Através de aplicação de simulados com base nos descritores do SEAPE, de forma a preparar o aluno pra realização da Prova Brasil e oportunizando o aluno a ver alguns conteúdos que ainda não havia estudado (ENTREVISTA DIRETORA JAFURE, 2013).
		Inserindo metodologias e atividades diferentes, para os assuntos que não foram compreendidos pelos alunos (ENTREVISTA COORDENADORA PACÍFICO, 2013).
03	Coronel Manoel Fontenele de Castro	Usando na sala de aula com dinâmicas diferentes de ensino (ENTREVISTA DIRETORA TORRES, 2013).
		Planejando melhor as ações a fim de atender os objetivos da escola e alcançar os objetivos propostos pela Secretaria Estadual de Educação (ENTREVISTA COORDENADORA HOLANDA, 2013).
04	Kairala José Kairala	No planejamento, os professores verificam as habilidades não alcançadas e planejam novas atividades para que o aluno a desenvolva (ENTREVISTA DIRETORA GALLI, 2013).
		No planejamento dos professores (ENTREVISTA COORDENADORA FERREIRA, 2013).

Fonte: Construção Própria realizada a partir de informações coletadas através das Entrevistas.

O Quadro 3 mostra que as escolas têm utilizado os resultados do SEAPE, na tentativa de melhorar a aprendizagem dos alunos, o que é feito por meio do planejamento disciplinar focando nos conteúdos que os alunos apresentaram maior dificuldades, na aplicação de novas metodologias de ensino, no planejamento de atividades para o desenvolvimento de habilidades específicas e inclusão de conteúdos no currículo escolar. Outra ação mencionada é a aplicação de simulados, elaborados a partir dos descritores do SEAPE, de forma a preparar os alunos para realização das avaliações externas. É importante salientar a preocupação de diretores e coordenadores de ensino em apresentar sempre melhores resultados. Por outro lado, não identificamos nas falas dos entrevistados a utilização de instrumentos por parte do diretor para monitoramento das ações de melhoria na aprendizagem dos alunos. Os simulados realizados pela escola poderiam representar um desses instrumentos, no entanto, o objetivo exposto para realização dos mesmos consiste no treinamento do aluno para esse tipo de avaliação. Observemos as falas das diretoras das escolas Instituto Odilon Prtagi e Kairala José Kairala, quanto à aplicação dos simulados:

Utilizamos o material do SEAPE pra preparar os alunos pra prova Brasil que no caso nós só fazemos essas duas avaliações externas, SEAPE e Prova Brasil. Dentro da escola nós trabalhamos com vários simulados em diferentes disciplinas e aí o material do SEAPE, ele dá uma base. Ele dá um apoio ao professor, pra ele trabalhar todos os descritores e a análise desses descritores, como tabular os resultados, como avançar com esse trabalho nos descritores (ENTREVISTA DIRETORA JAFURE, 2013).

Hoje, dentro do PDE da escola, no início do ano a gente já se programa pra estar aplicando os simulados, o que vem ajudando os alunos a superar as dificuldades no dia da prova, porque a gente sabe que no dia a dia as atividades são diferenciadas, então a gente aplica mais ou menos de quatro a cinco simulados durante o ano letivo prevendo já a avaliação e isso já está planejado no início do ano dentro do PDE juntamente com todos os professores (ENTREVISTA DIRETORA GALLI, 2013).

Ainda que as duas diretoras tenham apresentado como ação de intervenção pedagógica a aplicação de simulados no decorrer do ano letivo, a fala da diretora Galli (2013) justifica a necessidade de aplicação do mesmo, pelo fato das atividades realizadas no cotidiano escolar não corresponder com as realizadas nas avaliações externas. Cabe salientar que em informação anterior, disponível na Tabela 12 foi evidenciada pela gestora Galli (2013) a utilização dos resultados do SEAPE nos planejamentos pedagógicos para o desenvolvimento das habilidades não desenvolvidas pelos alunos. Diante dessas informações, cabe a análise sobre a maneira que a escola vem trabalhando para o desenvolvimento das habilidades e competências não consolidadas, visto que as avaliações externas são realizadas no intuito de verificar essas habilidades e competências a partir dos conteúdos explicitados na Matriz de Referência. As habilidades e competências uma vez consolidadas, pouca diferença fará, o instrumento utilizado para aferição.

Quanto aos resultados do SEAPE, foi perguntado aos entrevistados se havia dificuldades na leitura, interpretação e utilização do material que chega até a escola. As respostas foram variadas, no entanto, os entrevistados das quatro (4) escolas mencionaram que, nas primeiras avaliações, ou seja, as avaliações realizadas em 2009 e 2010 tiveram dificuldades para compreender e utilizar o material, visto que era novo para todos, até para a própria Secretaria de Educação. Nesse sentido, Castro (2009) afirma que maioria das escolas não sabe como melhorar seus resultados e os Sistemas de Ensino tem dificuldades técnicas de apoiar as escolas.

Em 2013, na quarta (4^o) edição do SEAPE, os entrevistados disseram já compreender os resultados, visto que foram promovidas pela Secretaria Estadual de Educação oficinas específicas para a utilização do material e a apropriação dos resultados pela equipe do Núcleo Estadual de Educação que dá o suporte e realiza o acompanhamento pedagógico nas escolas estaduais. A diretora da escola Instituto Odilon Pratagi diz ter superado a dificuldade após a realização das oficinas e promoção de estudo da equipe por meio de programa de formação dos professores realizado pela própria escola. Conforme o relato da diretora:

Em 2011, nós tivemos que tirar várias horas para estudar o material para entender, pois de imediato não é um material de fácil compreensão, então em 2011 nós fizemos esse trabalho, gestão e coordenação, estudamos para posteriormente passar pra os demais envolvidos. Hoje não, hoje é normal, é natural o entendimento desses resultados, inclusive esse trabalho que é realizado na escola, ele serve de referência pra varias escolas da regional. Os professores realmente dominam, principalmente os professores dessas áreas, eles ajudam os demais a entenderem que os descritores de Língua Portuguesa ele dá pra ser trabalhado em todas as disciplinas, inclusive nós fizemos esse trabalho, com os descritores de língua portuguesa, nós trabalhamos da Língua portuguesa à arte com esse foco de interpretar em cima dos descritores (ENTREVISTA DIRETORA JAFURE, 2013).

A Coordenadora da escola Getúlio Vargas mencionou que a superação das dificuldades na utilização dos resultados se deu com a realização de oficinas promovidas pela escola para divulgação dos alunos com baixo desempenho e as dificuldades apresentadas pelos mesmos, onde a partir das fragilidades são planejadas ações de forma a superá-las. O trabalho é realizado com todos os professores, independente das séries que estejam trabalhando. Essa responsabilidade é dividida com todos os professores, conforme destacado no depoimento a seguir:

Nós realizamos a oficina de divulgação do aluno que tá com dificuldade, mesmo daquele não vai mais sofrer avaliação, se ele tá lá no quarto ano, sexto ano, mais pela regra geral sabe-se que a deficiência da maioria, então essa é a deficiência daquele ano também do terceiro ano, do quinto ano também que são os anos avaliados, então o professor tem que trabalhar, ele é consciente e se ele mostrar resistência, infelizmente ele tá indo contra uma política que é nacional, que a política do MEC é uma política também estadual, uma política municipal, então ele não tem o perfil, infelizmente para continuar (ENTREVISTA COORDENADORA KAIRALA, 2013).

As escolas utilizam estratégias de apropriação dos resultados de forma diferenciada, conforme apresentado pelos entrevistados. No caso da Escola Instituto Odilon Pratagi, a diretora Jafure (20013) aponta que a apropriação dos resultados se consolidou a partir do estudo proporcionado pela escola na compreensão do sistema de avaliação como um todo e na adequação da metodologia de avaliação a partir dos descritores em todas as áreas do conhecimento, de modo a padronizar o ensino aprendizagem. Na escola Getúlio Vargas a coordenadora aponta as oficinas de apresentação das deficiências de aprendizagem dos alunos e o planejamento para superação das mesmas, por todos os professores da escola como estratégia de apropriação dos resultados das avaliações externas e melhoria da aprendizagem dos alunos.

Ainda que a Secretaria de Educação ofereça suporte para apropriação dos resultados por meio das oficinas, algumas escolas destacaram como fator que dificulta ou inviabiliza o trabalho a ser realizado a partir dos resultados de maneira efetiva, a rotatividade de professores, o que é observado na Quadro 4.

Quadro 4 Quanto aos resultados do SEAPE há dificuldades na leitura, interpretação e utilização do material que chega até a escola?

	Escolas	Respostas dos entrevistados
01	Getúlio Vargas	Devido ao quadro da escola ser composto por professores efetivos e temporários, há rotatividade de professores, o que ocasiona a dificuldade na utilização dos resultados, visto que os professores que são contratados pela primeira vez, não tem conhecimento de como realizar esse trabalho.
02	Instituto Odilon Pratagi	Hoje não apresentam mais dificuldades, pois foi necessário que a diretora, as coordenadoras de ensino e pedagógicas realizassem muitas horas de estudos para repassar aos professores, haja vista, o material não ser de fácil compreensão.
03	Coronel Manoel Fontenele de Castro	Não apresentam dificuldades, pois o material que chega até a escola é de fácil compreensão (ENTREVISTA TORRES, 2013).
		Os professores ainda têm dificuldades em saber o que significa cada padrão, cada nível. Eu mesma não estava compreendendo os resultados. As dúvidas dos professores são sanadas pela coordenadora pedagógica do 6º ao 9º ano (ENTREVISTA AMARAL, 2013).
04	Kairala José Kairala	Hoje não apresentam mais dificuldades, pois já realizaram várias capacitações.
		Os professores com maior tempo de serviço apresentam mais resistência em realizar o trabalho a partir dos resultados do SEAPE. A princípio foi muito difícil, pois era novidade não só pra escola, mas pra Secretaria de Educação e para os núcleos, dessa maneira as escolas não tiveram o suporte que tem recebido atualmente.

Fonte: Construção própria realizada a partir de informações coletadas por meio das Entrevistas.

Nas informações do Quadro 4 percebemos que as escolas, ainda que em proporções diferentes, apresentam dificuldades na utilização dos resultados, tendo a necessidade de recorrer ao Núcleo Estadual de Educação para auxiliá-las. Gatti (2009) destaca que dentre as atribuições das avaliações externas, pretendia-se dar novo significado aos processos de avaliação provocando mudanças do seu caráter punitivo para outro mais significativo, cuja estimulação deveria ser iniciada pela gestão escolar. Observamos a dificuldade em promover mudanças, dada à rejeição dos professores mais antigos na adoção de novas metodologias e pela falta de conhecimento dos professores do quadro temporário na prática do ensino aprendizagem focada no desenvolvimento de habilidades e competências, conforme destacado pelas coordenadoras das escolas Kairala José Kairala e Getúlio Vargas respectivamente:

[...] Nós temos os professores que repassam, que verificam, que dizem pro aluno qual a importância que têm as avaliações, mas têm outros que pra eles tanto faz, o importante é o aluno passar no final do ano sem ter um interesse um pouco maior principalmente alguns, eu digo os mais antigos que na época não existia essa avaliação. “Ah isso é novidade, daqui uns dias vai”, então há essa resistência, mas pra nós é muito mais importante [...] (ENTREVISTA FERREIRA, 2013).

Alguns professores têm dificuldade porque pela primeira vez estão trabalhando, como eu te disse a rotatividade aqui na escola ela é grande e o quadro de professores permanente é muito pouco (ENTREVISTA COORDENADORA KAIRALA, 2013).

Na escola Coronel Manoel Fontenele de Castro as informações prestadas pela diretora Torres (2013) e pela coordenadora de ensino Amaral (2013) sobre as dificuldades de utilização dos resultados são divergentes. Enquanto a gestora afirma não ter dificuldades por ser de fácil compreensão, a coordenadora de ensino declara ter apresentado dificuldades na compreensão dos resultados, assim como alguns professores, sendo necessário recorrer à coordenadora pedagógica do sexto (6º) ao nono (9º) ano da própria escola e ao Núcleo Estadual de Educação para sanar as dúvidas apresentadas.

No intuito de averiguar a participação do gestor na dimensão pedagógica da escola e a sintonia existente entre a percepção da equipe gestora e dos professores sobre as avaliações externas e os resultados produzidos, Na entrevista foi formulada a seguinte pergunta: No seu ponto de vista, como os professores concebem as avaliações externas e os resultados divulgados?

Nessa questão, mais uma vez, as respostas foram variadas. Vale destacar que as escolas, quando mencionam a relação dos professores com o SEAPE e a utilização dos resultados, são destacadas a preocupação dos professores das séries e disciplinas avaliadas, conforme veremos a seguir:

As professoras, principalmente as do 5º ano, que realizam a Prova Brasil, elas ficam apreensivas, trabalhando em cima dos descritores e projeto tabuada (ENTREVISTA DIRETORA HOLANDA, 2013).

Os professores do quadro permanente já incorporaram a política das avaliações externas, tanto do SAEB quanto do SEAPE e os de contrato provisório que permanecem mais de seis anos também já incorporaram participando de oficinas onde continuamos trabalhando descritores e outros assuntos pertinentes às avaliações (ENTREVISTA COORDENADORA KAIRALA, 2013).

Os professores realmente dominam o material do SEAPE, principalmente os professores dessas áreas, eles ajudam os demais a entenderem que os descritores de Língua Portuguesa dão pra ser trabalhados em todas as disciplinas, inclusive foi realizado um trabalho, com os descritores de Língua Portuguesa. Foi trabalhado da Língua portuguesa à arte com esse foco de interpretar em cima dos descritores (ENTREVISTA DIRETORA JAFURE, 2013).

Na verdade alguns professores tem resistência, outros não, aceitam e promovem esse SEAPE com êxito (ENTREVISTA DIRETORA TORRES, 2013).

Como as avaliações são realizadas através das disciplinas de Português e Matemática, os professores dessas disciplinas são muito empenhados, preocupados com os alunos, eles não tem resistência (ENTREVISTA COORDENADORA AMARAL, 2013).

Os professores de Português e Matemática já perceberam a importância desses dados, a importância desses resultados, enquanto as outras disciplinas, os outros professores ainda não internalizaram o quanto são importantes os dados para o próprio desempenho dele na sala de aula (ENTREVISTA COORDENADORA FERREIRA, 2013).

Do ponto de vista dos diretores e coordenadores de ensino, os professores das disciplinas e séries avaliadas acham importante a realização das avaliações externas, têm preocupação com os resultados e se esforçam para que obtenham êxito. Da mesma forma, citam que esse esforço não é percebido pelos demais professores, com exceção da escola Instituto Odilon Pratagi, que explicita haver o envolvimento de toda a equipe na apropriação e utilização dos resultados. A escola Getúlio Vargas aponta a apreensão dos professores das séries avaliadas, o que os

leva a reforçar ações pontuais de preparação dos alunos para a realização das avaliações externas. Diante dessas informações, inferimos que do ponto de vista dos gestores há um sentimento de responsabilização dos professores e séries avaliadas, sobre os resultados produzidos pelas avaliações externas e de desresponsabilização pelos demais, sendo mais evidentes nas escolas Coronel Manoel Fontenele de Castro e Kairala José Kairala.

Grosso modo, pode-se dizer que o SEAPE, não tem conseguido alcançar na totalidade seu objetivo, visto que os resultados apresentados devem subsidiar ações de melhoria dos Sistemas de Ensino, os quais se concretizam no interior das salas de aula, no desenvolvimento pleno da aprendizagem do aluno. Percebemos a preocupação da equipe gestora em apresentar bons resultados o que os leva a proposição de ações no intuito de alcançá-los, no entanto percebemos a definição e implementação de ações frágeis que conduzem o aluno mais ao treino que a consolidação das habilidades e competências definidas para cada série, como é o caso da realização dos simulados.

Os resultados do SEAPE, apresentados pelas escolas públicas estaduais de Brasília ao longo do primeiro capítulo, demonstram instabilidade na evolução dos níveis de proficiência e padrões de desempenho dos alunos. As informações prestadas por diretores e coordenadores de ensino, reforçam a necessidade de intervenções pedagógicas estratégicas e monitoramento, dadas à fragilidade na percepção, entendimento e apropriação dos resultados das avaliações externas. Observa-se na fala das coordenadoras das escolas Coronel Manoel Fontenele de Castro, Getúlio Vargas e Kairala José Kairala que o SEAPE, apesar da declaração de que é importante para a escola, responde principalmente aos interesses do estado e que, por vezes chega a interferir de forma negativa no processo de ensino aprendizagem das escolas, conforme entendimento dos depoimentos das Coordenadoras Amaral (2013) e Kairala (2013) a seguir:

Nesse ano de dois mil e treze (2013) só os quintos anos vão fazer essa prova. Eles vão fazer duas provas: A Prova Brasil que é nacional e do SEAPE que é estadual. A gente tem uma expectativa muito grande que a escola suba um ponto, porque em dois mil e nove (2009) a escola subiu foi pra quatro ponto nove (4,9). Em dois mil e onze (2011) ela foi pra quatro ponto sete (4,7), então ela baixou um pouquinho, mas ela está dentro do padrão do Estado, que eles querem (ENTREVISTA COORDENADORA AMARAL, 2013).

Nós tivemos um sucesso muito grande nas avaliações externas, SEAPE e Prova Brasil, mais percebemos que estávamos cometendo um erro que era o viver somente para descritores, a escola não fazia outra coisa, toda e qualquer atividade surgia a pergunta: qual é o descritor que tá sendo abordado? Que descritor é esse? O aluno está tendo dificuldade em qual descritor? Qual é que ele tem mais dificuldade? Então era só isso que a escola vivia, e a escrita do aluno estava onde? E a leitura..., leitura escritora do aluno estava onde? Então nem tudo, o SEAPE contempla a escola, mas a escola tem que se preparar para viver esse momento, e procurar alcançar um bom índice, porque infelizmente quando há a divulgação indicando que foi o melhor resultado no SEAPE isso faz com que a escola, ela cresça, que ela tenha um olhar melhor da comunidade (ENTREVISTA KAIRALA, 2013).

Quando acontecem esses períodos de avaliação, nós temos um apoio BEM maior das coordenadoras do núcleo, temos um acompanhamento maior de Rio Branco e um desempenho bem maior dos professores principalmente de Língua Portuguesa e Matemática. Você verifica que eles se empenham mais, trazem atividades, fazem simulados, de certa forma há um interesse bem maior quando se aproxima esse período, então o SEAPE não é só pra medir mais sim pra verificar qual a qualidade da escola, o que os alunos estão estudando (ENTREVISTA FERREIRA, 2013).

As ações de utilização dos resultados, além da divulgação, que têm servido como prestação de contas do serviço público à comunidade é percebida na utilização do planejamento escolar com ênfase nas disciplinas e séries avaliadas, conforme podemos observar no Plano de Desenvolvimento da Escola, no momento da entrevista. Observa-se objeção na utilização dos resultados das avaliações externas por parte dos professores, cujas disciplinas não são avaliadas. O monitoramento em algumas escolas de acordo com as entrevistas é realizado pela gestão por meio da aplicação de simulados elaborados a partir dos descritores do SEAPE, no decorrer do ano, que serve também como preparação dos alunos para as avaliações externas.

O PDE, conforme descrito no capítulo V, artigo 35, inciso IV do anexo 4 da Lei 1513 de 2003 (ACRE, 2003), deve ser elaborado e monitorado sob a coordenação do diretor escolar. O instrumento seis (6), parte integrante do PDE, contém o Planejamento Estratégico Anual, em que é apresentado por meio de planilhas contendo os objetivos, metas, ações, período de realização das ações e responsáveis pela execução, acompanhamento de cada ação e meta estabelecida pela escola nas dimensões: Pedagógica, Administrativa e Financeira.

Quadro 5 Objetivos, estratégias e metas do PDE elaboradas a partir dos resultados das avaliações externas

	Escolas	Objetivo Estratégico	Estratégias	Metas
01	Getúlio Vargas	Elevar o desempenho acadêmico dos alunos	Melhorar os indicadores de desempenho da escola no IDEB e no SEAPE.	Zerar o percentual de alunos que se encontram nos níveis abaixo do básico e básico em Língua Portuguesa , no 3º ano, do Ensino Fundamental.
				Zerar o percentual de alunos que se encontram nos níveis abaixo do básico e básico em Matemática no 3º ano, do Ensino Fundamental.
				Elevar a média dos alunos dos 5º anos na Prova Brasil de 213,0 para 225 pontos, manter em 0% o percentual de alunos que se encontram nos níveis abaixo do básico e zerar o percentual do nível básico no SEAPE nos 5º anos, em Língua Portuguesa do Ensino Fundamental.
				Elevar a média dos alunos dos 5º anos na Prova Brasil de 231,7 para 235 pontos, manter em 0% o percentual de alunos que se encontram nos níveis abaixo do básico e zerar o percentual do nível básico no SEAPE nos 5º anos , em Matemática do Ensino Fundamental.
02	Instituto Odilon Pratagi	Elevar o desempenho acadêmico dos alunos	Melhorar os indicadores de desempenho da escola no IDEB e no SEAPE.	Elevar a média dos alunos dos 9º anos , do Ensino Fundamental na Prova Brasil de 266,87 para 300 pontos, zerar o percentual de alunos que se encontram no nível abaixo do básico , que é de 2,6 e reduzir o percentual de alunos, no nível básico de 27,6% para 13,8% , no SEAPE em Língua Portuguesa .
				Elevar a média dos alunos dos 9º anos , do Ensino Fundamental, na Prova Brasil de 269,35 para 300 pontos, zerar o percentual de alunos que se encontram no nível abaixo do básico que é de 17,3 e reduzir o percentual de alunos, no nível básico de 39,1% para 19,5% nível básico no SEAPE em Matemática .
03	Coronel Manoel Fontenel e de Castro	Elevar o desempenho acadêmico dos alunos	Melhorar os indicadores de desempenho da escola no IDEB e no SEAPE.	Elevar a média dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, na Prova Brasil de 192,55 para 225 pontos, e zerar o percentual de alunos que se encontram nos níveis abaixo do básico e básico no SEAPE no 5º ano, em Língua Portuguesa .
				Elevar a média dos alunos do 5º ano na Prova Brasil de 210,74 para 225 pontos e zerar o percentual de alunos que se encontram nos níveis abaixo do básico e básico no SEAPE no 5º ano, em Matemática , do Ensino Fundamental.
04	Kairala José Kairala	Elevar o desempenho acadêmico dos alunos	Melhorar os indicadores de desempenho da escola no IDEB e no SEAPE.	Elevar a média dos alunos dos 9ª Anos do Ensino Fundamental, na Prova Brasil de 247,96 para 300 pontos , e zerar o percentual de alunos que se encontram no nível abaixo do básico, e reduzir o percentual de alunos, no nível básico de 43,8% para 21,9% no SEAPE em Língua Portuguesa.
				Elevar a média dos alunos dos 9ª Anos do Ensino Fundamental, na Prova Brasil de 250,79 para 300 pontos , zerar o percentual de alunos que se encontram no nível abaixo do básico , e reduzir o percentual de alunos, no nível básico de 50% para 25% no SEAPE , em Matemática.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das escolas pesquisadas (BRASIL, 2012).

As quatro escolas apresentaram o referido instrumento, em que é possível verificar as ações referentes a dimensão de ensino aprendizagem, os responsáveis pela execução e monitoramento e o prazo para realização das mesmas. O

monitoramento das ações é realizado, além do diretor, por um (1) coordenador do Núcleo Estadual de Educação e um (1) técnico da Secretaria Estadual de Educação. Após analisados foram destacadas as principais ações planejadas, a partir dos resultados disponibilizados pelas avaliações externas em específico Prova Brasil e SEAPE.

Pelo que podemos observar, os dados do Quadro 5 ratificam as informações das diretoras quanto a utilização dos resultados das avaliações externas em específico da Prova Brasil e do SEAPE na elaboração do planejamento da escola. Destaca-se a similaridade apresentada nos Planejamentos Estratégicos das escolas quanto aos objetivos, estratégias e metas estabelecidas, cujas variações, são observadas apenas nos percentuais e notas atribuídas a cada escola, os quais dependem dos resultados das mesmas no ano antecedente.

A elaboração e monitoramento do Planejamento Estratégico das escolas estaduais de Brasília são acompanhados por uma técnica da Secretaria Estadual de Educação e pelo coordenador do PDE do Núcleo Estadual de Educação, as quais orientam as escolas no processo de elaboração, avaliam os planos apresentados e, após aprovação dos mesmos pela Secretaria Estadual de Educação, realizam o monitoramento da execução durante o ano em curso. Desse modo podemos inferir que a similaridade nos planejamentos se dá pelo processo de construção em que são realizados.

As ações planejadas no PDE, a partir de cada meta estabelecida pelas escolas, podem ser observadas no Quadro 6.

Além das ações apresentadas no Quadro 6, foi possível identificar no Planejamento Estratégico das escolas, outras ações de melhoria dos indicadores educacionais, quanto aos índices de aprovação e elevação das notas bimestrais. Considerando que não temos dados sobre os procedimentos e formas aplicadas nas avaliações internas de cada escola, só foram consideradas no Quadro 6 as ações implementadas a partir da análise dos resultados produzidos pelas avaliações externas. Como exemplo, cito duas ações planejadas pela escola Getúlio Vargas cujo objetivo era melhorar os indicadores educacionais por meio da redução do índice de aprovação e elevação da média padrão dos alunos.

Realizar encontro pedagógico para revisão do Plano de Curso e Proposta Pedagógica de cada disciplina e ano (PDE ESCOLA GETÚLIO VARGAS, 2013).

Planejar as aulas de Língua Portuguesa e Matemática com base nos descritores do SEAPE e PROVA BRASIL (PDE ESCOLA GETÚLIO VARGAS, 2013).

Observe que a primeira ação citada, apesar de importante e a sua realização refletir na melhoria dos indicadores educacionais da escola, não é mencionado o como ou o porquê, da revisão, não sendo, portanto considerada para esta pesquisa como uma ação realizada a partir dos resultados das avaliações externas. Diferentemente da primeira ação citada, a segunda explicita na ação os elementos a serem utilizados, os quais são conhecimentos disponibilizados pela PROVA BRASIL e SEAPE.

Quadro 6 Principais ações observadas no PDE, elaboradas a partir dos resultados das avaliações externas e metas estabelecidas pelas escolas

Nº	Ações estabelecidas	Escolas
01	Planejar, acompanhar a execução dos planos de aula e avaliar - aulas de Língua Portuguesa e Matemática planejadas com base nos descritores do SEAPE e PROVA BRASIL, do 1º ao 5º ano.	Getúlio Vargas; Coronel Manoel Fontenele de Castro;
02	Planejar, realizar e avaliar - aulas de Língua Portuguesa com base nos descritores do SEAPE, PROVA BRASIL e dos Projetos com foco na Leitura, escrita e Interpretação de textos;	Getúlio Vargas; Coronel Manoel Fontenele de Castro; Instituto Odilon Prtagi; Kairala José Kairala.
03	Planejar, realizar e avaliar - aulas de Matemática com base nos descritores do SEAPE, PROVA BRASIL e dos Projetos desenvolvidos pela escola com foco na Leitura e Interpretação de textos matemáticos, realização de cálculos, dentre outros, na área de Matemática.	Getúlio Vargas; Instituto Odilon Prtagi; Coronel Manoel Fontenele de Castro; Kairala José Kairala
04	Planejar, realizar e avaliar - Aulas de Língua Portuguesa e Matemática com base nos descritores do SEAPE e PROVA BRASIL utilizando equipamentos de informática nas escolas: Laboratórios de Informática e ou laptop do Projeto - Um Computador por Aluno (UCA) em sala de aula, do 1º ao 5º ano.	Getúlio Vargas
05	Planejar, realizar e avaliar - Aulas de Língua Portuguesa e Matemática com base nos descritores do SEAPE e PROVA BRASIL utilizando equipamentos de informática nas escolas: Laboratórios de Informática e ou laptop do Projeto - Um Computador por Aluno (UCA), nas séries avaliadas.	Instituto Odilon Prtagi; Kairala José Kairala
06	Planejar, realizar e avaliar a aplicação de atividades de fixação de aprendizagem, impressas, envolvendo todos as disciplina, destacando Língua Portuguesa, para os alunos do 1º ao 3º ano.	Getúlio Vargas
07	Planejar, aplicar e analisar os resultados - simulados de Língua Portuguesa e Matemática usando os descritores do SEAPE para os alunos dos 3º, 4º e 5º e 9º anos ¹¹ .	Getúlio Vargas; Instituto Odilon Prtagi; Kairala José Kairala.
08	Realizar atividades específicas de Língua Portuguesa e Matemática para os alunos que apresentem baixo índice de desempenho nos simulados aplicados.	Getúlio Vargas
09	Realizar dois seminários para estudo das Matrizes Curriculares de Referência de Língua Portuguesa e Matemática – SEAPE nas séries avaliadas;	Getúlio Vargas; Coronel Manoel Fontenele de Castro; Instituto Odilon Prtagi; Kairala José Kairala.
10	Avaliação dos seminários realizados	Instituto Odilon Prtagi; Kairala José Kairala;
11	Elaborar instrumento e realizar acompanhamento individual para a recuperação de aprendizagem dos alunos conforme relatórios do SEAPE Língua Portuguesa e Matemática – Séries avaliadas.	Getúlio Vargas; Coronel Manoel Fontenele de Castro; Kairala José Kairala
12	Realizar oficinas de matemática usando a metodologia do PROFEMAT e do SAEB para alunos do 3º ano.	Getúlio Vargas
13	Elaborar atividades diferenciadas de Língua Portuguesa e Matemática, para recuperação de conteúdos dos alunos das séries avaliadas.	Getúlio Vargas e Coronel Manoel Fontenele de Castro.
14	Elaborar ficha de acompanhamento, realizar o acompanhamento sistemático contínuo do desempenho de aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental do 9º ano e avaliar mensalmente as dificuldades em Língua Portuguesa e Matemática.	Instituto Odilon Prtagi; Kairala José Kairala.
15	Planejar continuamente atividades diferenciadas, criativas, inovadoras com materiais visuais e outros recursos multimídia para sanar as dificuldades de aprendizagem dos alunos do 9º ano nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática com base no acompanhamento contínuo.	Instituto Odilon Prtagi;
16	Implantar o uso da metodologia do GESTAR II, nos planejamentos pedagógicos semanais nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.	Instituto Odilon Prtagi
17	Realizar planejamento das aulas de Língua Portuguesa e Matemática com base na metodologia do gestar, dando ênfase à leitura interpretação de textos e produção textual.	Instituto Odilon Prtagi;
18	Realizar atividades de leitura e escrita com diversos tipos de textos que circulam socialmente para ser desenvolvida diariamente com os alunos do 9º ano.	Instituto Odilon Prtagi; Kairala José Kairala
19	Realizar planejamento semanal para os professores de Língua Portuguesa e Matemática dos 9º anos com base nos descritores da Prova Brasil para os alunos do 9º ano.	Instituto Odilon Prtagi;
20	Realizar encontros mensais para discutir as dificuldades encontradas pelos professores de Língua Portuguesa e Matemática e propor soluções através do planejamento.	Kairala José Kairala.
21	Realizar acompanhamento pedagógico aos professores de Língua Portuguesa e Matemática no desenvolvimento do planejamento realizado.	Kairala José Kairala.
22	Planejar, implementar e avaliar as ações de planejamento sobre nivelamento com os professores de Língua Portuguesa e Matemática do 9º ano conforme as orientações recebidas da SEE.	Kairala José Kairala

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das escolas pesquisadas (BRASIL, 2012).

¹¹ As escolas Kairala José Kairala aplicam os simulados nas séries e disciplinas avaliadas. A escola Getúlio Vargas aplica nos dos 3º, 4º e 5º e anos.

As ações planejadas pelas escolas com o objetivo de elevar as notas da PROVA BRASIL E SEAPE, destacadas no Quadro 6 dão destaque as séries e disciplinas avaliadas, o que nos leva a inferir que a gestão escolar contribui, para o processo de responsabilização dos professores das séries e disciplinas avaliadas nos resultados apresentados pelas escolas.

É importante também observar que a escola Getúlio Vargas tem em seu Plano de Ações Estratégicas, ações desenvolvidas nas turmas de 1º ao 5º ano com o objetivo de elevar as notas da PROVA BRASIL e do SEAPE, indo além das séries e disciplinas avaliadas com vistas a melhoria dos indicadores educacionais como um todo.

Sobre a utilização dos resultados do SEAPE, no planejamento foi verificado o estabelecimento de metas para superação dos mesmos, dependendo dos resultados obtidos por cada escola. Sobre os descritores do SEAPE, as quatro (4) escolas utilizam o para planejamento pedagógico semanal das aulas e atividades nas séries e disciplinas avaliadas. A escola Getúlio Vargas utiliza o SEAPE para o planejamento pedagógico semanal das aulas e atividades das turmas de 1º ao 5º ano. Observa-se, portanto, um diferencial na utilização das informações e a mudança da prática pedagógica da escola.

Outro fator observado é quanto à prática da aplicação de simulados, com base nos descritores da PROVA BRASIL e SEAPE. A escolas Kairala José Kairala aplica 02 simulados por ano para as séries e disciplinas avaliadas, a fim de verificar as dificuldades apresentadas pelos mesmos e servir de referência para novos planejamentos.

Destaca-se na escola Kairala José Kairala a ação do nivelamento do conhecimento dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática, cuja orientação é realizada pela Secretaria Estadual de Educação.

Quanto ao estudo sobre a utilização do material disponibilizado pelo SEAPE, destacam-se os Seminários realizados pelas quatro (4) escolas sobre as matrizes de referência do SEAPE referente às séries e disciplinas avaliadas.

As ações destacadas foram realizadas no decorrer do ano de 2013, cujas avaliações foram realizadas por meio de relatórios e lista de frequência, conforme planejado para cada ação no plano de ações estratégicas.

Diante das evidências verificadas por meio das entrevistas com gestores e coordenadores de ensino e ações presentes no Plano de Ações Estratégicas das

escolas pesquisadas, percebemos a preocupação das equipes gestoras em apresentar um bom desempenho nas avaliações externas. Percebe-se a preocupação das escolas que já alcançaram determinado nível de proficiência de aprendizagem se não em avançar em pelo menos mantê-las, dada às críticas da mídia ou descrédito da escola pela comunidade. Há ainda a preocupação no cumprimento das metas estabelecidas e pactuadas com o estado no Plano de Ações Estratégicas. A seguir são apresentadas as percepções e apropriação dos resultados das avaliações externas pelos professores das séries e disciplinas avaliadas no processo de ensino aprendizagem das escolas pesquisadas.

2.2 UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DO SEAPE PELOS PROFESSORES

A avaliação em larga escala, concebida como instrumento capaz de oferecer condições para o desenvolvimento dos alunos, só terá sentido quando utilizada na sala de aula, como ferramenta do professor, para fazer com que os alunos avancem (UFJF, 2012, p. 08).

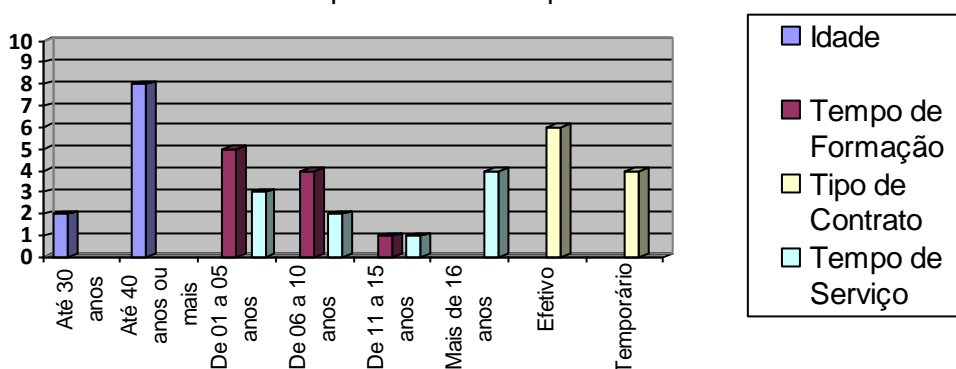
Embora o objetivo desta pesquisa não esteja voltado para a análise da utilização dos resultados do SEAPE pelos professores, constitui-se, como um, senão o maior dos objetivos do Sistema Estadual de Avaliação, pois é no interior da sala de aula que ocorre de forma sistematizada o processo de ensino aprendizagem. Por outro lado, a dinâmica de ensino utilizada em sala de aula pelos professores deve responder a linha filosófica adotada pela escola em seu Projeto Político Pedagógico.

As respostas ora analisadas são resultado do levantamento de dados realizado com dez (10) professores da rede estadual de ensino de Brasília lotados nas escolas pesquisadas, nas séries e disciplinas avaliadas pelo SEAPE, por meio do preenchimento de um questionário, cujo esboço encontra-se nos anexos, contendo 31 perguntas, sendo 05 subjetivas e 27 objetivas, dentre as objetivas, em 05 eram solicitadas justificativas para as respostas dadas. As sete (7) perguntas iniciais indicam o perfil profissional do professor e as vinte e quatro (24) restantes têm o objetivo de verificar a familiaridade, visão, conhecimento, forma de utilização dos resultados e desafios do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar. Responderam os questionários dois (02) professores dos 5º anos da escola Getúlio Vargas, dois (02) professores dos 5º anos da escola Coronel Manoel

Fontenele de Castro, dois (02) professores de Português e dois (02) de Matemática do 9º ano da Escola Instituto Odilon Pratagi. Pelo fato da Escola Kairala José Kairala ter apenas duas (02) salas de 9º ano, só foi possível a coleta de dados de um (01) professor de Português do 9º ano e um (01) professor de Matemática do 9º ano.

Po meio dos dados coletados, nas séries e disciplinas avaliadas, as escolas apresentaram professores com o perfil a seguir:

Gráfico 1 Perfil dos professores das escolas públicas estaduais de Brasília que atuam nas séries e disciplinas avaliadas pelo SEAPE



Fonte: Construção Própria com base nas entrevistas com professores.

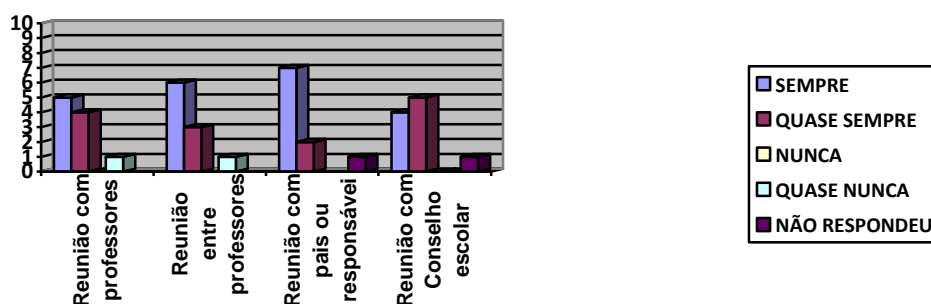
O gráfico acima mostra que os professores, na maioria, são profissionais na faixa etária de 40 anos ou mais. Quanto ao tempo de formação, em cinquenta por cento (50%) dos mesmos varia de um (1) a cinco (5) anos e quarenta por cento (40%) tem de seis (6) a dez (10) anos. Apenas um (01) dos professores teve a formação concluída há um período de onze (11) a quinze (15) anos. O vínculo empregatício com a Secretaria Estadual de Educação é de sessenta por cento (60%) do quadro efetivo e quarenta por cento (40%) do quadro temporário e o tempo de serviço de setenta por cento (70%) desses professores, corresponde a um período maior que seis (6) anos.

Os professores dos 5º anos tem formação em Pedagogia e os de 9º ano têm formação específica na área em que atuam, ou seja, Matemática e Letras.

De acordo com o perfil profissional apresentado podemos inferir que setenta por cento (70%) dos professores tem vivenciado as avaliações do SEAPE nas escolas públicas estaduais no período de 2009 a 2013 e que ao menos os sessenta por cento (60%) dos professores do quadro efetivo da SEE participaram dos cursos de formação e oficinas realizadas sobre a utilização dos resultados do SEAPE.

Quanto ao SEAPE e as demais avaliações externas realizadas pelas escolas, observa-se que os resultados, de fato, são bastante divulgados no meio acadêmico e para a comunidade, visto que os dez (10) professores têm conhecimento do Sistema de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Acre, bem como das datas de aplicações das mesmas. Sobre a frequência com que a escola utiliza os dados das publicações do SEAPE foi solicitado que os professores avaliassem os itens que apresentavam as reuniões por segmentos, na escala SEMPRE, QUASE SEMPRE, NUNCA, QUASE NUNCA.

Gráfico 2 Frequência de utilização dos resultados do SEAPE nas reuniões realizadas com segmentos escolares



Fonte: Construção Própria com base nas entrevistas com professores.

Diante das respostas, verificamos que os resultados do SEAPE são divulgados e trabalhados em diversas situações dentro do ambiente escolar, principalmente, na reunião com pais ou responsáveis, seguido da utilização em reunião realizada entre professores. Por outro lado, verifica-se que ainda existem unidades de ensino em que a divulgação e utilização dos resultados são realizadas de forma esporádica, como pudemos constatar pela frequência das respostas: “Quase nunca” e “Quase sempre”, informadas pelos respondentes.

É importante a divulgação dos resultados para a comunidade escolar, tanto do ponto de vista da prestação de contas da utilização dos recursos públicos, quanto no sentido de reunir esforços para superar as deficiências apresentadas pelas escolas. Portanto, a divulgação precisa ser vista e compreendida por todos em sentido amplo, não se restringindo a uma mera divulgação de nota.

Indagados se consideram a avaliação externa importante para a escola e o porquê, os dez (10) professores responderam que sim, de acordo com seguintes justificativas:

1 - Sim, para analisar os pontos críticos (QUESTIONÁRIO PROFESSOR, 2013);

2 - Sim, para analisar as habilidades necessárias para conclusão do 5º ano; (QUESTIONÁRIO PROFESSOR, 2013);

3 - Sim, pois ficamos sabendo da realidade do nosso trabalho (QUESTIONÁRIO PROFESSOR, 2013);

4 - Sim, pois avaliamos o nosso trabalho e a aprendizagem dos alunos (QUESTIONÁRIO PROFESSOR, 2013);

5 - Sim, pois ficamos sabendo o nível de aprendizagem dos alunos (QUESTIONÁRIO PROFESSOR, 2013);

6 - Sim, pois auxilia nos planejamentos e metas da escola (QUESTIONÁRIO PROFESSOR, 2013);

7- Sim, para fazermos um paralelo entre as avaliações externas e as avaliações internas (QUESTIONÁRIO PROFESSOR, 2013);

8 - Sim, porque revela o nível de aprendizagem e assimilação dos conteúdos para fazermos as intervenções necessárias (QUESTIONÁRIO PROFESSOR, 2013).

A importância do Sistema de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Acre é justificada pelos professores respondentes pelas dimensões informativas (respostas 3 e 5), diagnóstica do trabalho docente e aprendizagem dos discentes (respostas 1, 2 e 4), parâmetro para as avaliações (resposta 7) internas e de instrumento de gestão para o trabalho pedagógico (respostas 6 e 8).

Sobre o que é feito com os resultados do SEAPE, nove (09) professores declararam saber e um (01) informou não ter conhecimento, sabia apenas que a partir das avaliações externas, as escolas eram classificadas por uma nota. Quatro (4) professores mencionaram que os resultados são tabulados e enviados as escolas para que as mesmas, a partir das fragilidades apresentadas, programem ações para corrigi-las. Um (01) professor não justificou; um (01) professor disse ser utilizado para análise individual da aprendizagem do aluno. Outros três (03) justificaram ser utilizados para nortear as políticas públicas da educação; para mapear o estrangulamento ou desempenho do estado, municípios e escolas e para o cálculo do índice de desempenho e proficiência dos alunos.

Soares (2002) *apud* Fundação Vítor Cívicta (2010) destaca três funções genéricas dos sistemas de avaliação. A função métrica, que a partir de um parâmetro, situa as redes de ensino, escolas e alunos, possibilitando o acompanhamento dos avanços ao longo do tempo; a função analítica, que oferece subsídios para que pesquisadores e gestores possam investigar o funcionamento dos sistemas e, por fim, considerada a mais difícil, a função pedagógica, que consiste na utilização da avaliação como instrumento para a melhoria do ensino (FUNDAÇÃO VÍCTOR CIVITA, 2010, p. 58). As funções dos Sistemas de Avaliação destacadas vão ao encontro dos objetivos propostos pelo SEAPE, já mencionados no capítulo I, dessa forma, observamos que o material fornecido pelo SEAPE tem sido utilizado pelas escolas atendendo de maneira parcial aos objetivos do mesmo, visto que quatro professores indicaram o uso do material publicado pelo SEAPE para análise dos resultados e, a partir dos mesmos, planejar as intervenções necessárias. Os outros seis professores mencionaram que os resultados são utilizados, na definição de políticas públicas e na sua função diagnóstica, que objetiva identificar os níveis e padrões de desempenho do aluno, da instituição de ensino, do município e do estado.

A questão vinte e um (21) do questionário afirma que os resultados do SEAPE são divulgados por meio de revistas específicas destinadas aos Sistemas de Ensino, gestores escolares e aos professores com os resultados de Língua Portuguesa e Matemática dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio. Ao final da questão era perguntado ao professor se, o mesmo, já teve acesso a essas revistas e que a resposta fosse justificada. Nove (9) professores responderam ter acesso às revistas e um (1) professor declarou não ter acesso. Quatro (4) professores justificaram suas respostas quanto ao acesso do material, sendo o mesmo realizado na escola, em conversa entre os coordenadores pedagógicos e professores, repassado pela direção sempre que sai o resultado para análise dos mesmos, e em oficinas realizadas com professores de todas as áreas.

Quanto aos resultados apresentados pelo SEAPE, foi perguntado se são de fácil compreensão. Nove (9) professores assinalaram que sim e um (01) assinalou que não. Apenas dois (2) professores justificaram as escolhas, as quais destacamos a seguir:

Sim. Porque são conteúdos trabalhados na sala de aula, no dia a dia, através de simulados (QUESTIONÁRIO PROFESSOR, 2013).

Não. Porque não é tão fácil compreender os índices de proficiência alcançados pelos alunos (QUESTIONÁRIO PROFESSOR, 2013).

A justificativa dada pelo professor que assinalou o sim parece não corresponder ao que foi perguntado no questionário, dando a entender que a justificativa se refere a questões utilizadas nos testes da avaliação externa, uma vez que ressalta o trabalho realizado na sala de aula, por meio de simulados.

Quanto ao professor que assinalou o não, percebe-se que a questão do questionário foi bem compreendida e que, de fato, o professor apresenta dificuldades na compreensão dos resultados de desempenho dos alunos.

As questões dezenove (19) e vinte (20) tinham por objetivo verificar se as informações constantes nas publicações do SEAPE eram consideradas suficientes, se apresentavam informações em demasia que pudessem ser retiradas ou se havia necessidade de acrescentar outras informações. Quanto à retirada de informações não houve solicitação por parte dos professores, pois justificaram que quanto mais informações melhor. Sobre o acréscimo, foram dadas as seguintes sugestões:

1 - Oferecer outras atividades dos descritores, mas que não estejam em formato de pdf. (QUESTIONÁRIO PROFESSOR, 2013);

2 - Além da proficiência deveriam acrescentar uma média (QUESTIONÁRIO PROFESSOR, 2013);

3 - Melhorar os esclarecimentos dos objetivos que são cobrados, ou seja, expressar o desempenho dos alunos de forma sucinta (QUESTIONÁRIO PROFESSOR, 2013);

4 - O gráfico que mostra onde os alunos mais erraram, para trabalhar o conteúdo chave, mirar na direção (QUESTIONÁRIO PROFESSOR, 2013);

5 - Substituição de 50% das questões objetivas para questões subjetivas (QUESTIONÁRIO PROFESSOR, 2013);

6 - Ser mais esclarecedora quanto à expressão dos resultados (QUESTIONÁRIO PROFESSOR, 2013).

Ambas as sugestões remetem a uma necessidade de compreensão dos objetivos do SEAPE e da Matriz de referência utilizada para a aplicação dos testes, observa-se ainda a falta de habilidade na elaboração de atividades diária com foco

em habilidades e competência, conforme especificado nos descritores do Sistema de Avaliação.

Infere-se pela sugestão um (1) que o respondente tenha o conhecimento do material do SEAPE, queira realizar o trabalho de avaliação no dia a dia da sala de aula aproximado com os do SEAPE, mas apresenta dificuldades na elaboração de atividades, tendo como ponto de partida os descritores propostos pelo Sistema de Avaliação.

Na sugestão dois (2), inclusão da média além da proficiência, dá a entender que o respondente queira uma aproximação dos resultados praticados pelas avaliações externas e as praticadas internamente pela escola. Visto desta forma, é possível deduzir que os resultados disponibilizados pelo sistema não tem sido utilizados da forma mais adequada, pois independente da medida adotada o importante é a leitura que se faz desses resultados. No caso do SEAPE, a forma mais significativa é por meio do nível de proficiência na qual o sistema apresenta de forma detalhada o desenvolvimento cognitivo do aluno.

Nas sugestões (3), expressar o desempenho dos alunos de forma sucinta e (6), ser mais esclarecedora quanto à expressão dos resultados, percebemos que os professores necessitam consolidar conhecimentos sobre a Escala de Proficiência do Sistema de Avaliação, em que são definidos os padrões de desempenho a partir de um conjunto de níveis de proficiência. A revista apresenta de forma sucinta esses resultados, no entanto, se torna extensa pela quantidade de tarefas e habilidades possíveis para cada padrão e série. A mesma observação serve para a sugestão seis (6), pois os resultados só serão esclarecedores e significativos, a partir da compreensão efetiva dos níveis de proficiência e, conseqüentemente, dos padrões de desempenho.

Os Padrões de Desempenho são categorias definidas a partir de cortes numéricos que agrupam os níveis de escala de proficiência, com base nas metas educacionais estabelecidas pelo SEAPE (UFJF, 2012, p. 41).

Portanto, para que Níveis de Proficiência do Sistema de Avaliação sejam compreendidos e os resultados apropriados pelos professores, são necessários que os mesmos tenham clareza quanto aos objetivos do sistema, conhecimento das Matrizes de Referência utilizadas na elaboração dos testes, além do conhecimento de como são compostos e analisados os testes aplicados (UFJF, 2009. p.12).

A sugestão quatro (4) requer apresentação de gráficos com as questões que os alunos mais erraram para que o professor possa realizar seu trabalho focado no conteúdo dessas questões. Mais uma vez percebemos a fragilidade no objetivo e compreensão dos resultados. Reforça-se a necessidade de adequação do currículo escolar e a Matriz de Referencia do Sistema de Avaliação, e conhecimento consolidado sobre a composição dos testes e Padrões de Desempenho. Da mesma maneira, a sugestão cinco (5) que indica a substituição de cinquenta por cento (50%) das questões objetivas por questões subjetivas. Ainda que os resultados do SEAPE sirvam de instrumento pedagógico para o planejamento do professor para melhoria da qualidade do ensino, deve-se levar em conta que o foco das avaliações externas é o conhecimento produzido pelo conjunto de alunos, enquanto que a do professor, no dia a dia da escola deve ser individualizado.

As avaliações em larga escala, de natureza externa, utilizam, mais frequentemente, testes compostos por itens de múltipla escolha por meio dos quais apenas uma habilidade é avaliada. Esse tipo de avaliação apresenta três objetivos básicos: (a) a definição de subsídios para a formulação de políticas educacionais; (b) o acompanhamento ao longo do tempo da qualidade da educação; e (c) a produção de informações capazes de desenvolver relações significativas entre as unidades escolares e órgãos centrais ou distritais de secretarias, bem como iniciativas dentro das escolas (UFJF, 2009, p. 09).

As avaliações internas podem e devem ser realizadas de diferenciadas maneiras, não podendo se confundir com as avaliações externas.

Em sala de aula, a fim de avaliar o processo de aprendizagem de seus estudantes, tomados individualmente, os professores podem e devem utilizar diversos instrumentos como, por exemplo, trabalhos em grupo ou individuais, testes ou provas com questões de múltipla escolha ou questões abertas, dramatizações, observação, relatórios. Esses instrumentos apresentam características diferentes, mas tem em comum o fato de que, por meio deles, é possível avaliar - se a particularidade sobre o progresso de cada estudante e, ao final do ano, atribuir-lhes uma nota, que varia de 0 a 100 pontos (UFJF, 2009, p. 09).

Ambas as avaliações são necessárias e desempenham papéis importantes no processo de ensino aprendizagem. A avaliação externa deve subsidiar a prática pedagógica do professor, de forma que este utilize as informações para fortalecimento da aprendizagem na sala de aula, tanto das fragilidades apresentadas pela maioria dos alunos quanto pelas individualizadas.

As avaliações em larga escala, de natureza externa, utilizam, mais frequentemente, testes compostos por itens de múltipla escolha por meio dos quais apenas uma habilidade é avaliada. Esse tipo de avaliação apresenta três objetivos básicos: (a) a definição de subsídios para a formulação de políticas educacionais; (b) o acompanhamento ao longo do tempo da qualidade da educação; e (c) a produção de informações capazes de desenvolver relações significativas entre as unidades escolares e órgãos centrais ou distritais de secretarias, bem como iniciativas dentro das escolas (UFJF, 2009, p. 09).

Sobre o material disponibilizado pelo SEAPE solicitou-se aos professores a realização de avaliação do mesmo, questão 25 do questionário em anexo, quanto ao conteúdo apresentado, esclarecimentos e explicações fornecidas, atividades/dinâmicas desenvolvidas, qualidade do material de suporte e as orientações fornecidas nas oficinas para apropriação dos resultados, cuja escala utilizada variou de (A) muito ruim, (B) ruim, (C) bom e (D) muito bom. Com exceção de um (1) professor que não compreendeu a questão ou não quis responder, os outros nove (9) professores classificaram os quatro itens entre Bom e Muito Bom. Destes, dois (2) professores lotados em escolas diferentes classificaram todos os itens com a alternativa (D), três (3) classificaram todos os itens com a alternativa (C) e dois avaliaram o item 01 com a alternativa (D) e os demais itens com a alternativa (C).

As declarações dos respondentes quanto ao conteúdo, qualidade das informações, atividades e orientações foram consideradas de acordo com a escala em BOM e MUITO BOM. No entanto, observamos pelas respostas analisadas, não haver uma assimilação adequada ou conhecimento do material por parte dos professores. A escala apresentada no questionário pode ter induzido os professores a optarem por essas duas classificações, visto que não tinham como opção a escala REGULAR.

Sobre a resistência na utilização dos resultados das avaliações externas dentro da escola (questão 18 do questionário), quatro (4) professores informaram existir, sendo que um (1) assinalou a alternativa (a) que reconhece existir a resistência e a mesma impacta na utilização dos resultados. Outros três (3) assinalaram a alternativa (b) que reconhece existir a resistência, mas que não impacta na utilização dos mesmos. Cinco (5) professores assinalaram a alternativa (c) que afirma não haver resistência na utilização do material e um (01) professor

assinalou a alternativa (d) que afirma não saber se há ou não essa resistência dentro da escola.

Observamos a convergência das respostas com as informações prestadas pelos diretores e coordenadores de ensino das escolas que apontam a utilização dos resultados com maior frequência e empenho pelos professores das disciplinas avaliadas. Destacam-se as falas da diretora Torres (2013) e coordenadoras de ensino Ferreira (2013) e Amaral (2013), das escolas Coronel Manoel Fontenele de Castro e Kairala José Kairala.

Olha, na verdade alguns professores tem resistência, mais outros não, aceitam e promovem esse SEAPE com êxito (ENTREVISTA DIRETORA TORRES, 2013).

Primeiramente eu gostaria que os outros professores tivessem o mesmo interesse a mesma responsabilidade que os professores de Língua Portuguesa e Matemática têm na escola. Eles são muito coesos no planejamento, realizam o que é solicitado, então esses dados eles são muito trabalhados por professores de Português e Matemática, já outras disciplinas não tem esse interesse. Não tem. Alguns trabalham, mas superficialmente (ENTREVISTA COORDENADORA FERREIRA, 2013).

As avaliações, elas vêm mais em Português e Matemática, então nós temos professores de Português e Matemática que são muito empenhados, preocupados com os alunos, eles não têm essa resistência (ENTREVISTA COORDENADORA AMARAL, 2013).

A responsabilização dos resultados das avaliações externas pelos professores das séries e disciplinas avaliadas no ambiente escolar é uma das práticas que necessita de intervenção pedagógica, para que as escolas apresentem melhorias no desempenho da aprendizagem dos alunos. Ainda que os conteúdos utilizados para elaboração dos testes sejam de Português e Matemática, e as últimas séries de cada etapa de ensino escolhidas para prestar avaliação, sabe-se que o desenvolvimento de habilidades e competências é responsabilidade de todos e a consolidação das mesmas deverá se efetivar em cada ano de escolaridade.

De forma análoga há convergência nas informações sobre não existir resistência na utilização dos resultados, conforme informações da escola Instituto Odilon Pratagi:

Os professores realmente dominam, principalmente os professores dessas áreas, eles ajudam os demais a entenderem que os descritores de Língua Portuguesa ele dá pra ser trabalhado em todas as disciplinas, inclusive nós fizemos esse trabalho, com os descritores de Língua Portuguesa, nós trabalhamos da Língua

portuguesa á Arte com esse foco de interpretar em cima dos descritores (ENTREVISTA DIRETORA JAFURE, 2013).

Da mesma forma, foram as declarações da Coordenadora e Diretora da Escola Getúlio Vargas:

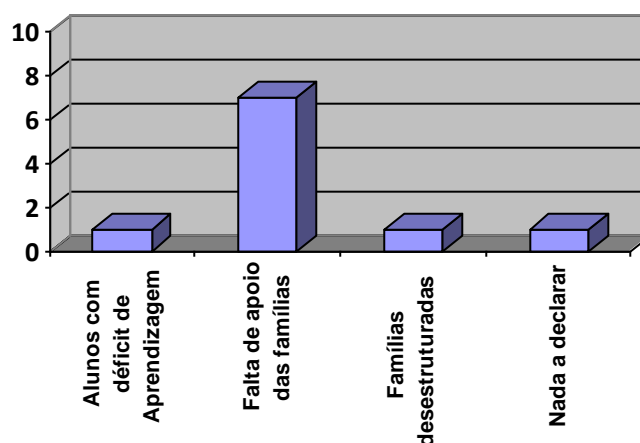
Graças a Deus, aqui os professores do quadro permanente, eles já incorporaram a política das avaliações externas, tanto do SAEB, como do SEAPE e os de contrato provisório que permanecem aqui ha mais de seis anos também já incorporaram participando de oficinas onde continuamos trabalhando descritores e outros assuntos pertinentes às avaliações (ENTREVISTA COORDENADORA KAIRALA, 2013).

Eles têm a preocupação sim, desde o primeiro ano eles têm a preocupação de já prepará-los pra essas avaliações, porque o que é transmitido pra eles durante todo o ano essa questão: Se não trabalharmos agora no primeiro ano e no segundo ano, no terceiro ano eles não estarão preparados. Então a gente passa pra eles e eles também têm essa preocupação (ENTREVISTA DIRETORA HOLANDA, 2013).

Observa-se que há a participação da gestão na responsabilização dos resultados com todos os professores e séries. A formação e entendimento dos instrumentos utilizados na avaliação parece ser fator preponderante para que os professores contribuam de forma significativa na melhoria dos resultados.

Encerrando o questionário os professores foram indagados sobre qual seria no ponto de vista dos mesmos o maior desafio ou entrave para a promoção de uma educação de qualidade para todos.

Gráfico 3 Qual, no seu ponto de vista, é o maior desafio ou entrave para a promoção de uma educação de qualidade para todos?



Fonte: Produção própria com base nas entrevistas professores 2013.

Apesar das fragilidades observadas no processo de ensino aprendizagem, professores, diretores e coordenadores de ensino atribuem aos alunos e as famílias as maiores dificuldade de se promover uma educação de qualidade.

Após análises dos resultados das avaliações externas promovidas pelo Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Acre, das ações do Plano de Ações Estratégicas das escolas pesquisadas e das entrevistas realizadas com os diretores, coordenadores e professores das escolas pesquisadas, concluímos que o Sistema de Avaliação da Aprendizagem Escolar em larga escala do Acre tem contribuído para divulgação do trabalho realizado pelas escolas e tem sido apropriado pelas mesmas para orientação do planejamento anual da escola e no planejamento semanal dos professores com vistas à melhoria dos indicadores educacionais. No entanto foram identificadas fragilidades que interferem em avanços mais significativos e eficazes pelas escolas, dentre elas destacaremos os quatro (5) mais evidentes: 1– Responsabilização dos resultados das avaliações externas pelos professores das disciplinas e séries avaliadas; 2 – O aspecto quantitativo sobrepõe o qualitativo na importância dada ao Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem escolar pela maioria dos entrevistados; 3 – A apropriação dos resultados focado nos conteúdos e descritores com maior percentual de erros, dentro das disciplinas e séries avaliadas; 4 – Diretores escolares com pouca integração na dimensão pedagógica; 5 – Rotatividade de professores.

Observa-se que as fragilidades apresentadas por diretores, coordenadores de ensino e professores são decorrentes da falta de conhecimento do funcionamento do Sistema de Avaliação em sua essência o que acarreta a subutilização do material como suporte de treinamento dos alunos para as avaliações externas e reforço dos conteúdos com maior percentual de erros, o que é reforçado pelo distanciamento do diretor escolar na dimensão pedagógica da escola.

Para que as mudanças sejam significativas faz-se necessário que a equipe gestora e os professores sejam conscientes da importância do Sistema de Avaliação em seu aspecto quantitativo e qualitativo, dada à possibilidade de converter-se em indicador capazes de melhorar a qualidade educacional. As escolas Instituto Odilon Pratagi e Getúlio Vargas, cujas diretoras e coordenadores de ensino informaram realizar estudo para entendimento dos resultados com a participação de todos os professores, apresentaram resultados mais significativos que as demais escolas pesquisadas, como é possível observar na Tabela 9 deste trabalho. Desse modo,

torna-se fundamental que as escolas aprofundem o conhecimento sobre o Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Acre, de forma a desenvolver as habilidades necessárias para a utilização eficiente do mesmo. O diretor escolar é peça fundamental nesse processo para realização do acompanhamento, monitoramento e motivação do trabalho pedagógico por toda equipe em prol de ações efetivas que contribuam de forma integral na aprendizagem dos alunos.

No terceiro capítulo é apresentado o Plano de Intervenção a ser desenvolvido pelas escolas públicas estaduais de Brasília, que visa contribuir para o fortalecimento das ações de apropriação, utilização e responsabilização dos resultados do SEAPE de forma participativa e colaborativa liderados pela ação do Gestor escolar.

3 PLANO DE INTERVENÇÃO

Frente ao exposto nos capítulos 1 e 2, este Plano de Intervenção tem como objetivo propor a realização de Cursos de Formação para utilização dos resultados do SEAPE para as equipes gestoras e professores das escolas públicas estaduais de Brasília. Por meio da formação, a equipe gestora terá a possibilidade de identificar as dificuldades apresentadas pela escola, por turno e por turma de alunos, e refletir sobre as prováveis causas, sejam elas internas ou externas. Da mesma maneira, os professores terão possibilidade de analisar os resultados considerando o conjunto de alunos ou de modo individualizado. A partir da reflexão e diagnóstico apresentado é necessário ponderar sobre a maneira pela qual serão utilizados os resultados para o fortalecimento do ensino aprendizagem no âmbito escolar.

Dado que os resultados do SEAPE são apresentados por meio de uma nota de Proficiência Média e Padrão de Desempenho cujos valores representam as habilidades e competências condizentes a cada ano de escolaridade, a partir de uma Matriz de Referência que expressa os conhecimentos mínimos necessários, em Língua Portuguesa e Matemática, a cada série avaliada, é de fundamental importância que a equipe gestora e professores consolidem seus conhecimentos sobre o Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Acre, de forma que a apropriação dos resultados se converta em ferramenta capaz de contribuir para o fortalecimento da aprendizagem escolar.

A Matriz de Referência do Sistema de Avaliação, dada pelo recorte do currículo escolar, representa os conhecimentos mínimos necessários aos alunos em cada ano de escolaridade para o seu progressivo desenvolvimento. Dessa forma, após, análise dos resultados do SEAPE, estes devem ser compreendidos como representando a aprendizagem mínima necessária aos alunos e as habilidades e competências consolidadas.

A comparação de resultados entre as escolas pesquisadas não é fator preponderante nesta pesquisa, tampouco para o Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Acre, visto que as escolas trabalham com etapas de ensino e clientela diferentes. Entretanto, a forma de apropriação dos resultados e as intervenções realizadas pelas escolas a partir destes, servem como referência para

verificação do cumprimento dos objetivos do SEAPE e para efetivação da aprendizagem dos alunos.

A avaliação externa deve ser compreendida, portanto, como o indicativo de onde cada escola se encontra em termos de aprendizagem e a trajetória a ser percorrida por cada aluno para que se garanta o conhecimento mínimo necessário para o seu desenvolvimento. Assim, a avaliação externa terá seu objetivo concretizado quando o diagnóstico apresentado para as escolas levam estas a proporem ações pelas quais cada aluno, independente do resultado apresentado, poderá progredir de forma a alcançar níveis de aprendizagem mais elevados. Nesse sentido, Luckesi (2000) destaca que o ato de avaliar, compreende o acolhimento do educando, independente do resultado apresentado pelo mesmo e implica a realização de dois processos articulados e indissociáveis: diagnóstico e decisão.

O ato de avaliar não é um ato neutro que se encerra na constatação. Ele é um ato dinâmico, que implica na decisão de 'o que fazer' Sem este ato de decidir, o ato de avaliar não se completa. Ele não se realiza. Chegar ao diagnóstico é uma parte do ato de avaliar. A situação de 'diagnosticar sem tomar uma decisão' assemelha-se à situação do naufrago que, após o naufrágio, nada com todas as suas forças para salvar-se e, chegando às margens, morre, antes de usufruir do seu esforço. Diagnóstico sem tomada de decisão é um curso de ação avaliativa que não se completou (LUCKESI, 2000, p.2).

Assentados na visão de Luckesi (2000) o primeiro passo a ser tomado pela gestão escolar a partir dos resultados das avaliações externas é o acolhimento dos resultados e a partir daí a tomada de decisão. Importante ressaltar que os resultados devem ser acolhidos por todos, assim como a tomada de decisão e responsabilização para efetivação das mesmas.

Nos dados coletados por meio das entrevistas com diretores e coordenadores de ensino e na aplicação dos questionários para os professores é evidenciada a resistência ou subutilização dos resultados por professores, ficando dessa maneira o primeiro passo do processo de avaliação comprometido. No caso do SEAPE, o diagnóstico que revela a situação em que as escolas e os alunos se encontram é definido por quatro (4) Padrões de Desempenho sustentados pelas habilidades e competências mínimas necessárias a cada série avaliada, com base na Matriz de Referência do Sistema. A decisão no âmbito da escola deve concretizar-se no Projeto Político da Escola, considerando-o como um Planejamento Estratégico e no Planejamento de Ensino a ser desenvolvido na sala de aula.

Ante ao exposto, infere-se que o êxito dos passos seguintes dependerá do conhecimento sobre o SEAPE, das habilidades e competências da equipe gestora e professores em significar o Padrão de Desempenho que os classifica e tomar as decisões que sejam capazes de promover a aprendizagem dos alunos para além do mínimo necessário aferido pelo Sistema.

Reconhecida à importância das avaliações externas enquanto instrumento pedagógico possível de promover a elevação da aprendizagem dos alunos, a formação orientada para o desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas faz-se necessária. Da mesma forma, é fundamental que as competências e habilidades estejam presentes dentro do currículo escolar, nas diversas áreas de conhecimento, de forma que todos os professores sintam-se responsáveis pela consolidação das mesmas de maneira contextualizada e construtiva. As competências e habilidades trabalhadas na escola devem favorecer a aprendizagem reflexiva do aluno, não podendo as mesmas reduzir-se a processos de treinamento sem significação.

Espera-se que este plano de ação contribua com a Gestão escolar, em especial com o gestor, na apropriação e utilização dos resultados do SEAPE e no envolvimento de toda a comunidade escolar em prol da elevação da aprendizagem escolar dos alunos.

A reformulação do Projeto Político Pedagógico da escola é uma das ações previstas no plano de ação, por meio do qual se pretende envolver e responsabilizar a comunidade escolar, na educação ofertada pela escola, dada a sua abrangência e a necessidade de construção coletiva e participativa dos vários segmentos. Sendo o Projeto Político Pedagógico das escolas uma exigência legal, precisa se transformar em realidade, deixando de cumprir apenas o seu papel burocrático e formal.

A LDB 9394 (BRASIL, 1996), no artigo 15, concedeu as escolas progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira. A autonomia concedida permite às escolas a construção de sua própria identidade, abrindo - lhes espaços de liberdade e, ao mesmo tempo, de responsabilidade na elaboração dos em seus planos de trabalho, com definição dos caminhos a serem trilhados e planejando as atividades de modo a responder as demandas sociais. As equipes escolares passam a serem sujeitos de sua própria história.

Nos incisos I e II do artigo 14 da LDB 9394 (BRASIL, 1996), são definidos os princípios da Gestão Democrática, sendo o primeiro referente à participação dos

profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas e o segundo que garante a participação das comunidades local e escolar nos conselhos escolares ou órgãos equivalentes. Esses princípios oportunizam a construção de uma identidade democrática da escola. A elaboração do Projeto Político Pedagógico é, portanto, uma exigência legal, mas, para garantir uma gestão democrática, precisa ser construída de forma coletiva, precisa se transformar em realidade pelas escolas, deixando de cumprir apenas o seu papel burocrático e formal.

Assim, o Projeto Político Pedagógico faz parte do planejamento e da gestão escolar direcionando um rumo para as ações das escolas. Portanto, é uma ação intencional que precisa ser definida coletivamente pressupondo o compromisso de todos.

Segundo Libâneo (2004), o Projeto Político Pedagógico é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

Entendido o PPP como o documento que orienta a prática para produção de uma realidade, é necessário que se conheça a realidade, reflita sobre a mesma para a proposição de ações que contemplem a realidade almejada. O PPP abrange, além da dimensão Pedagógica, as dimensões financeira e administrativa, a fim de garantir a execução das ações planejadas.

É nesse aspecto que o diretor escolar é peça fundamental na condução do processo de construção do Projeto Político Pedagógico em todas as suas dimensões, em especial a pedagógica, em que se materializa o objetivo educacional. Se é necessário o conhecimento da realidade para proposição de ações efetivas, ao líder da instituição escolar é mister o conhecimento deste em todas as dimensões.

Luck (2009) destaca a importância da integração do gestor escolar na dimensão pedagógica, pois, como líder institucional e responsável pela melhoria da aprendizagem dos alunos, a observação deste processo é condição básica e imprescindível para a melhoria do processo de ensino aprendizagem.

Trata-se, portanto, a observação pedagógica de um processo inerente ao trabalho daqueles que são responsáveis pela liderança e orientação da qualidade do ensino na escola – diretores escolares, supervisores e orientadores educacionais – e obrigação sem a qual

não podem entender o que se passa na sala de aula e nem têm condições de orientar a melhor estimulação da aprendizagem de todos os alunos em uma aula, a partir do trabalho do seu professor (LUCK, 2009, p.101).

Assim, propomos a revisão do Projeto Político Pedagógico das escolas, em seu aspecto democrático, conduzido pelo diretor e Conselho escolar, em todas as dimensões, a partir da realidade em que se encontram promovendo a participando da comunidade local e escolar nos processos de decisão e responsabilização para a promoção da melhoria da qualidade educacional, visto que para Luck (2009), este é um instrumento que tem como foco a aprendizagem e formação dos alunos.

O Projeto Político-Pedagógico, como não poderia deixar de ser, tem como foco o aluno, a sua formação e aprendizagem e a organização do processo pedagógico para promover essa formação e aprendizagem. Em vista disso, ele engloba o planejamento curricular, isto é, o conjunto das experiências a serem promovidas pela escola para promover a formação e aprendizagem dos alunos (LUCK, 2009, p. 38).

Por tratar-se de um instrumento concebido na perspectiva dialógica e democrática, adquire legitimidade à medida que expressa concepções e proposições da comunidade escolar. Dessa forma o PPP não pode ser resultado somente das reflexões do diretor e da equipe de gestão, mas fruto do debate dos diferentes segmentos que constituem a comunidade escolar. Dado que a aprendizagem do aluno é o foco principal das instituições de ensino, os indicadores de evasão, retenção e fluxo escolar serão objeto de análise diagnóstica, assim como deverão ser analisados o padrão de desempenho de aprendizagem dos alunos apresentado pelas escolas por meio das avaliações externas. Dessa maneira, ações de intervenção quanto a qualidade do ensino ofertado farão parte do Projeto Político Pedagógico da Escola e conseqüentemente o processo de responsabilização pelo desenvolvimento de habilidades e competências necessárias aos alunos, deixa de ser vista como exclusividade dos professores das séries e disciplinas avaliadas, tornando-se de responsabilidade e compromisso de toda a escola.

A proposta de curso de formação para utilização dos resultados do SEAPE pretende capacitar os gestores escolares e professores para adoção de práticas voltadas para a melhoria do ensino, a partir dos resultados das avaliações externas. Dessa forma, o curso de formação deverá ser realizado em nível de gestão, com foco nas estratégias pedagógicas a serem utilizadas pela equipe gestora para

motivação dos alunos, pais, funcionários e professores com vistas à melhoria da educação e monitoramento das ações programadas. Para os professores o curso será voltado para adoção de práticas pedagógicas eficazes a serem realizadas na sala de aula.

3.1 PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS/PPP

O Projeto Político Pedagógico, quando elaborado considerando os anseios políticos e filosóficos da comunidade escolar, diagnóstico da realidade existente e a operacionalização de ações que respondam aos anseios da comunidade e a realidade local, contém uma gama de informações relevantes que o tornam uma excelente ferramenta de planejamento e avaliação para subsidiar as tomadas de decisões da gestão escolar e demais funcionários da escola. Para tanto, é necessário o conhecimento atualizado de sua realidade e seus problemas para que de forma coletiva possam propor soluções para os mesmos.

Por tratar-se de um instrumento concebido na perspectiva dialógica e democrática, adquire legitimidade à medida que expressa concepções e proposições da comunidade escolar. Dessa forma, o PPP não pode ser resultado somente das reflexões do diretor e da equipe de gestão, mas fruto do debate dos diferentes segmentos que constituem a comunidade escolar. Dado que a aprendizagem do aluno é o foco principal das instituições de ensino, os indicadores de evasão, retenção e fluxo escolar serão objeto de análise diagnóstica, assim como deverão ser analisados o padrão de desempenho de aprendizagem dos alunos apresentado pelas escolas por meio das avaliações externas. Dessa maneira, ações de intervenção quanto a qualidade do ensino ofertado farão parte do Projeto Político Pedagógico da Escola e conseqüentemente o processo de responsabilização pelo desenvolvimento de habilidades e competências necessárias aos alunos, deixa de ser vista como exclusividade dos professores das séries e disciplinas avaliadas, tornando-se de responsabilidade e compromisso de toda a escola.

Visto a importância do Projeto Político Pedagógico, além do seu aspecto legal, é um instrumento capaz de contribuir com a elevação da qualidade do ensino, a partir da análise da realidade e compartilhamento de responsabilidades, este

Plano de Ação propõe às escolas públicas estaduais de Brasília Acre a atualização dos Projetos Políticos Pedagógicos, respeitando o seu caráter democrático e participativo a fim de garantir a proposição de ações eficazes e significativas para aprendizagem dos alunos, sensibilização e responsabilidade na execução das ações.

Embora as escolas pesquisadas já tenham elaborados o Projeto Político Pedagógico, a proposta é que no processo de atualização do mesmo, seja oportunizada nova discussão quanto aos anseios da comunidade, diagnóstico dos recursos existentes de natureza física, humana e financeira e principalmente a definição das diretrizes pedagógicas com vistas a oferta de um ensino de qualidade, de modo que todos se sintam coautores do Projeto e que este se torne de fato a identidade da escola, fato este que o torna referência para a elaboração dos demais documentos que regem o funcionamento da escola como o Plano de Desenvolvimento da Escola/ PDE, os planos de ensino, planos de aula e regimento escolar.

Desta forma, apresento de forma sintetizada o Plano de Intervenção a ser desenvolvido pelas escolas públicas estaduais de Brasília na atualização do Projeto Político Pedagógico a fim de solucionar duas (02) das dificuldades identificadas no processo de utilização dos resultados das avaliações externas como instrumentos de melhoria da qualidade do ensino.

Quadro 7- 5W2H elaborado a partir dos problemas identificados no capítulo 2

What	O que fazer?	Atualizar o Projeto Político Pedagógico das escolas públicas estaduais de Brasília nas dimensões filosóficas e diagnóstica e operacional.
Why	Como fazer?	A atualização do Projeto Político Pedagógico deve ser realizada de forma democrática e participativa com reuniões destinadas aos vários segmentos da comunidade escolar.
How	Por que fazer?	A atualização do Projeto Político Pedagógico proporcionará a definição da identidade da escola que queremos, a avaliação diagnóstica dos resultados produzidos pela escola e a definição de objetivos e metas a serem alcançados pela escola como um todo. O PPP construído de forma coletiva torna-se o documento orientador dos demais documentos que regem a escola como o regimento interno, proposta pedagógica, matriz curricular, planos de ensino e planejamento das atividades escolares.
Who	Quem responde?	Gestão escolar e Conselho Escolar.
When	Quando fazer?	Início do ano letivo 2015.
Where	Onde fazer?	Escolas da rede pública estadual de Brasília Acre.
How much	Quanto custa?	Sem previsão de custo.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos problemas identificados no capítulo 2.

A proposta de reformulação do Projeto Político Pedagógico contribui para a participação e compromisso da comunidade escolar no cumprimento das ações estabelecidas e instrumentaliza a escola com um plano de ação que possibilita a tomada de decisões pautada nos anseios e necessidades da comunidade.

3.2 PROPOSTA DE CURSOS DE FORMAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DOS DADOS DO SEAPE

Como já destacado, anteriormente, o CAEd, Centro responsável pelo Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Acre, após a aplicação dos testes, produz um conjunto de materiais sobre as avaliações e os resultados alcançados com o objetivo de instrumentalizar de forma eficaz às escolas e redes avaliadas, sendo composto por quatro (4) volumes de publicação específicos: Volume I – Revista do Sistema de Avaliação, Volume II – Revista do Gestor, Volume III – Revistas pedagógicas, e Volume IV – Revista Contextual. Os conteúdos das revistas entregues às escolas ficam também disponíveis no Portal do Sistema de Avaliação. São produzidos ainda, materiais para realização de oficinas de estudos. Contudo, para que as avaliações possam exercer suas funções no âmbito escolar, faz-se necessário que a Gestão Escolar esteja apta para utilizar esse matéria, para apropriação e utilização dos resultados das avaliações, dentre outras finalidades, para monitorar o desempenho e planejar ações, com vistas a melhorar a qualidade da educação ofertada em sua unidade escolar.

De acordo com Luck (2009), a efetividade na gestão escolar pressupõe, pelo gestor, o desenvolvimento de competências profissionais necessárias ao exercício dessa função. A autora dispõe a Gestão Escolar em dez dimensões fundamentais para que a escola possa gerir seu desempenho. Essas dimensões organizam-se de acordo com duas naturezas: a organizacional, que orienta as ações para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos e as de implementação, que intervém diretamente nas práticas educacionais. Assim, classificam-se como dimensões de organização: 1) os fundamentos e princípios da educação e da gestão escolar; 2) o planejamento e a organização do trabalho escolar; 3) o monitoramento de processos educacionais e a avaliação institucional e 4) a gestão de resultados

educacionais. Quanto às de implementação destacam-se: 1) gestão democrática e administrativa; 2) gestão de pessoas; 3) gestão pedagógica; 4) gestão administrativa; 5) gestões da cultura escolar e 6) gestão do cotidiano escolar.

Observamos, portanto que as dimensões 1, 2, 3 e 4 de natureza organizacional são competências fundamentais ao diretor escolar para uma intervenção eficaz na escola. Luck (2009) destaca que a ação do diretor está relacionada à sua concepção de educação, de gestão escolar e do papel que deve desempenhar, a qual se expressa pela dimensão 1. Quanto a dimensão 2, configura-se como base para a realização das demais ações. A prática do monitoramento de processos educacionais e da avaliação institucional permite ao diretor ser o condutor do processo de discussão dos resultados, de estímulo a utilização e compreensão dos professores para utilização de forma efetiva na sala de aula. Quanto à gestão de resultados, deve ser compreendida pelo gestor como reflexo do trabalho realizado pela escola. Dessa maneira, propomos a formação do diretor escolar na apropriação dos resultados das avaliações externas, para que este possa conduzir de forma eficiente os processos educacionais realizados na escola e possa efetivar ações consistentes de melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Quadro 8 – 5W2H elaborado a partir dos problemas identificados no capítulo 2

What	O que fazer?	Curso de formação para apropriação dos resultados das avaliações externas de maneira mais específica os resultados do SEAPE.
Why	Como fazer?	Curso presencial ou a distância promovido pelo CAEd, Centro responsável pelo Sistema Estadual de Avaliação a Aprendizagem Escolar do Acre.
How	Por que fazer?	Diante das demandas escolares administrativas, financeiras e pedagógicas impostas ao diretor escolar, os mesmos tem se distanciado da gestão pedagógica. As avaliações externas sinalizam os problemas que precisam ser corrigidos pela escola, para isso, o diretor escolar precisa estar munido de conhecimentos, habilidades e competências para realização da leitura, diagnóstico e tomada de decisão para melhoria dos resultados. O conhecimento e competência na utilização dos resultados coloca o diretor na situação de condutor do processo de mudanças a que lhe compete.
Who	Quem responde?	Equipe gestora (diretor, coordenador de ensino, e coordenador administrativo) e coordenadores pedagógicos.
When	Quando fazer?	Inserir solicitação de realização do curso no Planejamento Estratégico da escola. (Dezembro 2015 a março de 2016).
Where	Onde fazer?	Escola.
How much	Quanto custa?	Sem Previsão dos custos.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos problemas identificados no capítulo 2.

3.2.1 Formação para os Gestores

Se a melhoria da aprendizagem do aluno está vinculada a melhoria do trabalho pedagógico realizado na sala de aula orientado pelo professor, para que a escola possa intervir é necessária a compreensão da equipe gestora sobre o processo de ensino aprendizagem, reação dos alunos diante das experiências e atividades desenvolvidas, que relações professor – aluno e aluno - aluno favorecem a aprendizagem, dentre outros aspectos (LUCK, 2009).

Como poderia o diretor realizar a gestão pedagógica e atuar de modo a contribuir para a melhoria da aprendizagem dos alunos se não conhece o que acontece na sala de aula; se não influencia esse processo; se não contribui para que ele seja mais efetivo?(LUCK, 2009, p. 101).

Embora o diretor escolar não atue diretamente na sala de aula, de forma indireta ele é o responsável por melhorar os indicadores de desempenho da aprendizagem dos alunos, indicando os melhores caminhos, orientando e definindo estratégias de superação das deficiências.

Portanto, além do conhecimento sobre o Sistema de Avaliação, é necessário que os gestores escolares saibam como utilizar esses resultados na promoção de uma educação de qualidade. Assim como as oficinas de utilização dos resultados orientadas para os professores, deverão ser realizadas oficinas de utilização de resultados para melhoria das escolas, na perspectiva da gestão.

Portanto, esta ação orienta a oferta de curso de apropriação dos resultados do SEAPE - Teoria e Prática, na perspectiva da gestão, conforme planilha nos apêndices.

3.2.2 Formação para os Professores

O curso de formação para utilização dos Resultados do SEAPE será voltado para os professores de todos os anos e de todas as disciplinas das escolas, visto que as habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos, ao longo do Ensino Fundamental são de responsabilidade de todos os professores e consolidadas ao longo da trajetória escolar dos mesmos, não podendo portanto ser trabalhadas apenas por professores, cujas disciplinas e séries são avaliadas. Assim entendido, o

curso ora apresentado, visa oferecer condições a todos os professores, para que utilizem de maneira consciente e eficiente os resultados do SEAPE, na sala de aula.

O curso a ser ministrado para os professores será de responsabilidade do Coordenador de Ensino da escola, cuja formação deverá ser realizada anualmente para os professores que ingressem na escola. Portanto, deverão constituir ação no Projeto Político Pedagógico e no Planejamento de Suporte Estratégico do PDE.

Quadro 9 – 5W2H elaborado a partir dos problemas identificados no capítulo 2

What	O que fazer?	Curso de formação para apropriação dos resultados das avaliações externas.
Why	Como fazer?	Curso presencial voltado para utilização do material disponibilizado pelos sistemas e análise dos resultados com foco na atuação na sala de aula.
How	Por que fazer?	Utilização eficiente e eficaz dos resultados.
Who	Quem responde?	Os coordenadores de ensino e coordenadores pedagógicos das escolas públicas estaduais serão os responsáveis pela formação dos professores das escolas pelas quais respondem na coordenação Pedagógica.
When	Quando fazer?	Início do ano letivo na semana Pedagógica.
Where	Onde fazer?	Escola Getúlio Vargas, Instituto Odilon Pratagi, Coronel Manoel Fontenele de Castro e Kairala José Kairala.
How much	Quanto custa?	Sem previsão de gastos.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos problemas identificados no capítulo 2.

Após consolidação do conhecimento sobre o sistema de avaliação, é necessária a realização de oficinas com os professores a fim de que estes possam exercitar a elaboração de itens a partir de descritores, oficinas de análise de resultados, oficinas de intervenções pedagógicas a partir de estudo de casos, oficinas de planejamento de aula, em todas as séries e disciplinas com base nos descritores do SEAPE e nas habilidades e competências mínimas a serem desenvolvidas. Dessa maneira esperamos contribuir de forma significativa para a melhoria da qualidade do ensino no município de Brasília.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada sobre a apropriação dos resultados do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Acre pelos gestores escolares, como instrumento para elevação da qualidade do ensino, possibilitou-me, como pesquisadora e professora, aprofundar os conhecimentos relacionados às práticas efetivas de utilização dos resultados das avaliações externas, de forma a contribuir para o desenvolvimento cognitivo dos alunos. Isso, porém, só foi possível após a leitura e estudo do material disponibilizado pelo Sistema de Avaliação. As entrevistas realizadas com os diretores escolares, coordenadores de ensino e professores possibilitaram verificar que as dificuldades enfrentadas pelas mesmas são também de ordem estrutural, percebidas pela falta de capacitação dos professores e gestores escolares na utilização do Sistema, o que acarreta a utilização dos resultados como instrumento de medida desvinculado da prática pedagógica da escola, que serve para responder aos interesses dos Sistemas de Ensino, deixando de contribuir de forma efetiva na formação dos alunos. Pode-se confirmar esta visão na responsabilização dos resultados atribuídos aos professores das séries e disciplinas avaliadas. Por outro lado, dada a autonomia da gestão escolar, cabe aos diretores o gerenciamento das escolas em suas dimensões administrativas, financeiras e pedagógicas. Nesse sentido, Luck (2009) afirma que o gestor escolar não pode sobrepor nenhuma das dimensões em detrimento de outras.

Diante das evidências foi proposta a atualização do projeto político pedagógico das escolas, a fim de subsidiar o trabalho do diretor escolar de forma legítima e compartilhada, com foco nas dimensões administrativa, financeira e pedagógica.

Foi proposto ainda a formação da equipe gestora e professores para conhecimento e utilização dos resultados das avaliações externas de forma que estes possam contribuir para a formação integral dos alunos.

Espero que as ações ora propostas possam contribuir para a utilização dos resultados do SEAPE como instrumento de melhoria da qualidade do ensino público de Brasília.

REFERÊNCIAS

ACRE. Assembleia Legislativa do Estado do Acre. **Lei Complementar Nº 67, de 29 de junho de 1999**. Disponível em:

<http://www.sinteac.com.br/arquivos/pccr%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf?TB_iframe=true&height=550&width=800>. Acesso em: 20 de outubro de 2014.

_____. Assembleia Legislativa do Estado do Acre. **Lei Nº 1513 de 11 de Novembro de 2003**. Disponível em: <<http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei1513.pdf>>. Acesso em: 26 de julho de 2012.

_____. Assembleia Legislativa do Estado do Acre. **Instrução Normativa Nº 04 de 13 de Abril de 2004**. Disponível em:

<https://www.google.com.br/webhp?source=search_app&gws_rd=cr&ei=pP8-UrjsNYfs8gSh2IHYCA#q=INSTRU%C3%87%C3%83O+NORMATIVA+ACRE+N+04+DE+2004>. Acesso em: 26 de julho de 2012.

_____. Assembleia Legislativa do Estado do Acre. **Decreto Nº 4.924, de 30 de dezembro de 2009**, regulamenta o Prêmio Anual de Valorização e Desenvolvimento da Gestão – VDG. 2009a. Disponível em:

<<http://www.acessoainformacao.ac.gov.br/wps/wcm/connect/acessoainformacao/porta+acesso+informacao/principal/salarios/legislacao+de+pessoal+do+estado+do+acre+-+diretas>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2013.

_____. SEAPE. Portal da Avaliação do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Acre. Secretaria Estadual de Educação. **O Programa**. 2009b. Disponível em: <<http://www.seape.caedufjf.net/o-programa/>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2013.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN. **Acre em Números**. Edição 2011. Disponível em:

<http://www.ac.gov.br/wps/wcm/connect/7625130047d6567c9c6bdd9c939a56dd/acre%2Bem%2Bnumeros%2B2011+Editado.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=7625130047d6567c9c6bdd9c939a56dd>. Acesso em: 12 de setembro de 2013.

_____. Portal da Avaliação do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Acre. Secretaria Estadual de Educação. Matriz de Referência. 2012. Disponível em: <<http://www.seape.caedufjf.net/matriz-de-referencia/>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2013.

_____. Portal da Avaliação do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Acre. Secretaria Estadual de Educação. . Matriz de Referência .2013. Disponível em: <<http://www.seape.caedufjf.net/matriz-de-referencia/>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2013.

ALVES, M. **O nível socioeconômico das escolas de educação básica brasileiras**. Relatório do Projeto de Pesquisa apoiado pelo Instituto Unibanco, realizado pelo Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais (GAME) da UFMG, com intermediação da Fundação de Amparo a Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais. 2012. Disponível em:<http://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/nse_das_escolas_brasileiras_game_inst_unibanco.pdf> Acesso em: 03 de novembro de 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 30 de dezembro de 2014.

_____. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. **Fundescola**. 1998. BRASIL, 1998.

_____.Ministério da Educação, Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP). Publicações: Compromisso Todos pela Educação. 2000. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BDEBC5505-6B0E-4AF1-BCAE-0D384B6AB419%7D_avaliacao_127.pdf>. Acesso em: 01 de novembro de 2013.

_____.Ministério da Educação. Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP). SAEB – 2005, PRIMEIROS RESULTADOS: Médias de desempenho do SAEB/2005 em perspectiva comparada. 2009. Disponível em: <<http://www.oei.es/quipu/brasil/saeb2005.pdf>>. Acesso em: 02 de novembro de 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acre – Brasília. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=120010>. Acesso em: 18 de outubro de 2013.

_____.Ministério da Educação. PDE ESCOLA – Plano de Desenvolvimento da Escola. 2012. Disponível em <<http://pdeescola.mec.gov.br/index.php/o-que-e-pde-escola>>. Acesso em: 12 de novembro de 2014.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Nº 482, de 7 de Junho de 2013**. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/4poli/gruposadur/gtpe/portaria_482_7_6_13.htm>. Acesso em: 13 de setembro de 2013.

_____. Ministério da Educação. Educacenso. 2014. Disponível em: <http://educacenso.inep.gov.br/Autenticacao/index>. Acesso em: 23 de agosto de 2014.

BROOKE, N. **Marcos Históricos na Reforma da Educação**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

CASTRO, M. **Sistemas de Avaliação da Educação no Brasil: avanços e novos desafios**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 2009.

FUNDAÇÃO VICTOR CÍVITA. **A Avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados**. 2010. Disponível em: <<http://www.fvc.org.br/estudos-e-pesquisas/2010/avaliacoes-externas-643707.shtml>>. Acesso em: 12 de outubro de 2013.

GATTI, B. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. Sísifo. **Revista de Ciências da Educação**, v. 09, 2009. p. 7-18.

LIBÂNEO, J. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia, GO: Alternativa, 2004.

LÜCK, H. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. **Em Aberto**. Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, 2000. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1087/989>>. Acesso em: 06 de Jun. de 2014.

_____. **As Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009. Disponível em:

<http://www.fundacaolemann.org.br/arquivos/uploads/arquivos/Dimensoes_da_gestao_escolar_%28livro_final%29.pdf>. Acesso em: 18 de Out. de 2012.

LUCKESI, C. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?. **Revista Pedagógica Pátio**, Art. Artmed, v. 4, n. 12, fev. 2000, p. 6-11. Disponível em: <<http://www.artmed.com.br/patiaoonline/patio.htm?PHPSESSID=47c842e39090dec902020db09b210123>>. Acesso em: 26 de junho de 2014.

NOGUEIRA, R.; ALMEIDA, L. **Avaliação em larga escala em âmbito estadual: Primeiras aproximações à experiência da rede estadual de ensino do Acre.**

2013. Disponível em:

<<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/RivandadosSantosNogueira-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em: 28 de outubro de 2013.

PASQUALI, L. Psychometrics. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 43, n. SPE, p. 992-999, 2009. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v43nspe/a02v43ns.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2014.

QEDU. **Portal de Informações Educacionais.** s.d. Disponível em:

<<http://academia.qedu.org.br/>> Acesso em: 03 de novembro de 2013.

UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. **BOLETIM DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO.** CAEd., v. 1, Juiz de Fora, 2009. 34p. Disponível em:

<http://www.seape.caedufjf.net/wp-content/uploads/2012/03/SEAPE_AE_BOLETIM_PROJETO_VOLUME1_2009.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2013.

_____. Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Educação. **REVISTA DA GESTÃO ESCOLAR,** CAEd., v. 2, (jan./dez. 2012), Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.seape.caedufjf.net/wp-content/uploads/2013/08/REVISTA_DO_GESTOR_2012.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2013.

SOUZA, C. **História do Acre:** novos temas, nova abordagem. Rio Branco, Editor Carlos Alberto Alves de Souza, 2002. 212p.

SOUZA, M. **Supervisão Escolar: desafios e compromissos com a educação emancipatória.** 2012. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29112012-104200/pt-br.php>>. Acesso em: 15 de outubro de 2014.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien. 1990. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 24 de agosto de 2014.

YOUNG, M. PARA QUE SERVEM AS ESCOLAS? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA GESTORES ESCOLARES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd- CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Entrevistador (a): Jaciane Ribeiro Correa Petter

Entrevistados (as): Gestores Escolares e Coordenadores de Ensino

- Agradecer pela disponibilidade de tempo em estar recebendo e contribuindo com informações que são necessárias ao desenvolvimento da Dissertação de Mestrado da Aluna Jaciane Ribeiro Correa Petter sobre a Avaliação Estadual de Aprendizagem Escolar/SEAPE nas Escolas públicas Estaduais de Brasília.
- Informar sobre a necessidade de gravação da entrevista, para organização das informações, transcrição da mesma, análise dos resultados e utilização em citações.

Lista de Entrevistados e Datas

ENTREVISTAS REALIZADAS EM 18 DE JUNHO DE 2013

ESCOLA KAIRALA JOSÉ KAIRALA – VILMA APARECIDA GALLI E IVANA FERREIRA CAMELO;

ESCOLA INSTITUTO ODILON PRATAGI – ADMA JAFURI MAIA E ANA MARIA PACÍFICO CRUZ

ESCOLA CORONEL MANOEL FONTENENELE DE CASTRO – CLEIDE BEZERRA TORRES E JEANE JERONIMO AMARAL

ENTREVISTAS REALIZADAS EM 20 DE JUNHO DE 2013

ESCOLA GETÚLIO VARGAS – MARIA ANÍCIA KAIRALA DE RESKALA E MARIA DAS DORES HOLANDA

Estruturação da entrevista:

I – PERFIL DO ENTREVISTADO: Nome, formação acadêmica, função desempenhada na escola, vínculo empregatício (efetivo ou temporário).

1 – Caro Gestor (a), Professor (a), inicialmente gostaria que você fizesse sua apresentação e falasse um pouco do trabalho que você realiza na escola.

II – RELAÇÃO do ENTREVISTADO com o SEAPE.

1 – Poderia me falar de forma objetiva sobre o Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar/ SEAPE e os seus objetivos?

2 – Como os resultados do SEAPE chegam até você?

3 – Esses resultados são divulgados pela escola? De que forma? Para quem?

4 – Como esses resultados são repassados para os coordenadores, professores?

5 – Existe, na escola, algum procedimento de discussão e análise dos resultados do SEAPE?

6 – De que forma você, como gestor, coordenador, vê as avaliações externas, em especial, o SEAPE?

7 – No seu ponto de vista, como os professores concebem as avaliações externas e os resultados divulgados?

8 – Os resultados podem ser utilizados para melhorar o desempenho da aprendizagem dos alunos?

9 – De que maneira a escola utiliza os resultados do SEAPE para melhorar o desempenho da aprendizagem dos alunos?

10 – Há dificuldades por parte da escola para entendimento, análise e utilização dos resultados do SEAPE, para cumprimento do seu objetivo?

11 – Há por parte Secretaria Estadual de Educação, treinamento, oficina, que facilite a utilização dos resultados do SEAPE, no dia a dia da escola? Para quem são destinados? O que poderia ser melhorado?

FECHAMENTO ENTREVISTA

12 – Ao seu ver, qual o maior entrave ou desafio enquanto gestor, coordenador escolar, para melhorar o desempenho de aprendizagem dos alunos?

Agradecimento e colocar a disposição o resultado do trabalho, após conclusão da Dissertação.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS PROFESSORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd- CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Caro (a) Professor (a),

Este questionário tem por finalidade levantar dados sobre como os resultados da avaliação Estadual de Aprendizagem Escolar/ SEAPE têm sido utilizados nas escolas da Rede Estadual de ensino de Brasília por gestores, coordenadores pedagógicos e professores em sua prática pedagógica.

Os dados coletados serão organizados e analisados e servirão como objeto de estudo para a dissertação de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública que desenvolvo no Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd – UFJF.

Você não precisa se identificar. Obrigada pela participação.

Jaciane Ribeiro Correa Petter

I – As questões de 01 a 08 têm por objetivo traçar o perfil profissional dos entrevistados.

1) Qual a sua data de Nascimento?

____/____/____

2) Qual seu grau de escolaridade?

- a) Ensino Fundamental.
- b) Ensino Médio.
- c) Ensino Superior. Área: _____
- d) Especialização. Área: _____
- e) Mestrado.
- f) Doutorado.

3) Há quanto tempo você concluiu a sua Formação?

- a) Há menos de 1 ano.
- b) Entre 1 e 5 anos.
- c) Entre 6 e 10 anos.
- d) Entre 11 e 15 anos.
- e) Há mais de 16 anos.

4) Qual o seu vínculo empregatício?

- a) Servidor efetivo da rede estadual de ensino.
- b) Servidor temporário.

5) Qual a função desempenhada por você na escola?

- a) Professor do Ensino Fundamental séries iniciais.
- b) Professor do Ensino Fundamental séries iniciais.
- c) Professor do Ensino Médio.

6) Há quanto tempo você é presta serviço como professor para a Secretaria Estadual de Educação do Acre?

- a) Há menos de 1 ano.
- b) De 1 a 5 anos.
- c) De 6 a 10 anos.
- d) De 11 a 15 anos.
- e) Há mais de 16 anos.

7) Quais as Disciplinas que você ministra aulas?

- a) Português.
- b) matemática.
- c) Todas as Disciplinas das séries iniciais do Ensino Fundamental.

8) Qual ou quais séries você trabalha?

- a) Series iniciais do Ensino fundamental.
- b) Séries finais do Ensino Fundamental
- c) Ensino Médio.

II – As questões de 09 a 20 tratam sobre a Avaliação Estadual de larga Escala do Acre: Sistema Estadual de Avaliação de Aprendizagem Escolar/ SEAPE.

Assim, assinale a alternativa de acordo com o seu grau de concordância.

9) O SEAPE é uma avaliação em larga escala em que se analisa a evolução da qualidade do sistema público de ensino, verificando, anualmente o desempenho dos alunos da Educação Básica nas áreas do conhecimento de Língua Portuguesa e Matemática por meio da aplicação de testes cognitivos e da investigação dos fatores associados ao desempenho escolar através de questionários contextuais.

- a) Discordo totalmente.
- b) Discordo Parcialmente.
- c) Indiferente.
- d) Concordo Parcialmente.
- e) Concordo Totalmente.

10) A Os resultados dessa avaliação são importantes para os educadores das escolas, pois oferecem a possibilidade de poder acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos ao longo dos anos, bem como os avanços obtidos em relação às expectativas de aprendizagem previstas para cada ano e disciplina.

- a) Discordo totalmente.
- b) Discordo Parcialmente.
- c) Indiferente.
- d) Concordo Parcialmente.
- e) Concordo Totalmente.

11) Os resultados possibilitam a cada professor planejar o ensino a partir das necessidades identificadas.

- a) Discordo totalmente.
- b) Discordo Parcialmente.
- c) Indiferente.
- d) Concordo Parcialmente.
- e) Concordo Totalmente.

12) A análise reflexiva sobre estes dados por parte da equipe escolar é fundamental, também, para que se perceba a importância do trabalho coletivo e para que possam ter uma escola capaz de oferecer a todos uma aprendizagem de qualidade.

- a) Discordo totalmente.
- b) Discordo Parcialmente.
- c) Indiferente.
- d) Concordo Parcialmente.
- e) Concordo Totalmente.

13) A Secretaria de Estado de Educação e Esporte tem o compromisso político e pedagógico de oferecer a todos os seus professores o direito e as condições necessárias para que possam ensinar com qualidade a todos os alunos, para que estes tenham garantido o direito a uma aprendizagem de qualidade.

- a) Discordo totalmente.
- b) Discordo Parcialmente.
- c) Indiferente.
- d) Concordo Parcialmente.
- e) Concordo Totalmente.

14) Os resultados do SEAPE são divulgados anualmente, através de revistas específicas, destinadas aos Sistemas de ensino, gestores escolares e aos professores com os resultados de Língua Portuguesa e Matemática dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio.

- a) Discordo totalmente.
- b) Discordo Parcialmente.
- c) Indiferente.

- d) Concordo Parcialmente.
- e) Concordo Totalmente.

15) Nos Encontros pedagógicos mensais ou planejamento escolar, realizado semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente, são utilizados os resultados do SEAPE, como subsidio ao Planejamento.

- a) Discordo totalmente.
- b) Discordo Parcialmente.
- c) Indiferente.
- d) Concordo Parcialmente.
- e) Concordo Totalmente.

16) Os resultados do SEAPE, bem como o acesso ao material com os resultados são bastante divulgados dentro e fora do ambiente escolar.

- a) Discordo totalmente.
- b) Discordo Parcialmente.
- c) Indiferente.
- d) Concordo Parcialmente.
- e) Concordo Totalmente.

17) Momentos de análise e reflexão sobre os resultados das avaliações são promovidos pela escola.

- a) Discordo totalmente.
- b) Discordo Parcialmente.
- c) Indiferente.
- d) Concordo Parcialmente.
- e) Concordo Totalmente.

18) Os resultados do SEAPE são de fácil compreensão, pois explicitam os resultados através dos Padrões de Desempenho: Abaixo do básico, Básico, Adequado e Avançado.

- a) Discordo totalmente.
- b) Discordo Parcialmente.
- c) Indiferente.
- d) Concordo Parcialmente.
- e) Concordo Totalmente.

19) Os professores têm conhecimento e clareza das metas educacionais a serem alcançadas pelo estado, expressos nas Matrizes de Referencia do SEAPE.

- a) Discordo totalmente.
- b) Discordo Parcialmente.
- c) Indiferente.
- d) Concordo Parcialmente.
- e) Concordo Totalmente.

20) Você já participou de algum evento, promovido especificamente para orientar sobre a leitura e utilização dos resultados do SEAPE.

- a) Discordo totalmente.
- b) Discordo Parcialmente.
- c) Indiferente.
- d) Concordo Parcialmente.
- e) Concordo Totalmente.

III – Na questão a seguir, enumere de 01 a 05 (considerando 01 maior relevância e 05 menor relevância), de acordo com o grau de importância que cada uma das avaliações oferece para subsidiar o planejamento da escola e professores para oferta de uma educação de qualidade.

21) Quais avaliações detêm maiores e menores graus de importância no que concerne a questão de subsidiar o planejamento da escola e professores, para oferta de uma educação de qualidade.

- a) PROVA BRASIL
- b) ENEM
- c) SEAPE
- d) AVALIAÇÕES BIMESTRAIS
- e) SEAPE

22) Você recorda a classificação ou as notas da Escola em que você trabalha nas avaliações ou índices abaixo discriminados.

- a) PROVA BRASIL – Sim Não Nota:_____
- b) ENEM – Sim Não Nota:_____
- c) SEAPE – Sim Não Classificação:_____
- d) IDEB – Sim Não Nota:_____

23) Você poderia mencionar de forma objetiva, qual, no seu ponto de vista, é o maior desafio ou entrave, para a promoção de uma educação de qualidade para todos?

24) Caro professor, aqui encerro a pesquisa, agradecendo mais uma vez pelo tempo disponibilizado e as informações prestadas. Ressalto o sigilo na identidade do respondente e abaixo segue um espaço, caso queira acrescentar algo que ache pertinente para a pesquisa.

APÊNDICE C – AÇÃO I – ATUALIZAÇÃO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE BRASÍLIA

Parte 1

AÇÃO	OBJETIVO	DATA DA REALIZAÇÃO
Estudo e análise do atual PPP da escola.	Realizar uma análise prévia dos pontos que precisam ser alterados no atual PPP.	Fevereiro de 2015.
Planejamento da atualização do PPP na escola.	Definir as estratégias para atualização do PPP da escola na perspectiva dialógica e democrática.	Fevereiro de 2015.
Formação de grupo gestor para atualização do PPP da escola.	Definir grupo de pessoas responsáveis pela condução das reuniões e sistematização dos resultados do processo de atualização do PPP.	Fevereiro de 2015.
Seleção do material necessário para efetivar a atualização do PPP.	Organizar o material que subsidiará os encontros e reuniões para atualização do PPP.	Fevereiro de 2015.
Mobilização da comunidade escolar para o processo de atualização do PPP	Divulgar e sensibilizar a comunidade escolar e local para participação do processo de atualização do PPP.	Março de 2015.
Atualização do PPP – parte 1 marco referencial.	Refletir sobre a escola que queremos em seu aspecto político, filosófico e operativo	Março e Abril de 2015.
Sistematização dos resultados da atualização do PPP parte I.	Atualização do PPP no aspecto referencial, respeitadas as percepções dos vários segmentos envolvidos no processo de atualização do PPP.	Março e Abril de 2015.
Atualização do PPP parte II – Marco Diagnóstico.	Diagnostico da situação atual da escola que temos em seus aspectos pedagógicos e de recursos.	Mai e Junho de 2015.
Sistematização dos resultados da atualização do PPP parte II.	Atualização do PPP no aspecto diagnóstico, respeitadas as percepções dos vários segmentos envolvidos no processo de atualização do PPP.	Mai e Junho de 2015.
Atualização do PPP parte III – Marco Operativo.	Planejamento das ações e definição dos responsáveis com base nos levantamentos de problemas, fragilidades e forças detectados na escola nas fases I e II.	Julho e Agosto de 2015.
Sistematização dos resultados da atualização do PPP parte III.	Sistematização dos resultados da atualização do PPP parte III – e Conclusão do processo de atualização do PPP da escola.	Agosto de 2015.
Apresentação e aprovação do novo PPP da escola.	Realização de Assembleia para apresentação, pactuação de metas e responsabilidades e aprovação do novo PPP da escola.	Agosto de 2015.

Parte 2

AÇÃO	LOCAL	PARTICIPANTES	COMO REALIZAR	CUSTO DA AÇÃO
Estudo e análise do atual PPP da escola.	Escola	Equipe gestora e Conselho escolar.	Grupo de estudo.	Xérox do PPP
Planejamento da atualização do PPP na escola.	Escola	Diretora e Conselho escolar.	Reunião.	Sem previsão de custo
Formação de grupo gestor para atualização do PPP da escola.	Escola	Diretor escolar, membro do conselho escolar, professor, funcionário, aluno e pais.	Escolha do representante entre os seus pares.	Sem previsão de custo
Seleção do material necessário para efetivar a atualização do PPP.	Escola	Equipe gestora e de Estatística.	Levantamento de dados, reprodução de material.	Sem previsão de custo
Mobilização da comunidade escolar para o processo de atualização do PPP	Escola e Meios de comunicação local.	Grupo gestor de atualização do PPP.	Reuniões, divulgação nos meios de comunicação.	Sem previsão de custo
Atualização do PPP – parte 1 marco referencial.	Reuniões de professores, funcionários pais e grêmio estudantil realizadas pela escola.	Grupo gestor e segmentos da comunidade escolar.	Promoção de Reuniões com os segmentos da comunidade escolar.	Sem previsão de custo
Sistematização dos resultados da atualização do PPP parte I.	Escola	Grupo gestor de atualização do PPP.	Reunião para organização das ideias e aspirações dos vários segmentos da comunidade escolar.	Sem previsão de custo
Atualização do PPP parte II – Marco Diagnóstico.	Escola	Grupo gestor de atualização do PPP e Segmentos da comunidade escolar.	Reuniões com segmentos da comunidade escolar.	Sem previsão de custo
Sistematização dos resultados da atualização do PPP parte II.	Escola	Grupo gestor de atualização do PPP.	Reunião para organização das ideias e aspirações dos vários segmentos da comunidade escolar.	Sem previsão de custo
Atualização do PPP parte III – Marco Operativo.	Escola	Grupo gestor de atualização do PPP e segmentos da comunidade escolar.	Reuniões com segmentos da comunidade escolar.	Sem previsão de custo
Sistematização dos resultados da atualização do PPP parte III.	Escola	Grupo gestor de atualização do PPP.	Reunião para sistematização das ações apresentadas pelos segmentos da comunidade escolar.	Sem previsão de custo
Apresentação e aprovação do novo PPP da escola.	Escola	Grupo gestor, Conselho escolar e comunidade escolar.	Realização de Assembleia para apresentação final da atualização do PPP, pactuação das metas e responsabilização dos envolvidos na execução das mesmas.	Sem previsão de custo